

COORDENADORIA JURÍDICA

**PROGRAMA MUNICIPAL DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA
EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL – PMDE**

PRESTAÇÃO DE CONTAS

PROTOCOLO DE APROVAÇÃO DA PRESTAÇÃO

Tendo em vista a análise da Prestação de Contas do PMDE, consta em pleno acordo as normas de comprovantes (ofícios, demonstrativos, notas fiscais, recibos e mapas), de acordo com a Lei PMDE nº 1861 de 24 de abril de 2019. É dada como **ANALISADA E APROVADA** esta prestação.

Conselho Escolar Deliza Lopes

Mês de Referência: **DEZEMBRO/2021**

Data da Análise: **28/01/2022**

Extrato Mensal por Instituição de Ensino - PMDE

Escola / Centro de Educação Infantil DELIZA LOPES

Mês de Referência: DEZEMBRO/2021

Receita	
Saldo Anterior:	26.193,74
Repasse Mensal:	8.728,00
Rendimento:	162,38
Depósito:	0,00
IOF:	0,00
IRRF:	14,88
Receita Total:	35.069,24

Despesas					
Edifício	Despesa	Mês/Ref.	Data Pgto	Valor R\$	Observação
POLO (643037)	ÁGUA	novembro/2021	06/12/2021	373,77	
POLO (643037)	DEDETIZAÇÃO	dezembro/2021	15/12/2021	384,00	J N QUÍMICA E SERVIÇOS
POLO (643037)	LUZ	outubro/2021	06/12/2021	610,13	
POLO (643037)	MATERIAL DE COPA/COZINHA	dezembro/2021	27/12/2021	99,96	MARIA ELIANE PEREIRA
POLO (643037)	MATERIAL DE COPA/COZINHA	dezembro/2021	28/12/2021	1.925,00	M&M ANDRADE COMERCIO VAREJISTA DE PRODUTOS DE PAPELARIA EI
POLO (643037)	MATERIAL DE EXPEDIENTE	dezembro/2021	28/12/2021	520,00	CONCEIÇÃO MARTINS DA SILVA ME
POLO (643037)	MATERIAL DE EXPEDIENTE	dezembro/2021	27/12/2021	4.628,35	MARIA ELIANE PEREIRA
POLO (643037)	MATERIAL DE EXPEDIENTE	dezembro/2021	29/12/2021	150,00	CLEIDE GOMES MARTINS - ME
POLO (643037)	MATERIAL DE LIMPEZA	dezembro/2021	28/12/2021	2.035,87	EMPORIO DO PAPEL EIRELI - ME
POLO (643037)	MATERIAL ELÉTRICO/ELETRÔNICO	dezembro/2021	29/12/2021	596,19	CLEIDE GOMES MARTINS - ME

Extrato Mensal por Instituição de Ensino - PMDE

Escola / Centro de Educação Infantil DELIZA LOPES

Mês de Referência: DEZEMBRO/2021

Receita	
Saldo Anterior:	26.193,74
Repasse Mensal:	8.728,00
Rendimento:	162,38
Depósito:	0,00
IOF:	0,00
IRRF:	14,88
Receita Total:	35.069,24

Despesas					
Edifício	Despesa	Mês/Ref.	Data Pgto	Valor R\$	Observação
POLO (643037)	OUTROS	dezembro/2021	07/12/2021	75,00	INSCRIÇÃO CANGURU 2022
POLO (643037)	TAXAS BANCÁRIAS	dezembro/2021	20/12/2021	69,00	DB CEST PJ
POLO (643037)	TELEFONE	novembro/2021	06/12/2021	183,81	
ANEXO - BENEDITO ENOC (7573887)	LUZ	outubro/2021	06/12/2021	34,89	
ANEXO - EDILBERTO NAPOLEAO (2365484)	LUZ	novembro/2021	06/12/2021	254,96	
ANEXO - JOAO EVANGELISTA (1280940)	ÁGUA	novembro/2021	06/12/2021	27,92	
ANEXO - JOAO EVANGELISTA (1280940)	LUZ	outubro/2021	06/12/2021	35,56	
ANEXO - JOAO EVANGELISTA (1280940)	LUZ	novembro/2021	06/12/2021	53,57	
				12.057,98	

Saldo:	23.011,26
---------------	------------------



ESCOLA DELIZA LOPES

CONSELHO ESCOLAR DELIZA LOPES

ENDEREÇO: DISTRITO PATOS- SOBRAL-CE

TELEFONE: (88) 3695-8423

EMAIL: deliza.lopes@edu.sobral.ce.gov.br

CNPJ: 01.904.340/0001-00

INEP: 23025743

PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PMDE

DEZEMBRO

2021



Sistema de Protocolo Único

Órgão / Local de Origem: SME/ESDL - ESCOLA DELIZA LOPES	
Nº Processo: P180857/2022	Data Abertura: 10/01/2022 - 13:41
Tipo: Prestação de Contas	
Assunto: Programa Municipal de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Infantil e do Ensino Fundamental - PMDE	
Nome do Interessado: Conselho Escolar Deliza Lopes	
Observação: sem observação	

TRAMITAÇÕES

Nº	ÚLTIMO DESTINO	DATA	RESPONSÁVEL
1	SME/CJ	10/01/2022 - 13:41	Francisca Rozília Sales De Vasconcelos
2			
3			
4			
5			
6			



ESCOLA DELIZA LOPES

CONSELHO ESCOLAR DELIZA LOPES

ENDEREÇO: RUA DOS PATOS, SN

DISTRITO PATOS- SOBRAL-CE

TELEFONE: (88) 3695-8423

EMAIL: deliza.lopes@edu.sobral.ce.gov.br

CNPJ: 01.904.340/0001-00

INEP: 23025743



OFÍCIO Nº 004/2022

Sobral-CE, 10 Janeiro de de 2022.

Do: Conselho Escolar Deliza Lopes

Para: Secretaria Municipal da Educação de Sobral/ SEDUC

Ref.: Encaminhamento da Prestação de Contas

Prezado Secretário,

Encaminhamos a Vossa Senhoria, a Prestação de Contas financiada com o Recurso do PROGRAMA MUNICIPAL DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL (PMDE), referente ao MÊS DE DEZEMBRO/2021, no valor de R\$ 8.728,00 (oito mil setecentos e vinte e oito reais).

Atenciosamente,


Presidente da Unidade Executora

Ilmo Sr.
Francisco Herbert Lima Vasconcelos
Secretário da Educação – SEDUC/Sobral

SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE SOBRAL
CONSELHO ESCOLAR DELIZA LOPES
CNPJ: 01.904.340/0001-00
ENDEREÇO: RUA DOS PATOS, SN, DISTRITO DE PATOS
INEP: 23025743

PARECER DO CONSELHO FISCAL



Os abaixo-assinados, membros do Conselho Fiscal Escolar Deliza Lopes, **Adriana Madeira de Lima**, **Fransquinha Vasconcelos dos Santos** e **João Paulo Bastos Paiva**, depois de examinarem cuidadosamente os documentos que compõem esta prestação de contas do PMDE referente a DEZEMBRO/2021, no valor de R\$ 35.069,34 (trinta e cinco mil e sessenta e nove reais e vinte e quatro centavos), sendo utilizado o valor de R\$ 12.057,98 (doze mil, cinquenta e sete reais e noventa e oito centavos), que são de parecer favorável em razão de regularidade das contas e documentos comprobatórios apresentados.

Sobral-CE, 10 de Janeiro de 2022.

ADRIANA MADEIRA DE LIMA
Nome Completo

Adriana Madeira de Lima
Assinatura

96031011890
RG

FRANSQUINHA VASCONCELOS DOS SANTOS
Nome Completo

Fransquinha Vasconcelos dos Santos
Assinatura

97031050975
RG

JOÃO PAULO BASTOS PAIVA
Nome Completo

João Paulo Bastos Paiva
Assinatura

99031020150
RG

Fransquinha Vasconcelos dos Santos
Presidente da Unidade Executora
99031019489
RG



Extrato por período

Cliente: CONSELHO ESCOLAR DELIZA LOPES

Conta: 0534 | 003 | 00000430-0

Data: 04/01/2022 - 11:16

Mês: Dezembro/2021

Período: 1 - 31



Extrato

Data Mov.	Nr. Doc.	Descrição	Valor	Saldo
	000000	SALDO ANTERIOR	0,00	0,00
08/12/2021	800652	CHEQUE SAC	183,81 D	183,81 D
08/12/2021	800653	CHEQUE SAC	401,69 D	585,50 D
08/12/2021	800654	CHEQUE SAC	889,11 D	1.574,61 D
08/12/2021	800655	CHEQUE SAC	75,00 D	1.649,61 D
08/12/2021	727228	RESG AUTOM	1.649,61 C	0,00 C
16/12/2021	000341	CRED TED	4.384,00 C	4.384,00 C
16/12/2021	990001	APL AUTOM	4.384,00 D	0,00 C
20/12/2021	110321	DB CEST FI	88,00 D	88,00 D
20/12/2021	727220	RESG AUTOM	88,00 C	0,00 C
22/12/2021	900656	CHEQ COMP	384,00 D	384,00 D
22/12/2021	727220	RESG AUTOM	384,00 C	0,00 C
23/12/2021	000341	CRED TED	4.384,00 C	4.384,00 C
23/12/2021	990001	APL AUTOM	4.384,00 D	0,00 C
28/12/2021	900663	CHEQ COMP	99,96 D	99,96 D
28/12/2021	900662	CHEQ COMP	4.626,35 D	4.726,31 D
28/12/2021	900664	CHEQ COMP	520,00 D	5.246,31 D
28/12/2021	727220	RESG AUTOM	5.246,31 C	0,00 C
29/12/2021	900663	CHEQ COMP	2.035,87 D	2.035,87 D
29/12/2021	727220	RESG AUTOM	2.035,87 C	0,00 C
30/12/2021	900658	CHEQ COMP	596,19 D	596,19 D
30/12/2021	900659	CHEQ COMP	190,00 D	786,19 D
30/12/2021	900660	CHEQ COMP	1.825,00 D	2.671,19 D
30/12/2021	727220	RESG AUTOM	2.671,19 C	0,00 C

SAC CAIXA: 0800 726 0101
 Pessoas com deficiência audição: 0800 726 2452
 Ouvidoria: 0800 726 7474
 Help Desk CAIXA: 0800 726 0104


Extrato Fundo de Investimento
 Para simples verificação

Nome do Agente BORGAL CE	Código 5554	Convenção 5823	Exercício 04/01/2022
Fundo CAIXA FIC MOVIMENTAÇÕES AUTOMÁTICAS	CNPJ do Fundo 14.508.852/0001-48	Início das Atividades do Fundo 13/07/2012	
Rendibilidade do Fundo			
No Mês(%)	No Ano(%)	Nos Últimos 12 Meses(%)	Cota em: 30/11/2021
0,5962	2,5824	2,5524	1,756811
			Cota em: 31/10/2021
			1,760321
Administradora			
Nome Caixa Econômica Federal	Endereço BDS - Quadra 54 - Lote 3/4 - Brasília/DF	CNPJ da Administradora 00.960.360/0001-54	
Cliente			
Nome CONSELHO ESCOLAR DELIZA LOPES	CPF/CNPJ 01.804.340/0001-00	Código Corrente 003.00001430-0	Sigla 1000001
Endereço do Perfil do Investidor	Data de Análise 01/01		

Resumo da Movimentação

	Valor em R\$	Qnt. de Cotas
Saldo Anterior	26.193,74C	14.508,85B471
Aplicações	8.728,00C	4.850,143637
Resgates	12.257,98D	6.836,557952
Rendimento Bruto no Mês	162,39C	
IRRF	14,88D	
Saldo Bruto	0,00	
Saldo Líquido	0,00	
Resgate Bruto em Trânsito*	23.011,26C	13.025,412198
(*) Valor sujeito à tributação, conforme legislação em vigor		
	0,00	

Movimentação Detalhada

Data	Descrição	Valor R\$	Qnt. de Cotas
08/12	RESGATE	1.648,81D	837,302262
	IRRF	0,43D	
	ICF	0,00	
18/12	APLICACAO	4.364,00C	2.476,780183
20/12	RESGATE	66,00D	33,566486
	IRRF	0,64D	
	ICF	0,00	
22/12	RESGATE	384,00D	217,873506
	IRRF	0,30D	
	ICF	0,00	
23/12	APLICACAO	4.364,00C	2.475,363451
28/12	RESGATE	5.248,31D	2.875,875940
	IRRF	6,98D	
	ICF	0,00	
29/12	RESGATE	2.035,87D	1.104,488864
	IRRF	0,21D	
	ICF	0,00	
30/12	RESGATE	2.671,10D	1.514,264191
	IRRF	4,24D	
	ICF	0,00	

Dados de Tributação

Rendimento Base	IRRF
57,04	14,88

Informações ao Cotista

Assim o site da CAIXA e também os E-FUNDOS e os Fundos da CAIXA com movimentações exclusivamente pelo Internet Banking CAIXA e com taxas de administração inferiores às praticadas pelo mercado. Com os E-FUNDOS CAIXA você tem excelentes opções de investimento de acordo com suas ideias, de acordo com seu perfil.

De acordo com o perfil de investimento, de acordo com sua caixa!

Produtividade máxima, segurança e sua aplicação de investimentos e recursos de trabalho. Assim, o retorno de trabalho.

Serviço de Atendimento ao Cotista

SAC	Endereço para Correspondência
0800 726 8191	Caixa Postal 72624, São Paulo/SP CEP: 04453-001
Endereço	Endereço Eletrônico
0800 726 7474	https://www1.caixa.gov.br/centralatendimento/central-caixa.asp
	Assessoria de Atendimento: www.caixa.gov.br

FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE SÃO PAULO
FAPESP

CONSELHO ESCOLAR DELZA LOBEN
FOLHA: 06

Paula R. Loben
PÚBLICA

INFORMAÇÕES GERAIS		INFORMAÇÕES DE IDENTIFICAÇÃO		INFORMAÇÕES DE CONTATO		INFORMAÇÕES DE ENDEREÇO	
NOME	DATA DE NASCIMENTO	CPF	RG	ENDEREÇO	CIDADE	CEP	UF
Paula R. Loben	10/05/1978	000.000.000-00	123456789	Rua da Liberdade, 123	São Paulo	01234-567	SP
INFORMAÇÕES DE CONTATO		INFORMAÇÕES DE ENDEREÇO		INFORMAÇÕES DE CONTATO		INFORMAÇÕES DE ENDEREÇO	
TELEFONE	CELULAR	ENDEREÇO	CIDADE	CEP	UF	TELEFONE	CELULAR
011-1111-1111	011-1111-1111	Rua da Liberdade, 123	São Paulo	01234-567	SP	011-1111-1111	011-1111-1111

INFORMAÇÕES DE IDENTIFICAÇÃO		INFORMAÇÕES DE CONTATO		INFORMAÇÕES DE ENDEREÇO	
NOME	DATA DE NASCIMENTO	CPF	RG	ENDEREÇO	CIDADE
Paula R. Loben	10/05/1978	000.000.000-00	123456789	Rua da Liberdade, 123	São Paulo
INFORMAÇÕES DE CONTATO		INFORMAÇÕES DE ENDEREÇO		INFORMAÇÕES DE CONTATO	
TELEFONE	CELULAR	ENDEREÇO	CIDADE	CEP	UF
011-1111-1111	011-1111-1111	Rua da Liberdade, 123	São Paulo	01234-567	SP

INFORMAÇÕES DE IDENTIFICAÇÃO		INFORMAÇÕES DE CONTATO		INFORMAÇÕES DE ENDEREÇO	
NOME	DATA DE NASCIMENTO	CPF	RG	ENDEREÇO	CIDADE
Paula R. Loben	10/05/1978	000.000.000-00	123456789	Rua da Liberdade, 123	São Paulo
INFORMAÇÕES DE CONTATO		INFORMAÇÕES DE ENDEREÇO		INFORMAÇÕES DE CONTATO	
TELEFONE	CELULAR	ENDEREÇO	CIDADE	CEP	UF
011-1111-1111	011-1111-1111	Rua da Liberdade, 123	São Paulo	01234-567	SP

[illegible]

CITIZ SALVADOR BA FL 10
MUNICIPIO DE SOBRAL
RUA PATOS, S/N
CENTRO
62010-970 - PATOS - CE

[illegible]

References

NOVEMBER /2021

Telephone

(88) 3695-8423

Verbindungen

01/12/2021

Total a pagar

RS 1283,281

Resumo da sua fatura

	OI FIXO	R\$	179,15
	OI FIXO		179,15
	PREÇO DE RENTAR PTO-FIXO LÍQUID.		
 	EXCEDENTES, OUTROS SERVIÇOS E TAXAS	R\$	4,66
	OUTROS VALORES		4,66

PAGO: 06/12/2021
COM RECURSO DO PNUF

Paula
ORDENADORA DE DESPESAS

Desde 06 de novembro de 2016 foi incluído o número 1 à frente dos celulares dos DCDs 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 51, 53, 54 e 55 passando ao formato: (DDD) 9xxxx-xxxx.

Mais informações em www.oi.com.br/digital.

[illegible]

Origem	Destino	Agência	TI	Conta	CI	Mês	Grupo	SS	#135,21 #
018	104	0107	5	00001430-0	1	AAA	900632	4	
Página por mês: <u>cinco e sessenta e três reais e oitenta e um centavos</u> Cheque e pontos de: <u>TELEMAR</u>									
CAIXA Sobral, 05 de dezembro de 2021 Jaqueline Paula Magalhães CONSELHO ESCOLAR DELIZA LOPES André Roberto Duarte									
SOBREL MUNICÍPIO JESUS MARIA, 300 CENTRO SOBREL, CE CEP: 63000-000									



PAGO: 06/12/2021
COM RECURSO DO PMDE

Paula
ORDENADOR DE DESPESAS

Origem	Processo	Aplicação	Cl	Custo	Cl	Valor	Despesa	Q	#401,69#
008	104	2554	5	00001430-0	1	AAA	900653	2	
Pagamento por crédito de <u>Quatrocentos e um reais e sessenta e nove centavos</u>									
Antes de <u>SARC</u>									
CAIXA									
Sobral, 06 de dezembro de 2024									
Jaqueline Paula Jaqueline									
CONSELHO ESCOLAR DELIZA LOPES									
Angela Brito Almeida									
NOMINAL									
RUA CI L. JOSÉ SÁVIO, 300									
C/Nº 1180 - NOROESTE - C/									
SOM 10000 1001									

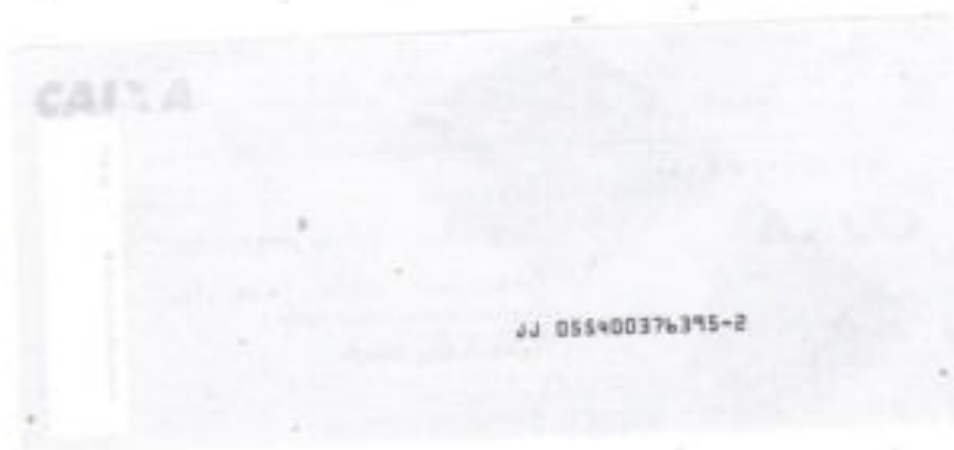


PAGO: 06/12/2024
COM RECURSO DO PMDE

Jaqueline
COORDENADOR DE DESPESAS



Conto	Anexo	Aplicação	ES	Código	CI	Moeda	Classificação	Valor
018	104	0001	5	00001430-0	1	AAA	900655	R\$ 75,00
Folha por folha								
diante e quanto de <u>setenta e cinco reais</u>								
#								
#								
a receber de								
de R\$ em inteiro								
UPMAT BRASIL								
CAIXA								
Sobral 07 de dezembro de 2021								
Jaqueline da Silva Paqueta								
CONSELHO ESCOLAR DELIZA LOPES								
Rua 31, 300, 3000-000								
Bairro: Centro								
Cidade: Sobral - CE								
CEP: 62000-000								
UF: CE								
Instituição: Deliza Lopes								
CNPJ: 06.908.052/0001-55								
CPF: 000.000.000-00								



PAGO 07/12/2021
COM RECURSO DO PMDE

Jaqueline
ORDENADOR DE DESPESAS



Sobral
Prefeitura Municipal

COTAÇÃO ELETRÔNICA: 2021/0542 - PROCESSO Nº 171/2021

ÓRGÃO PROMOTOR: PMS - CONSELHO ESCOLAR DELIZA LOPES - CNPJ: 16.984.348/0001-40

ORDEN DE COMPRA/SERVIÇO Nº 72870821



Fornecedor:		C. EDUARDO ARAÚJO MERGUITA QUÍMICA E SERVIÇOS		CNPJ/CPF:	20.614.230/0001-04
Endereço:		Rua Monsenhor Silvestre de Freitas, n. 221 - Itaperiçu, Crato - CE, 61.107-009		FONE/FAX:	0856/7989-44
COD. CATÁLOGO	COD. ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	QTD	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
107017	1	SERVICOS DE DIGITIZACAO E DESMISTZACAO - SERVICO DE DIGITIZACAO E DESMISTZACAO - Dbs	2,00	192,0000	384,00
TOTAL DA ORDEN DE COMPRA/SERVIÇO:					384,00
Dotação Orçamentária: R\$ 537,33					
OBS: OS RECURSOS FINANCEIROS NECESSÁRIOS AO PAGAMENTO DESTA ORDEN DE COMPRA/SERVIÇO SÃO ORÇAMENTOS DAS CLASSIFICAÇÕES FUNCIONAIS PROGRAMÁTICAS INFORMADAS NO TERMO DE PARTICIPAÇÃO DESTA COTAÇÃO.					
PARA USO DO ÓRGÃO PROMOTOR DA COTAÇÃO					
PMS - CONSELHO ESCOLAR DELIZA LOPES			Data de emissão: 05/12/2021		
 Raimundo Moura Almeida Junior Gerente de Compras			 Joazeleire Araujo Merguita Raimundo Moura Almeida Junior (carimbo e assinatura)		
AVISO IMPORTANTE AO FORNECEDOR: ESTA ORDEN DE COMPRA/SERVIÇO FOI EMITIDA DE ACORDO COM O TERMO DE PARTICIPAÇÃO Nº 2021/0044, DEVENDO O FORNECEDOR ENTREGAR OS ITENS/PRESTAR OS SERVIÇOS NAS QUANTIDADES, ESPECIFICAÇÕES, PRAZOS E DEMAIS CONDIÇÕES NELA EXPRESSAS, EM CUMPRIMENTO DOS TERMOS DA LEGISLAÇÃO VIGENTE. Observações:					
_____ _____ _____					
PARA USO DO FORNECEDOR					
C. EDUARDO ARAÚJO MERGUITA QUÍMICA E SERVIÇOS			DATA: 05.12.2021		
FAÇA-ME CRIAR DESTA ORDEN DE COMPRA/SERVIÇO, A QUAL ESTÁ DE ACORDO COM A COTAÇÃO ELETRÔNICA REFERIDA ACIMA.			 C. Eduardo Araujo Merguita (carimbo e assinatura)		
OBS: PRIMEIRA VIA PARA O FORNECEDOR/SEGUNDA VIA PARA O ÓRGÃO PROMOTOR DA COTAÇÃO.					

Osam Eduardo A. N. Quintan Serpico
 CPF: 21.075.177/0001-01
 Rua Monsenhor Silvestre de Freitas, 221
 Itaperiçu - Crato - Ceará

		ESTADO DO CEARÁ PREFEITURA DO CRATO SECRETARIA DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO		Nota Nº 000000052 SÉRIE ELETRÔNICA	
NOTA FISCAL ELETRÔNICA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS					
Data de Emissão	06/12/2021	Competência	DEZ/2021	Nº da NF-e Substituída	0
Nº do RPS	0	Local de Prestação	SOBRAL-CE	Destino do Simples	000
DADOS DO PRESTADOR DO SERVIÇO					
Razão Social		C. EDUARDO ARAUJO MESQUITA GUIMARAES E SERVICOS			
Nome Fantasia		J N GUIMARAES E SERVICOS			
Endereço		RUA MONSENHOR SILVANO DE SOUZA, 121 - SOBRAL-CE			
CPF/CNPJ	01.854.340/001-00	Insc. Municipal	0012380	UF	CE
Cidade	CRATO	C.E.P.		Compl.	
E-mail					
DADOS DO TOMADOR DO SERVIÇO					
Razão Social		CONSELHO ESCOLAR DELIZA LOPES		E-mail	
Endereço		RUA R DOS PATOS, SIN PATOS 42 113-500 SOBRAL-CE			
CPF/CNPJ	01.854.340/001-00	Insc. Municipal	0	Insc. Estadual	
E-mail					
DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS					
SERVIÇO DE DEDETIZAÇÃO E DESRATIZAÇÃO - SERVIÇO DE DEDETIZAÇÃO E DESRATIZAÇÃO					
CODIGO DA ATIVIDADE/SERVIÇO					
713-7-2700001 - Detecção, identificação, eliminação, prevenção, controle, manutenção, prevenção, prevenção					
INFORMAÇÕES PARA SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO CIVIL					
CÓDIGO DA OBRA		ART DA OBRA			
TRIBUTOS FEDERAIS					
PIS	0,00	COFINS	0,00	ISS	0,00
VALORES DO PRESTADOR		INFORMAÇÕES DA OPERAÇÃO		CÁLCULO DO ISS	
Valor dos Serviços	384,00	Natureza da Operação	Valor dos Serviços	384,00	
(-) Desconto incondicionado	0,00	Tributado no Município	(-) Dedução permitida em lei	0,00	
(-) Desconto condicionado	0,00	Regime Especial de Tributação	(-) Desconto incondicionado	0,00	
(-) Retenções Federais	0,00	3-Retribuição	Base de Cálculo	384,00	
Outras Retenções	0,00	Código de Tributação/Lei	(X) Alíquota do ISS	2,0000 %	
(-) ISS Retido	0,00	alíquota	ISS a Pagar	() Sim (X) Não	
(=) Valor Líquido	384,00		(=) Valor do ISS	7,68	
INFORMAÇÕES ADICIONAIS					
OUTRAS INFORMAÇÕES					
Impresso em: 06/12/21 22:37					

ATTESTO QUE O
 MATERIAL
 E SERVIÇO
 FORAM RECEBIDOS E CONFERIDOS
 DATA 15/12/2021
 ASSINATURA DE SOUSA
 HANDELSON SOUSA

PAGO 15/12/2021
 COM RECURSO DO PMDE
 ASSINATURA
 ORDENADOR DE DESPESAS



JN QUÍMICA E SERVIÇOS

INDUSTRIAS E LANCET - SAÚDE AMBIENTAL, QUÍMICA E SERVIÇOS
C. EDUARDO MARQUES RODRIGUES QUÍMICA E SERVIÇOS
CNPJ 20.478.871/0001-41 - RUA: NUNO DE OLIVEIRA
QUÍMICA E SERVIÇOS - RUA: NUNO DE OLIVEIRA
RUA: NUNO DE OLIVEIRA - RUA: NUNO DE OLIVEIRA
RUA: NUNO DE OLIVEIRA - RUA: NUNO DE OLIVEIRA
Fones: (88) 9.9679-9048 / (85) 9.9137.4217

RECIBO

R\$ 384,00

Recebi (emos) de Conselho Escolar Deliza Lopes
A importância acima de R\$ Trezentos e oitenta e quatro
reais

Referente a _____

RECEBIDA EM QUÍMICA E SERVIÇOS

Em 15 de dezembro de 2021.

PAGO: 15/12/2021
COM RECURSO DO PMOB

ORDENADOR DE DESPESAS

Código	Descrição	Quantidade	Valor Unit.	Valor Total	Observações
018	184	0004	5	00001430-0	AAA 900656
Paga por até					
depois a quantia de					
Triginta e oito e quatro reais					
C. Eduardo Franco Marques Salmeida e filhos					
CAIXA					
Sobral, 15 de dezembro de 2021					
Assinatura para depósito					
CONSELHO ESCOLAR DELIZA LOPES					
Paga para Salmeida					
SOMENTE					
RUA GET. JOSÉ SAUSA, 300					
01100 - SOBRAL, CE					
CONV. CCAD. 1871					



PAGO 15/12/2021
COM RECURSO DO FINE
Assinatura
ORDENADOR DE DESPESAS



055400376396-0



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional



**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: **C. EDUARDO ARAUJO MESQUITA QUIMICA E SERVICOS**
CNPJ: **26.676.817/0001-91**

Reassumido o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 do CTN, ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos de certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta e ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' e 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 08:39:55 do dia 08/12/2021 <hora e data de Brasília>.

Válida até 06/06/2022.

Código de controle da certidão: **AA06.EB03.C8BE.SED7**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Procuradoria Geral do Estado



Certidão Negativa de Débitos Estaduais
202121558564

Emitida para os efeitos da Instrução Normativa Nº 13 de 02/03/2001

IDENTIFICAÇÃO DO(A) REQUERENTE	
Inscrição Estadual:	063411989
CNPJ / CPF:	20676817000191
RAZÃO SOCIAL:	C EDUARDO ARAUJO MESQUITA QUIMICA E SERVICOS

Reservado o direito da Fazenda Estadual de inscrever e cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, certifico, para fins de direito, que revendo os registros do Cadastro de Inadimplentes da Fazenda Pública Estadual - CADINE, verificou-se nada existir em nome do(a) requerente acima identificado(a) até a presente data e horário, e, para constar, foi emitida esta certidão.

EMITIDA VIA INTERNET EM 06/12/2021 ÀS 06:49:13
VÁLIDA ATÉ 04/02/2022

A autenticidade deste documento deverá ser comprovada via Internet, no endereço
www.sefaz.ce.gov.br



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: C. EDUARDO ARAUJO MESQUITA QUIMICA E SERVICOS (MATERIA E ESTAGIO)

仁報社: 20-676, 917/0001-91

Certidão nº: 25898067/2021

Expedição: 21/08/2021, às 12:36:12

Validade: 16/02/2022 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data da sua expedição.

Certifica-se que C. EDUARDO ARAUJO MESQUITA QUIMICA E SERVICOS (MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o nº 20.676.817/0001-91, NÃO CONSTA do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso da pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A autenticidade desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes da execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



PREFEITURA DO CRATO
SECRETARIA DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO
CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS MUNICIPAIS

Nº 0000004401

PREFEITURA DO
CRATO
SECRETARIA DE FINANÇAS E
PLANEJAMENTO

DADOS DO CONTRIBUINTE OU RESPONSÁVEL

Inscrição Contribuinte / Nome

473786 - C. EDUARDO ARAUJO MESQUITA QUIMICA E SERVICOS

Endereço

RUA MONSENHOR SILVA DE SOUZA, 121 LOJA A

6085600 CRATO-CE CEP: 63197060

Nº. Requerimento

0000004401/2021

Documento

C.W.P.J.: 20.676.90378003401

Natureza jurídica

Empresa Jurídica



CERTIDÃO

CERTIFICO para fins de direito, que revendo os arquivos fiscais competentes referentes aos exercícios anteriores e o atual, verifiquei-se que NÃO EXISTEM débitos de natureza tributária e não tributária em nome do contribuinte acima identificado pelo que, expedimos a presente certidão com prazo, na forma da Lei nº 1.132 de 27 de setembro de 2017 - Código Tributário Municipal do Crato, preservando o direito do Município de inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados.

CRATO-CE, 29 DE NOVEMBRO DE 2021

Otoni Lima Bezerra

Secretário Municipal de Finanças e Planejamento

Esta certidão é válida por 030 dias contados da data de emissão

VALIDA ATÉ: 29/12/2021

COD. VALIDAÇÃO 0000004401



Visualizar

Imprimir



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 20.876.817/0001-91
Razão Social: CICERO EDUARDO ARAUJO MESQUITA 8231989334
Endereço: R DOUTOR JOSE NILO 222 ANEXO A / SEMBRANDO / CRATO / CE / 65113-695

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 02/12/2021 a 31/12/2021

Certificação Número: 2021120203050692499033

Informação obtida em 06/12/2021 11:12:45

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: www.caixa.gov.br



CONTRATO

CONTRATO Nº 002/2021 – ESCOLA DELIZA LOPES
PROCESSO Nº P171262/2021



CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A **CONSELHO ESCOLAR ESCOLA DELIZA LOPES** E A EMPRESA **EDUARDO ARAUJO MESQUITA QUIMICA E SERVICOS**, PARA OS FINS NELE INDICADOS.

O (A) **CONSELHO ESCOLAR ESCOLA DELIZA LOPES**, inscrita no CNPJ nº 01.904.340/0001-00, com sede no Distrito de Patos, Rua Patos S/N Sobral/CE, representado neste ato pelo Sr. Jaqueline Ávila Mesquita, inscrito no RG sob o nº 99031019489, CPF nº 91601436300, residente e domiciliado na rua Vereador Joaquim Barreto Lima nº 1269, BV 1, quadra 14, Sobral, Ceará, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa **EDUARDO ARAUJO MESQUITA QUIMICA E SERVICOS**, inscrita no CNPJ sob o nº 20.676.817/0001-91, com sede na RUA MONSENHOR SILVA DE SOUZA, 121 LOJA A SOSSEGO CRATO-CE CEP: 6310705, aqui denominada de **CONTRATADA**, neste ato representada pelo Sr. Cicero Eduardo Araújo Mesquita, inscrito no RG sob o nº 2828944/94 e CPF nº 620.198.803-34, **RESOLVEM** celebrar este Contrato, em conformidade com as disposições contidas na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, na **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, oriunda da Cotação Eletrônica nº 2021/25152 e seus ANEXOS, na proposta da **CONTRATADA**, tudo fazendo parte deste Contrato, independente de transcrição e mediante as Cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO

1.1. O presente Contrato tem como fundamento o art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93, a Cotação Eletrônica nº 2021/25152 e seus ANEXOS, devidamente homologada, a proposta da **CONTRATADA**, tudo parte integrante deste termo, independente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1. Contratação de empresa para realização de Serviços de Terceiros/ Serviço de Dedetização e Desratização para atender as necessidades da Escola Deliza Lopes, através do Processo de Cotação Eletrônica, pagos com os recursos do PMDE, conforme as especificações e quantitativos previstos no Termo de Referência.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE E DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	SERVIÇO DE DEDETIZAÇÃO E DESRATIZAÇÃO NAS ESCOLAS DELIZA LOPES E ESCOLA ALZIRA PAULO BRAGA	-	1	R\$ 192,00	R\$ 384,00

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E DA FONTE DE RECURSOS

3.1. O valor global deste Contrato é de R\$ 384,00 (trezentos oitenta e quatro reais) a ser

pago com recursos da Escola Deliza Lopes, conforme contas bancárias abaixo:
Agência **0654**,
conta corrente 1430-0
Operação: 003
Banco: caixa Econômica Federal



CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

4.1. O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura na forma do parágrafo único, do art. 61, da Lei Federal nº 8.666/1993.

5. DA EXECUÇÃO E DO RECEBIMENTO

5.1. Quanto à execução:

5.1.1. O objeto contratual deverá ser entregue em conformidade com as especificações estabelecidas neste termo, no prazo de 07 (sete) dias corridos, contado a partir do recebimento da ordem de compra ou outro instrumento hábil, na Escola Deliza Lopes, localizada no Distrito de Patos, Rua Patos S/N Sobral/CE. no(s) horário(s) e dia(s) da semana das 07:00 às 11:00h e das 13:00 às 17:00h, de segunda à sábado.

5.1.2. A entrega do objeto será de inteira responsabilidade da CONTRATADA, sendo esta responsável por toda despesa decorrente de transporte e descarregamento do objeto, comprometendo-se ainda integralmente com eventuais danos causados a ele.

5.1.3. Os atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito, desde que justificados até 02 (dois) dias úteis antes do término do prazo de entrega, e aceitos pela contratante, não serão considerados como inadimplemento contratual.

5.1.4. A CONTRATADA deverá entregar qualquer quantidade solicitada pelo município, não podendo, portanto, estipular cotas mínimas ou máximas para entrega.

5.2. Quanto ao recebimento:

5.2.1. PROVISORIAMENTE, mediante recibo, para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto com as especificações, devendo ser feito por pessoa credenciada pela CONTRATANTE.

5.2.2. DEFINITIVAMENTE, sendo expedido Termo de Recebimento Definitivo, após a verificação da qualidade e quantidade do objeto, certificando-se de que todas as condições estabelecidas foram atendidas e a consequente aceitação das Notas Fiscais pelo gestor da contratação, devendo haver rejeição no caso de desconformidade.

5.2.3. Caso o material licitado não atenda às especificações exigidas ou apresente defeitos, não será aceito, sujeitando-se o fornecedor à aplicação das penalidades previstas no termo do contrato.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento advindo do objeto deste termo será proveniente dos recursos da Escola Deliza Lopes e será efetuado até 30 (trinta) dias contados da data da apresentação da nota fiscal/fatura devidamente atestada pelo gestor da contratação, mediante cheque nominal advindo do Recurso Municipal PMDE.

6.1.1. A nota fiscal/fatura que apresente incorreções será devolvida à contratada para as devidas correções. Nesse caso, o prazo de que trata o subitem anterior começará a fluir a partir da data de apresentação da nota fiscal/fatura corrigida.

6.2. Não será efetuado qualquer pagamento à contratada em caso de descumprimento das condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6.3. É vedada a realização de pagamento antes da execução do objeto ou se o mesmo não estiver de acordo com as especificações deste instrumento.

6.4. Os pagamentos encontram-se ainda condicionados à apresentação dos seguintes comprovantes:

6.4.1. Documentação relativa à regularidade para com a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Trabalhista e Fazendas Federal, Estadual e Municipal.

6.5. Toda a documentação exigida deverá ser apresentada em original ou por qualquer processo de reprografia, obrigatoriamente autenticada, seja em cartório, seja por meio do permissivo da Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018. Caso esta documentação tenha sido emitida pela internet, só será aceita após a confirmação de sua autenticidade.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. No caso de inadimplemento de suas obrigações, a contratada estará sujeita, sem prejuízo das sanções legais nas esferas civil e criminal, às seguintes penalidades:

7.1.1. Multas, estipuladas na forma a seguir:

7.1.1.1. Multa moratória em caso de atraso injustificado da entrega do objeto contratual, a contar da respectiva solicitação do órgão contratante de 0,33% do valor total inadimplido, por dia e por ocorrência.

7.1.1.2. Multa indenizatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total da adjudicação da licitação em caso de recusa à assinatura do Contrato, ou recusar-se a aceitar ou retirar o instrumento equivalente;

7.1.1.3. Multa de 0,33%, por dia e por ocorrência, de acordo com as regras dispostas no Decreto Municipal nº 2316/2019, em caso de atraso injustificado da entrega do objeto contratual, a contar da respectiva solicitação do órgão contratante.

7.1.1.4. Multa de 0,33% a 3,0%, por dia e por ocorrência, de acordo com as regras dispostas no Decreto Municipal nº 2316/2019, quando:

a) deixar de manter as condições de habilitação durante o prazo do contrato, nos termos do inciso XIII do art. 55, da Lei Federal nº 8.666/93;

b) permanecer inadimplente após a aplicação da advertência;

c) deixar de regularizar, no prazo definido pela Administração, os documentos exigidos na legislação, para fins de liquidação de pagamento da despesa;

d) deixar de depositar no prazo ou complementar o valor da garantia recolhida após solicitação da Administração;

e) não devolver os valores pagos indevidamente pela Administração;

- f) manter funcionário sem qualificação para a execução do objeto contratado;
- g) utilizar as dependências da contratante para fins diversos do objeto contratado;
- h) deixar de fornecer equipamento de proteção individual (EPI), quando exigido, aos seus empregados ou omitir-se em fiscalizar sua utilização, na hipótese de contratação de serviços de mão de obra;
- i) deixar de substituir empregado cujo comportamento for incompatível com o interesse público, em especial quando solicitado pela Administração;
- j) deixar de repor funcionários faltosos;
- l) deixar de controlar a presença de empregados, na hipótese de contratação de serviços de mão de obra;
- m) deixar de observar a legislação pertinente aplicável ao seu ramo de atividade;
- n) deixar de efetuar o pagamento de salários, vales-transportes, vale-refeição, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como deixar de arcar com quaisquer outras despesas relacionadas à execução do contrato nas datas avençadas;
- o) deixar de apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista e previdenciária regularizada;
- p) deixar de entregar ou entregar com atraso os esclarecimentos formais solicitados pela Administração;

q) retirar das dependências da Administração quaisquer equipamentos ou materiais de consumo, previstos em contrato ou não, sem autorização prévia do responsável;

7.1.1.5. Multa de 1,0% a 5,0%, por dia e por ocorrência, de acordo com as regras dispostas no Decreto Municipal nº 2316/2019, quando não entregar ou entregar objeto contratual em desacordo com a qualidade, especificações e condições licitadas ou contratadas e/ou com vício, irregularidade ou defeito oculto, que torne o objeto impróprio para o fim a que se destina.

7.1.1.6. Multa de 7,0%, por dia e por ordem de serviço ou instrumento equivalente, de acordo com as regras dispostas no Decreto Municipal nº 2316/2019, quando suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, desde que expressamente aceitos pela Administração Pública, os serviços contratuais.

7.1.1.7. Multa de 10,0%, por ocorrência, de acordo com as regras dispostas no Decreto Municipal nº 2316/2019, quando:

- a) o infrator der causa, respectivamente, à rescisão do contrato;
- b) fornecer informação e/ou documento falso;

7.1.2. Multa de 0,33% a 10,0%, a depender do caso concreto, a ser decidido no âmbito do processo administrativo de aplicação de penalidade, quando não cumprir quaisquer dos itens não mencionados nesta seção, em relação à fase de execução contratual.

7.1.3. O licitante que ensejar falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo iridôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Municipal e será descredenciado nos sistemas cadastrais de fornecedores, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a



própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste instrumento e das demais cominações legais.

7.2. O CONTRATADO receberá a multa por meio de:

7.2.1. Documento de Arrecadação Municipal (DAM), podendo ser substituído por qualquer instrumento legal, em nome do Órgão contratante. Caso não o faça, será cobrada pela via judicial.

7.2.2. Descontos ex-officio de qualquer crédito existente da CONTRATADA ou cobradas judicialmente terão como base de cálculo o cronograma inicial dos serviços.

7.3. Nenhuma sanção será aplicada sem garantia da ampla defesa e contraditório, na forma da lei.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. Executar e entregar o objeto em conformidade com as condições deste instrumento.

8.2. Manter durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

8.3. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os percentuais de acréscimos ou supressões limitados ao estabelecido no §1º, do art. 65, da Lei Federal nº 8.666/1993, tomando-se por base o valor contratual.

8.4. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à contratante ou a terceiros, decorrentes da sua culpa ou dolo, quando da execução do objeto, não podendo ser arguido para efeito de exclusão ou redução de sua responsabilidade o fato de a contratante proceder à fiscalização ou acompanhar a execução contratual.

8.5. Responder por todas as despesas diretas e indiretas que incidam ou venham a incidir sobre a execução contratual, inclusive as obrigações relativas a salários, previdência social, impostos, encargos sociais e outras providências, respondendo obrigatoriamente pelo fiel cumprimento das leis trabalhistas e específicas de acidentes do trabalho e legislação correlata, aplicáveis ao pessoal empregado na execução contratual.

8.6. Prestar imediatamente as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratante, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidas no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

8.7. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, imediatamente, à suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, ou em desconformidade com as especificações deste termo, no prazo fixado pelo órgão/entidade detentor do SRP (Sistema de Registro de Preços), contado da sua notificação, independentemente das penalidades aplicáveis ou cabíveis.

8.8. Cumprir, quando for o caso, as condições de garantia do objeto, responsabilizando-se pelo período oferecido em sua proposta comercial, observando o prazo mínimo exigido pela Administração.

8.9. Providenciar a substituição de qualquer profissional envolvido na execução do objeto contratual, cuja conduta seja considerada indesejável pela fiscalização da contratante.



CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 9.1. Solicitar o fornecimento do objeto à contratada através da emissão de Ordem de Fornecedor/Service.
- 9.2. Proporcionar à contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do objeto contratual, consoante estabelece a Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações.
- 9.3. Fiscalizar a execução do objeto contratual através de sua unidade competente, podendo, em decorrência, solicitar providências da contratada, que atenderá ou justificará de imediato.
- 9.4. Notificar a contratada de qualquer irregularidade decorrente da execução do objeto contratual.
- 9.5. Efetuar os pagamentos devidos à contratada nas condições estabelecidas neste Termo.
- 9.6. Aplicar as penalidades previstas em lei e neste instrumento.



CLÁUSULA DÉCIMA - DA FISCALIZAÇÃO

10.1. A execução contratual será acompanhada e fiscalizada pela Sra. Sra. Francisca Rozelma Sales de Vasconcelos (secretária escolar), especialmente designada para este fim pela contratante, de acordo com o estabelecido no art. 67, da Lei Federal nº 8.666/1993, a ser informado quando da lavatura do instrumento contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

11.1. O CONTRATANTE poderá rescindir o Contrato, independente de Interpelação judicial ou extrajudicial e de qualquer indenização, nos seguintes casos:

- a) O não cumprimento ou o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações ou prazos, por parte da CONTRATADA;
- b) A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil da CONTRATADA;
- c) O cometimento de infrações à Legislação Trabalhista por parte da CONTRATADA;
- d) Razões de interesse público ou na ocorrência das hipóteses do art. 78 do Estatuto das Licitações;
- e) A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

12.1. As partes elegem o Foro da Comarca de Sobral-CE, como o único competente para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste Contrato, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03(três) vias de igual forma e teor, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, na presença das testemunhas adiante nomeadas, que a tudo assistiram, na forma da lei.



ESCOLA DELIZA LOPES



Sobral (CE), 5 de Novembro de 2021.



Jaqueline Ávila Mesquita
JAQUELINE ÁVILA MESQUITA
DIRETORA DA ESCOLA/CONSELHO
Contratante

Eduardo Araújo Mesquita
EDUARDO ARAUJO MESQUITA QUÍMICA E
SERVIÇOS
CONTRATADA
Contratado

TESTEMUNHAS:

1. Angela Bastina Oliveira
CPF: 735.765.303-04

2. Edson de Souza Rodrigues
CPF: 600.206.113-73



Sobral
Prefeitura Municipal



COTAÇÃO ELETRÔNICA: 20110000 - PROCESSO Nº 17964/2021

ÓRGÃO PROMOTOR: PMS - CONSELHO ESCOLAR DELEZA LOPES - CNPJ: 11.303.284/0001-78

ORDEN DE COMPRA/SERVIÇO Nº 1864/2021

FORNECEDOR: MARIA ELIANE PEREIRA		CNPJ/CPF: 11.303.284/0001-78	
ENDEREÇO: Rua MANOEL AGUIAR PONTES, s/nº, Lote 1, 4º DA Q 14 - Bairro Fátima, Sobral - CE, 62.010-		FORNECIDA:	
ORD. / COD. CATALAG/ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	QTD	PREÇO UNITÁRIO
1864/21	COPO DESCARTAVEL, BIODIGRESSIVEL, ENVASAMENTO, AGUA, 300 ML, CADA 3000 UNIDADES - (Obs. - MARCA: água.com)	2,00	45,00
TOTAL DA ORDEM DE COMPRA/SERVIÇO:			90,00
Destinação Organizacional: CONSELHO ESCOLAR DELEZA LOPES			
OS RECURSOS FINANCEIROS NECESSÁRIOS AO PAGAMENTO DESTA ORDEM DE COMPRA/SERVIÇO SÃO ORÇAMENTOS DAS CLASSIFICAÇÕES FUNCIONAIS PROGRAMÁTICAS INFORMADAS NO TERMO DE PARTICIPAÇÃO DESTA COTAÇÃO.			
PARA USO DO ÓRGÃO PROMOTOR DA COTAÇÃO			
PMS - CONSELHO ESCOLAR DELEZA LOPES		Data de emissão: 20/12/2021	
Raimundo Moura Almeida Junior Diretor de Campos		Jaqueline Avila Mesquita Diretor Escolar - DNE-1 ATO Nº 186/2021	
Assinatura: <i>Jaqueline Avila Mesquita</i> Raimundo Moura Almeida Junior (Carimbo e autógrafo)			
AVISO IMPORTANTE AO FORNECEDOR: ESTA ORDEM DE COMPRA/SERVIÇO FOI EMITIDA DE ACORDO COM O TERMO DE PARTICIPAÇÃO Nº 303/2017. DEVIDO O FORNECEDOR ENTREGAR OS ITENS/PRESTAR OS SERVIÇOS NAS QUANTIDADES, ESPECIFICAÇÕES, PRAZOS E DEMAIS CONDIÇÕES NELLE EXPRESSOS, EM CUMPRIMENTO DOS TERMOS DA LEGISLAÇÃO VIGENTE.			
Observações: _____ _____ _____			
PARA USO DO FORNECEDOR			
MARIA ELIANE PEREIRA		DATA: 20/12/2021	
FAÇO-RE CIENTE DESTA ORDEM DE COMPRA/SERVIÇO, A QUAL ESTÁ DE ACORDO COM A COTAÇÃO ELETRÔNICA REFERIDA ACIMA.		Assinatura: <i>Maria Eliane Pereira</i> Maria Eliane Pereira ME (Carimbo e autógrafo)	
OBS: PRIMEIRA VIA PARA O FORNECEDOR/SEGUNDA VIA PARA O ÓRGÃO PROMOTOR DA COTAÇÃO			

CNPJ: 11.303.284/0001-78

RUA MANOEL AGUIAR PONTES, 1480
RENATO PARENTE - SOBRAL



MARIA ELIANE PEREIRA

CNPJ: 11.303.281/0001-78 - CCF: 06.394.758-1
Rua Manoel Aguiar Pontes, 1480, Renato Parente
Sobral/CE

RECIBO

R\$ 99,96

Recebemos do (a) Sr.(a) Conselho Escolar Deliza Lopes

quantia de

Uso de mesa para o momento de aula

Centavos

Valor referente a

Chave fiscal nº 002.432

pelo que firmo(amos) o presente recibo.

Sobral(CE), 27 de dezembro de 20 18

Maria Eliane Pereira h.c.
CNPJ: 11.303.281/0001-78
RUA MANOEL AGUIAR PONTES, 1480
RENATO PARENTE - SOBRAL

PAGO: 23/12/2018
COM RECURSO DO FNDE

Tamara
COORDENADOR DE DESPESAS

Comp.	018	104	0554	3	000001430-0	AAA	900661	3	09,96
Página por mês									
Despesa a crédito de	Noventa e nove reais e noventa e seis centavos								
X									
Maria Eliane Pereira									
CAIXA									
Sobral 27 de dezembro									
Pequena conta corrente									
CONSELHO ESCOLAR DELIZA LOPES									
Angela Brito Duarte									
CAIXA									
RUA CEL. JOSE SARDIA, 300									
CENTRO - SOBRAL - CE									
CONFEÇÃO: 13/21									
#10405540# 0109006615# 000300143005#									



CAIXA

055400378201-9

PAGO: 27/12/2021
COM RECURSO DO PMDE

Angela Brito Duarte
ORDENADOR DE DESPESAS



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional



**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: **MARIA ELIANE PEREIRA**
CNPJ: 11.303.281/0001-78

Resalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1965 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos de administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 16:50:18 do dia 13/08/2021 <hora e data de Brasília>.

Válida até 09/02/2022.

Código de controle da certidão: **6D95.CF7E.76B6.B7C4**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Certidão Negativa de Débitos Estaduais
202122878031

Emitida para os efeitos da Instrução Normativa Nº 13 de 02/03/2001

IDENTIFICAÇÃO DO(A) REQUERENTE
Inscrição Estadual: 063947587
CNPJ / CPF: 11303281000178
RAZÃO SOCIAL: MARIA ELIANE PEREIRA

Ressalvado o direito da Fazenda Estadual de inscrever e cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, certifico, para fins de direito, que revendo os registros do Cadastro de Inadimplentes da Fazenda Pública Estadual - CADINE, verificou-se nada existir em nome do(a) requerente acima identificado(a) até a presente data e horário, e, para constar, foi emitida esta certidão.

EMITIDA VIA INTERNET EM 17/12/2021 ÀS 15:39:58
VÁLIDA ATÉ 15/02/2022

A autenticidade deste documento deverá ser comprovada via Internet, no endereço
www.sefaz.ce.gov.br



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: MARIA ELIANE PEREIRA (MATER E FILIAIS)
CNPJ: 11.303.261/0001-78
Certidão n°: 28683799/2021
Expedição: 20/09/2021, às 08:37:25
Validade: 19/03/2022 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data
de sua expedição.

Certifica-se que MARIA ELIANE PEREIRA (MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o nº 11.303.281/0001-79, NÃO CONSTA do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A autenticidade desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



PREFEITURA DE SOBRAL
SECRETARIA DO ORÇAMENTO E FINANÇAS
CERTIDÃO NEGATIVA DE TRIBUTOS MUNICIPAIS

Nº 0000010514



DADOS DO CONTRIBUINTE OU RESPONSÁVEL

Inscrição Contribuinte / Nome

100834 - MARIA ELIANE PEREIRA

Endereço

RUA MANOEL AGUIAR PONTES, 1460 L 45 DA Q 14

RENATO PARENTE SOBRAL-CE CEP: 62016-879

Nº. Requerimento

0000010514/2021

Documento

C.N.P.J.: 11.303.281/0001-78

Natureza jurídica

Pessoa Jurídica

CERTIDÃO

Certificamos para os devidos fins, que revendo os registros dos registros da dívida ativa e de inadimplentes desta Secretaria, constatamos - até a presente data - não existirem em nome do(a) requerente, nenhuma pendência relativa a tributos municipais.

A Secretaria do Orçamento e Finanças se reserva o direito de inscrever e cobrar as dívidas que posteriormente venham a ser apuradas. Para constar, foi lavrada a presente Certidão.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na internet, no seguinte endereço: <http://servicos.spreadgov.com.br>

SOBRAL-CE, 27 DE DEZEMBRO DE 2021

Esta certidão é válida por 090 dias contados da data de emissão

VALIDA ATÉ: 26/03/2022

COD. VALIDAÇÃO: 0000010514



[Voltar](#)[Imprimir](#)**Certificado de Regularidade
do FGTS - CRF****Inscrição:** 11.303.285/0001-78**Razão Social:** MARCA ELIANE PEREIRA**Endereço:** RUA MANOEL AGUIAR PONTES 1480 L45 QD14 / RENATO PARENTE /
SOBRAL / CE / 63050-970

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 07/12/2021 a 05/01/2022**Certificação Número:** 2021120701254196370497

Informação obtida em 17/12/2021 15:38:55

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br

RESUMO GERAL	
Total estimado para construção: R\$ 2.240,00	
Total estimado sem item Remanejados: R\$ 2.240,00	
Total estimado com item Remanejados: R\$ 0,00	
Total estimado com item Diversos:	
Total Construção: R\$ 2.240,00	
Exercício (exercício): R\$ 224,0000	(R\$ 0,00)

Condição de acesso ao sistema de gestão e acesso ao sistema de controle de acesso.

20/12/2020 09:09



CONTRATO

CONTRATO Nº 0005/2021 – Escola Deliza Lopes EIEF
 PROCESSO Nº P175814/2021



CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A ESCOLA DELIZA LOPES EIEF E A EMPRESA MARIA ELIANE PEREIRA, PARA OS FINS NELE INDICADOS.

O (A) Conselho Escolar Deliza Lopes, inscrita no CNPJ nº 01.304.340/0001-00, com sede no Distrito de Patos, Rua dos Patos, S/N, Sobral/CE, representado neste ato pelo Sr. Jacqueline Avila Mesquita, inscrito no RG sob o nº 96031019488, CPF nº 91601436300, residente e domiciliado na rua Venâncio Joaquim Barreto Lima, nº 1205, BV 1, quadra 14, Sobral, Ceará, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa **MARIA ELIANE PEREIRA**, inscrita no CNPJ sob o nº 11.303.281/0001-78, com sede na Rua Manoel Aguiar Pontes, Nº 1480, Complemento L 45 da Q 14, Bairro do Renato Parente, Sobral/CE, aqui denominada de **CONTRATADA**, neste ato representada pelo Sr. Maria Eliane Pereira, inscrito no RG sob o nº 2006065128-8 e CPF nº 51006371387, **RESOLVEM** celebrar este Contrato, em conformidade com as disposições contidas na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, na **ORDEM DE LICITAÇÃO**, oriunda da Cotação Eletrônica nº 2021/26388 e seus ANEXOS, na proposta da CONTRATADA, tudo fazendo parte deste Contrato, independente de transcrição e mediante as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO

1.1. O presente Contrato tem como fundamento o art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93, a Cotação Eletrônica nº 2021/26388 e seus ANEXOS, devidamente homologada, e proposta da CONTRATADA, tudo parte integrante deste termo, independente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1. Constitui objeto deste contrato a Contratação da empresa para aquisição de material de consumo/materiais de copa e cozinha, conforme as especificações e quantitativos previstos no Termo de Referência, bem como na tabela abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	1301107 - COPO DESCARTAVEL, BIODIGRAVAVEL, ENVASAMENTO, AGUA, 200 ML, CADA 1000.0 UNIDADES 1301107 - COPO DESCARTAVEL, BIODIGRAVAVEL, ENVASAMENTO, AGUA, 200 ML, CADA 1000.0 UNIDADES UNO, FORN, CADA 1000.0 UNIDADES SERVIÇO: NÃO ITEM C/MARCA: SIM/ONS	CADA 1000.0 UNIDADES	2	49,50	99,00

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E DA FONTE DE RECURSOS

3.1. O valor global deste Contrato é de **R\$ 99,00** (noventa e nove reais e noventa e seis centavos), a ser pago com recursos da Escola Deliza Lopes, conforme contas bancárias abaixo:

Banco: Caixa Econômica Federal
 Agência: 0554,
 Conta corrente: 1430-0

MARIA
 ELIANE
 PEREIRA 11
 303281000
 118

Operação: 003

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

4.1. O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, contados a partir da sua assinatura na forma do parágrafo único, do art. 61, da Lei Federal nº 8.666/1993.



CLÁUSULA QUINTA - DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO

5.1. Quanto à entrega:

5.1.1. O objeto contratual deverá ser entregue em conformidade com as especificações estabelecidas neste termo, no prazo de 07 (sete) dias corridos, contado a partir do recebimento da ordem de compra ou outro instrumento hábil, na Escola Deliza Lopes, localizado no Distrito de Patos, Rua dos Patos, 5N, em Sobral/CE, no(s) horário(s) e dia(s) da semana das 07:00 às 11:00h e das 13:00 às 16:00h, de segunda à sexta.

5.1.2. A entrega do objeto será de inteira responsabilidade da CONTRATADA, sendo esta responsável por toda despesa decorrente de transporte e descarregamento do objeto, comprometendo-se ainda integralmente com eventuais danos causados a ele.

5.1.3. Os atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito, desde que justificados até 02 (dois) dias úteis antes do término do prazo de entrega, e aceitos pela contratante, não serão considerados como inadimplemento contratual.

5.1.4. A CONTRATADA deverá entregar qualquer quantidade solicitada pelo município, não podendo, portanto, estipular cotas mínimas ou máximas para entrega.

5.2. Quanto ao recebimento:

5.2.1. PROVISORIAMENTE, mediante recibo, para efeito de posterior verificação de conformidade do objeto com as especificações, devendo ser feito por pessoa credenciada pela CONTRATANTE.

5.2.2. DEFINITIVAMENTE, sendo expedido Termo de Recebimento Definitivo, após a verificação da qualidade e quantidade do objeto, certificando-se de que todas as condições estabelecidas foram atendidas e a consequente aceitação das Notas Fiscais pelo gestor da contratação, devendo haver rejeição no caso de desconformidade.

5.2.3. Caso o material licitado não atenda às especificações exigidas ou apresente defeitos, não será aceito, sujeitando-se o fornecedor à aplicação das penalidades previstas no termo do contrato.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento advindo do objeto deste termo será proveniente dos recursos da Escola Deliza Lopes e será efetuado até 30 (trinta) dias contados da data de apresentação da nota fiscal/fatura devidamente atestada pelo gestor da contratação, mediante cheque nominal advindo do Recurso Municipal PMDE.

6.1.1. A nota fiscal/fatura que apresente incorreções será devolvida à contratada para as devidas correções. Nesse caso, o prazo de que trata o subitem anterior começará a fluir a partir da data de apresentação da nota fiscal/fatura corrigida.

6.2. Não será efetuado qualquer pagamento à contratada em caso de descumprimento das condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6.3. É vedada a realização de pagamento antes da execução do objeto ou se o mesmo não

estiver de acordo com as especificações deste instrumento.

6.4. Os pagamentos encontram-se ainda condicionados à apresentação dos seguintes comprovantes:

6.4.1. Documentação relativa à regularidade para com a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Trabalhista e Fazendas Federal, Estadual e Municipal;

6.5. Toda a documentação exigida deverá ser apresentada em original ou por qualquer processo de reprografia, obrigatoriamente autenticada, seja em cartório, seja por meio do permissivo da Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018. Caso esta documentação tenha sido emitida pela internet, só será aceita após a confirmação de sua autenticidade.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. No caso de inadimplemento de suas obrigações, a contratada estará sujeita, sem prejuízo das sanções legais nas esferas civil e criminal, às seguintes penalidades:

7.1.1. Multas, estipuladas na forma a seguir:

7.1.1.1. Multa moratória em caso de atraso injustificado da entrega do objeto contratual, a contar da respectiva solicitação do órgão contratante de 0,33% do valor total inadimplido, por dia e por ocorrência.

7.1.1.2. Multa indenizatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total da adjudicação da licitação em caso de recusa à assinatura do Contrato, ou recusar-se a aceitar ou retirar o instrumento equivalente;

7.1.1.3. Multa de 0,33%, por dia e por ocorrência, de acordo com as regras dispostas no Decreto Municipal nº 2316/2019, em caso de atraso injustificado da entrega do objeto contratual, a contar da respectiva solicitação do órgão contratante.

7.1.1.4. Multa de 0,33% a 3,0%, por dia e por ocorrência, de acordo com as regras dispostas no Decreto Municipal nº 2316/2019, quando:

- a) deixar de manter as condições de habilitação durante o prazo do contrato, nos termos do inciso XIII do art. 55, da Lei Federal nº 8.666/93;
- b) permanecer inadimplente após a aplicação da advertência;
- c) deixar de regularizar, no prazo definido pela Administração, os documentos exigidos na legislação, para fins de liquidação de pagamento de despesa;
- d) deixar de depositar no prazo ou complementar o valor da garantia recolhida após solicitação da Administração;
- e) não devolver os valores pagos indevidamente pela Administração;
- f) manter funcionário sem qualificação para a execução do objeto contratado;
- g) utilizar as dependências da contratante para fins diversos do objeto contratado;
- h) deixar de fornecer equipamento de proteção individual (EPI), quando exigido, aos seus empregados ou omitir-se em fiscalizar sua utilização, na hipótese de contratação de serviços de mão de obra;
- i) deixar de substituir empregado cujo comportamento for incompatível com o interesse público, em especial quando solicitado pela Administração;
- j) deixar de repor funcionários faltosos;
- l) deixar de controlar a presença de empregados, na hipótese de contratação de serviços de mão de obra;

DATA: _____
LOCAL: _____
ASSINATURA: _____
FUNÇÃO: _____
NOME: _____
CPF: _____
RG: _____

- m) deixar de observar a legislação pertinente aplicável ao seu ramo de atividade;
- n) deixar de efetuar o pagamento de salários, valores-transportes, vale-refeição, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como deixar de arcar com quaisquer outras despesas relacionadas à execução do contrato nas datas avençadas;
- o) deixar de apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista e previdenciária regularizada;
- p) deixar de entregar ou entregar com atraso os esclarecimentos formais solicitados pela Administração;
- q) retirar das dependências da Administração quaisquer equipamentos ou materiais de consumo, previstos em contrato ou não, sem autorização prévia do responsável;

7.1.1.5. Multa de 1,0% a 5,0%, por dia e por ocorrência, de acordo com as regras dispostas no Decreto Municipal nº 2316/2019, quando não entregar ou entregar objeto contratual em desacordo com a qualidade, especificações e condições lícitas ou contratadas e/ou com vício, irregularidade ou defeito oculto, que torne o objeto impróprio para o fim a que se destina;

7.1.1.6. Multa de 7,0%, por dia e por ordem de serviço ou instrumento equivalente, de acordo com as regras dispostas no Decreto Municipal nº 2316/2019, quando suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, desde que expressamente aceitos pela Administração Pública, os serviços contratuais;

7.1.1.7. Multa de 10,0%, por ocorrência, de acordo com as regras dispostas no Decreto Municipal nº 2316/2019, quando:

- a) o infrator der causa, respectivamente, à rescisão do contrato;
- b) fornecer informação e/ou documento falso;

7.1.2. Multa de 0,33% a 10,0%, a depender do caso concreto, a ser decidido no âmbito do processo administrativo de aplicação de penalidade, quando não cumprir quaisquer dos itens não mencionados nesta seção, em relação à fase de execução contratual;

7.1.3. O licitante que ensejar falha ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo ilícito, fazer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Municipal e será descredenciado nos sistemas cadastrais de fornecedores, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste instrumento e das demais cominações legais.

7.2. O CONTRATADO recolherá a multa por meio de:

7.2.1. Documento de Arrecadação Municipal (DAM), podendo ser substituído por outro instrumento legal, em nome do Órgão contratante. Caso não o faça, será cobrado pela via judicial;

7.2.2. Descantos ex-officio de qualquer crédito existente da CONTRATADA ou cobrados judicialmente terão como base de cálculo o cronograma inicial dos serviços;

7.3. Nenhuma sanção será aplicada sem garantia da ampla defesa e contraditório, na forma da lei.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. Executar e entregar o objeto em conformidade com as condições deste instrumento.



Assinatura



8.2. Manter durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

8.3. Acelerar, nas mesmas condições contratuais, os percentuais de acréscimos ou supressões limitados ao estabelecido no §1º, do art. 65, da Lei Federal nº 8.666/1993, tomando-se por base o valor contratual.

8.4. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução do objeto, não podendo ser arguido para efeito de exclusão ou redução de sua responsabilidade o fato de a contratante proceder à fiscalização ou acompanhar a execução contratual.

8.5. Responder por todas as despesas diretas e indiretas que incidam ou venham a incidir sobre a execução contratual, inclusive as obrigações relativas a salários, previdência social, impostos, encargos sociais e outras providências, respondendo obrigatoriamente pelo fiel cumprimento das leis trabalhistas e específicas de acidentes do trabalho e legislação correlata, aplicáveis ao pessoal empregado na execução contratual.

8.6. Prestar imediatamente as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratante, salvo quando implicarem em instigações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidas no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

8.7. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, imediatamente, à suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, ou em desconformidade com as especificações deste termo, no prazo fixado pelo órgão/entidade detentor do SRP (Sistema de Registro de Preços), contados da sua notificação, independentemente das penalidades aplicáveis ou cabíveis.

8.8. Cumprir, quando for o caso, as condições de garantia do objeto, responsabilizando-se pelo período oferecido em sua proposta comercial, observando o prazo mínimo exigido pela Administração.

8.9. Providenciar a substituição de qualquer profissional envolvido na execução do objeto contratual, cuja conduta seja considerada indesejável pela fiscalização da contratante.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. Solicitar o fornecimento do objeto à contratada através da emissão de Ordem de Fornecimento/Serviço.

9.2. Proporcionar à contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do objeto contratual, conforme estabelece a Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações.

9.3. Fiscalizar a execução do objeto contratual através de sua unidade competente, podendo, em decorrência, solicitar providências da contratada, que atenderá ou justificará de imediato.

9.4. Notificar a contratada de qualquer irregularidade decorrente da execução do objeto contratual.

9.5. Efetuar os pagamentos devidos à contratada nas condições estabelecidas neste Termo.

9.6. Aplicar as penalidades previstas em lei e neste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA FISCALIZAÇÃO

10.1. A execução contratual será acompanhada e fiscalizada pela Sra. Francisca Rosália Sales de Vasconcelos, (secretária escolar), especialmente designada para este fim pela contratante, de acordo com o estabelecido no art. 67, da Lei Federal nº 8.666/1993, a ser informado quando da lavatura do instrumento contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

11.1. O CONTRATANTE poderá rescindir o Contrato, independente de interpretação judicial ou extrajudicial e de qualquer indenização, nos seguintes casos:

- a) O não cumprimento ou o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações ou prazos, por parte da CONTRATADA;
- b) A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil da CONTRATADA;
- c) O cometimento de infrações à Legislação Trabalhista por parte da CONTRATADA;
- d) Razões de interesse público ou na ocorrência das hipóteses do art. 78 do Estatuto das Licitações;
- e) A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

12.1. As partes elegem o Foro da Comarca de Sobral-CE, como o único competente para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste Contrato, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual forma e teor, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, na presença das testemunhas abaixo nomeadas, que a tudo assistiram, na forma da lei.

Sobral (CE), 09 de Dezembro de 2021.


JAQUELINE ÁVILA MESQUITA
DIRETORA DA ESCOLA/CONSELHO
Contratante

MARIA ELIANE
PEREIRA:11303
281000178

Assinado de forma digital
por MARIA ELIANE
PEREIRA:11303281000178
Dados: 2021.12.14
07:53:10 -03'00'

MARIA ELIANE PEREIRA
Contratado

TESTEMUNHAS:

1 
CPF: 735.765.303-04

2 
CPF: 600.256.173-93



MARIA ELIANE PEREIRA

CNPJ: 11.303.281/0001-78 - CPF: 06.384.756-1
Rua Manoel Aguiar Pontes, 1400, Bairro Parente
Sobral/CE

RECIBO

184.628,95

Recebemos do (a) Sr.(a)

Conselho Escolar Delza Lopes

quantia de

Quatro mil Sezentos e vinte e oito reais e

trinta e cinco centavos

Valor referente a

Nota fiscal nº 002.421

pelo que firmo(amos) o presente recibo.

Sobral(CE),

27

de

dezembro

de 20

21

Maria Eliane Pereira ME
CNPJ: 11.303.281/0001-78
RUA MANOEL AGUIAR PONTES, 1400
REXATO PARENTE - SOBRAL

PAGO: 27/12/2021
COM RECURSO DO PMDE

Carolina
ORDENADOR DE DESPESAS

[illegible]

JD 055400378202-7

PAGO: 22/12/2024
COM RECURSO DO PMDE

Transfer
ORDENADOR DE DESPESAS



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional



**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: MARIA ELIANE PEREIRA
CNPJ: 11.303.281/0001-78

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' e 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A autenticação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 16:50:18 do dia 13/08/2021 (hora e data de Brasília).

Válida até 09/02/2022.

Código de controle da certidão: 60F8.CF7E.76B5.87C4

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Certidão Negativa de Débitos Estaduais
202122878031

Emitida para os efeitos da Instrução Normativa Nº 13 de 02/03/2001

IDENTIFICAÇÃO DO(A) REQUERENTE
Inscrição Estadual: 063947587
CNPJ / CPF: 11303281000178
RAZÃO SOCIAL: MARIA ELIANE PEREIRA

Resalhado o direito da Fazenda Estadual de inscrever e cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, certifico, para fins de direito, que revendo os registros do Cadastro de Inadimplentes da Fazenda Pública Estadual - CADINE, verificou-se nada existir em nome do(a) requerente acima identificado(a) até a presente data e horário, e, para constar, foi emitida esta certidão.

EMITIDA VIA INTERNET EM 17/12/2021 ÀS 15:39:58
VÁLIDA ATÉ 15/02/2022

A autenticidade deste documento deverá ser comprovada via Internet, no endereço
www.sefaz.ce.gov.br



PODER JUDICIARIO
JUSTICA DO TRABALHO



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: MARIA ELIANE PEREIRA (MATER E FILIAIS)
 CNPJ: 11.303.281/0001-78
 Certidão nº: 28683799/2021
 Expedição: 20/09/2021, às 08:37:25
 Validade: 18/03/2022 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data
 de sua expedição.

Certifica-se que MARIA ELIANE PEREIRA (MATER E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o nº 11.303.261/0001-78, NÃO CONSTA do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data de sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



PREFEITURA DE SOBRAL
SECRETARIA DO ORÇAMENTO E FINANÇAS
CERTIDÃO NEGATIVA DE TRIBUTOS MUNICIPAIS

Nº 0000010514



DADOS DO CONTRIBUINTE OU RESPONSÁVEL

Inscrição Contribuinte / Nome

109634 - MARIA ELIANE PEREIRA

Endereço

RUA MANOEL AGUIAR PONTES, 1480 L 45 DA Q 14

RENATO PARENTE SOBRAL-CE CEP: 62010-870

Nº. Requerimento

0000010514/2021

Documento

C.N.P.J.: 11.303.281/0001-78

Natureza jurídica

Pessoa Jurídica

CERTIDÃO

Verificamos para os devidos fins, que revendo os registros dos valores da dívida ativa e de inadimplências desta Secretaria, constatamos - até a presente data - não existirem em nome do(s) requerente(s), nenhuma pendência relativa a tributos municipais.

A Secretaria do Orçamento e Finanças se reserva o direito de inscrever e cobrar as dívidas que posteriormente venham a ser apuradas. Para constar, foi lavrada a presente Certidão.

A autenticação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na internet, na seguinte endereço: <http://servicos.spse.gov.br>

SOBRAL-CE, 21 DE DEZEMBRO DE 2021

Esta certidão é válida por 090 dias contados da data de emissão

VALIDA ATÉ: 20/03/2022

COD. VALIDAÇÃO: 0000010514



[Voltar](#)[Imprimir](#)**Certificado de Regularidade
do FGTS - CRF****Inscrição:** 11.303.281/0001-78**Razão Social:** MARISA ELSANE PEREIRA**Endereço:** RUA MANOEL AGUIAR PONTES 1480 L45 QD14 / RENATO PARENTE /
SOBRAL / CE / 62010-970

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 07/12/2021 a 05/01/2022**Certificação Número:** 2021120701254196370497

Informação obtida em 17/12/2021 15:38:55

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



CONTRATO

CONTRATO Nº 0007/2021 – Escola Deliza Lopes EIF
 PROCESSO Nº P172613/2021



CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A ESCOLA DELIZA LOPES EIF E A EMPRESA MARIA ELIANE PEREIRA, PARA OS FINS NELE INDICADOS.

O (A) Conselheiro Escolar Deliza Lopes, inscrita no CNPJ nº 01.904.340/0001-00, com sede no Distrito de Patos, Rua dos Patos, S/N, Sobral/CE, representado neste ato pelo Sra. Jaqueline Ávila Mesquita, inscrito no RG sob o nº 99031019489, CPF nº 91801436300, residente e domiciliado na rua Vereador Joaquim Barreto Lima, nº 1269, BV 1, quadra 14, Sobral, Ceará, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa **MARIA ELIANE PEREIRA**, inscrita no CNPJ sob o nº 11.303.281/0001-78, com sede na Rua Manoel Aguiar Pontes, Nº 1480, Complemento L 45 da Q 14, Bairro do Renato Parente, Sobral/CE, aqui denominada de **CONTRATADA**, neste ato representada pelo Sra. Maria Eliane Pereira, inscrito no RG sob o nº 2008065126-8 e CPF nº 51036371387, **RESOLVEM** celebrar este Contrato, em conformidade com as disposições contidas na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, na **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, oriunda da Cotação Eletrônica nº 2021/25562 e seus ANEXOS, na proposta da CONTRATADA, tudo fazendo parte deste Contrato, independente de transcrição e mediante as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO

1.1. O presente Contrato tem como fundamento o art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93, e Cotação Eletrônica nº 2021/25562 e seus ANEXOS, devidamente homologada, a proposta da CONTRATADA, tudo parte integrante deste termo, independente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1. Constitui objeto deste contrato a Contratação de empresa para aquisição de material de consumo/materiais de expediente, conforme as especificações e quantitativos previstos no Termo de Referência, bem como na tabela abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	143803 - PAPEL, ALCALINO A4, GRAMATURA 75G/M2, ALTA ALVURA, DIMENSÕES 210 X 297MM, EMBALAGEM EM MATERIAL IMPERMEÁVEL, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, EMBALAGEM 1.0 RESMA 143803 - PAPEL, ALCALINO A4, GRAMATURA 75G/M2, ALTA ALVURA, DIMENSÕES 210 X 297MM, EMBALAGEM EM MATERIAL IMPERMEÁVEL, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, EMBALAGEM 1.0 RESMA UND. FORM.: EMBALAGEM 1.0 RESMA SERVIÇO: NÃO ITEM C/ MARCA: SEM OBS: RESMA COM 500 FOLHAS	EMBALAGEM 1.0 RESMA	100	13,97	1.397,00
2	1023067 - ENVELOPE, A4, COR BRANCA, 210MM X 297MM, CAIXA 100.0 UNIDADE UND. FORM.: CAIXA 100.0 UNIDADES SERVIÇO: NÃO ITEM C/ MARCA: SEM OBS:	CAIXA 100.0 UNIDADES	10	19,00	190,00
3	514461 - GRAMPO PARA FIXAR PAPEL, TIPO TRECHO, AÇO ANTIOXIDANTE, ENCADEINADOR, CAIXA COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO	CAIXA 50.0 UNIDADE	20	8,75	175,00

MARIA
 ELIANE
 PEREIRA/11.303.281/0001-78
 3381000178



	FABRICANTE, CAIXA 50.0 UNIDADE UND. FORM.: CAIXA 50.0 UNIDADE SERVIÇO: NÃO ITEM C/ MARCA: SIM OBS:				
4	3115 - GRAMPO PARA GRAMPEADOR, GALVANIZADO, 26#, EMBALAGEM COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, CAIXA 5000.0 UNIDADE UND. FORM.: CAIXA 5000.0 UNIDADE SERVIÇO: NÃO ITEM C/MARCA: SIM OBS:	CAIXA 50.0 UNIDADE	15	3,95	
5	7528 - PAPEL, AL, 80KG, CORES DIVERSAS, PACOTE 50.0 FOLHA UND. FORM.: PACOTE 50.0 FOLHA SERVIÇO: NÃO ITEM C/MARCA: SIM OBS:	CAIXA 50.0 UNIDADE	30	5,95	178,50
6	2518 - CLIPS, AÇO, NIQUELAD, Nº 4/5, EMBALAGEM COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, CAIXA 100.0 UNIDADE UND. FORM.: CAIXA 100.0 UNIDADES SERVIÇO: NÃO ITEM C/MARCA: SIM OBS:	CAIXA	10	2,25	22,50
7	808610 - ALMOFADA PARA CARBONO, RECARREGAVEL COM TINTA, CORES VARIADAS, CAIXA 1.0 UNIDADE UND. FORM.: CAIXA 1.0 UNIDADE SERVIÇO: NÃO ITEM C/MARCA: SIM OBS:	CAIXA 1.0 UNIDADE	1	3,98	3,98
8	103407 - FITA ADESIVA, EMBALAGEM SEPARADA COM MATERIAL ANTI-ADERSIVO, CONTENDO MARCA DO FABRICANTE, PAPEL, MADEIRA, DIMENSÕES 45MM X 50M, GOMADA, EMBALAGEM 1.0 UNIDADE UND. FORM.: EMBALAGEM 1.0 UNIDADE SERVIÇO: NÃO ITEM C/MARCA: SIM OBS:	EMBALAGE M 1.0 UNIDADE	40	8,05	328,00
9	786426 - PASTA AZ, FERRAGEM NIQUELADA, POLIPROPILENO, OPACA, DIMENSÕES 280X280X7MM, VARIAÇÃO +/- 5%, LOMBO LARGO, CORES VARIADAS, AVULSO 1.0 UNIDADE UND. FORM.: AVULSO 1.0 UNIDADE SERVIÇO: NÃO ITEM C/ MARCA: SIM OBS:	AVULSO 1.0 UNIDADE	4	6,98	27,94
10	1542382 - ARTIGOS DECORATIVOS, FOLHA DE EVA, LISO, CORES VARIADAS, 40X60CM, ESPESURA 1,5 MM, EMBALAGEM 1.0 UNIDADE UND. FORM.: EMBALAGEM 1.0 UNIDADE SERVIÇO: NÃO ITEM C/MARCA: SIM OBS:	EMBALAGE M 1.0 UNIDADE	50	1,45	87,50
11	16322 - GRAMPEADOR, CHAPA DE AÇO, METÁLICO, CAPACIDADE MÍNIMA GRAMPEAR 12 FOLHAS DE PAPEL 75G/M2, 1,0 MM DE ESPESURA POSFATIZADA E PINTURA ELETROSTÁTICA, EMBALAGEM COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, CAIXA 1.0 UNIDADE UND. FORM.: CAIXA 1.0 UNIDADE SERVIÇO: NÃO ITEM C/MARCA: SIM OBS:	CAIXA 1.0 UNIDADE	3	7,95	23,85
12	756884 - PISTOLA, PEQUENA, APLICAÇÃO DE COLA QUENTE, EMBALAGEM 1.0 UNIDADE UND. FORM.: EMBALAGEM 1.0 UNIDADE SERVIÇO: NÃO ITEM C/MARCA: SIM OBS:	EMBALAGE M 1.0 UNIDADE	2	11,95	23,92
13	313645 - COLA, BASTÃO COLA QUENTE, SEM TRANSPARENTE, PACOTE 1.0 QUILOGRAMAS UND. FORM.: PACOTE 1.0 QUILOGRAMA SERVIÇO: NÃO ITEM C/ MARCA: SIM OBS:	PACOTE 1.0 QUILOGRA MA	2	24,42	48,84
14	1069860 - BLOCO, TIPO POST-IT, 50MM X 50MM, 250 FOLHAS, ADESIVO COLORIDOS, PACOTE 5.0 UNIDADES UND. FORM.: PACOTE 5.0 UNIDADES SERVIÇO: NÃO ITEM C/MARCA: SIM OBS:	PACOTE 5.0 UNIDADES	2	3,95	7,90
15	2330 - PENCIL PARA QUADRO-BRANCO, RECARREGAVEL, COMPRIMENTO MÉDIO 10 CM, GRAVADO NO CORPO MARCA DO FABRICANTE, CORES VARIADAS, PONTA DE FELTRO INDEFORMAVEL, SEM RESÍDUOS AO APAGAR, AVULSO 1.0 UNIDADE UND. FORM.: AVULSO 1.0 UNIDADE SERVIÇO: NÃO ITEM C/MARCA: SIM OBS:	AVULSO 1.0 UNIDADE	40	1,98	79,40
16	786002 - PLACA EM BORRACHA, E.V.A COM GLITTER, 40 CM X 48 CM X 2 MM, CORES VARIADAS, PACOTE 10.0 FOLHA UND. FORM.: PACOTE 10.0 FOLHA SERVIÇO: NÃO ITEM C/MARCA: SIM OBS:	PACOTE 10.0 FOLHA	5	28,90	144,50

MARIA
 ELIANE
 PEREIRA, 11/30/19
 1281000178



ESCOLA DELIZA LOPES EMEF
INEP: 23025743



17	141304 - PASTA, ESCOLAR, MATRÍCULA, CELULOSE VEGETAL, GRAMATURA 180 G/M², DIMENSÕES 34 CM X 24 CM X 2,5 CM, EMBALAGEM 1,0 UNIDADE UND. FORM.: EMBALAGEM 1,0 UNIDADE SERVIÇO: NÃO ITEM C/ MARCA: SIM OBS:	EMBALAGE M 1,0 UNIDADE	100	0,48	48,00
18	186762 - FITA ADESIVA, TRANSPARENTE, PLÁSTICO, 12 MM X 30 M, EMBALAGEM 1,0 UNIDADE UND. FORM.: EMBALAGEM 1,0 UNIDADE SERVIÇO: NÃO ITEM C/ MARCA: SIM OBS:	EMBALAGE M 1,0 UNIDADE	5	0,35	1,75
19	370735 - PASTA PARA DOCUMENTO, PAPEL, CARTÃO, DIMENSÕES 235 X 350 MM, PLASTIFICADA, ABA E ELÁSTICO, 260 GR, CORES VARIADAS, AVULSO 1,0 UNIDADE UND. FORM.: AVULSO 1,0 UNIDADE SERVIÇO: NÃO ITEM C/ MARCA: SIM OBS:	AVULSO 1,0 UNIDADE	40	1,77	70,80
20	770210 - COLA ADESIVA, DE CONTATO, TUBO 75,0 GRAMAS UND. FORM.: TUBO 75,0 GRAMAS UNIDADE SERVIÇO: NÃO ITEM C/ MARCA: SIM OBS:	TUBO 75,0 GRAMAS	4	8,88	35,52
21	771265 - FITA ADESIVA, GOMADA, PAPEL, MADEIRA, 32 MM X 50 M, EMBALAGEM 1,0 UNIDADE UND. FORM.: EMBALAGEM 1,0 UNIDADE SERVIÇO: NÃO ITEM C/ MARCA: SIM OBS:	EMBALAGE M 1,0 UNIDADE	15	7,40	111,00
22	255130 - FITA DECORATIVA, 100 % POLIÉSTER, CORES DIVERSAS, 30 MM X 30 M, UNIDADE 1,0 UNIDADE UND. FORM.: UNIDADE 1,0 UNIDADE SERVIÇO: NÃO ITEM C/ MARCA: SIM OBS:	UNIDADE 1,0	10	5,85	58,50
23	138037 - FITA ADESIVA, 45X50MM, CORES VARIADAS, EMBALAGEM 1,0 UNIDADE UND. FORM.: EMBALAGEM 1,0 UNIDADE SERVIÇO: NÃO ITEM C/ MARCA: SIM OBS:	EMBALAGE M 1,0 UNIDADE	15	11,90	178,50
24	2881 - CANETA HIDROGRÁFICA, ESCRITA FINA, PONTA POROSA, DIMENSÃO 140 MM, COMPRIMENTO X 8,5 MM DIÂMETRO, VARIAÇÃO +/- 10%, CORPO MATERIAL PLÁSTICO, CARGA NÃO TÓXICA, 12 CORES VARIADAS, CAIXA 12,0 UNIDADE UND. FORM.: CAIXA 12,0 UNIDADE SERVIÇO: NÃO ITEM C/ MARCA: SIM OBS:	CAIXA 12,0 UNIDADE	8	4,08	32,64
25	843280 - PASTA PARA DOCUMENTO, PLÁSTICO TRANSPARENTE, RESISTENTE, COR BRANCA CRISTAL, COM ABAS E ELÁSTICO, TAMANHO 235 X 350 MM, EMBALAGEM INDUSTRIAL COM DADOS DO FABRICANTE, AVULSO 1,0 UNIDADE UND. FORM.: AVULSO 1,0 UNIDADE SERVIÇO: NÃO ITEM C/ MARCA: SIM OBS:	AVULSO 1,0	5	2,88	14,40
26	186869 - PAPEL, TIPO MADEIRA, 88 X 99,8 CM, AVULSO 1,0 FOLHA UND. FORM.: AVULSO 1,0 FOLHA UNIDADE SERVIÇO: NÃO ITEM C/ MARCA: SIM OBS:	AVULSO 1,0 FOLHA	60	0,34	20,40
27	819904 - CARTOLINA, DIMENSÕES 50X68 CM, COMUM, 150G/M², CORES DIVERSAS, AVULSO 1,0 FOLHA UND. FORM.: AVULSO 1,0 FOLHA UNIDADE SERVIÇO: NÃO ITEM C/ MARCA: SIM OBS:	AVULSO 1,0 FOLHA	60	0,38	22,80
28	601087 - CARTOLINA, DIMENSÕES 48X60 CM, DUPLA FACE, CORES VARIADAS, AVULSO 1,0 FOLHA UND. FORM.: AVULSO 1,0 FOLHA UNIDADE SERVIÇO: NÃO ITEM C/ MARCA: SIM OBS:	UNIDADE	60	0,38	22,80
29	744360 - TINTA PARA PÍCEL, SEM ÓLEO, QUADRO BRANCO, CORES DIVERSAS, FRASCOS 40 ML, EMBALAGEM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, CAIXA 12,0 UNIDADES UND. FORM.: CAIXA 12,0 UNIDADE SERVIÇO: NÃO ITEM C/ MARCA: SIM OBS:	CAIXA 12,0 UNIDADES	5	6,38	31,90
30	817 - LAPIS, GRAVADO NO CORPO MARCA DO FABRICANTE, GRAFITE HB, COMPRIMENTO 175 MM, Nº 62, COR DO REVESTIMENTO PRETO, REVESTIDO EM MADEIRA, FORMATO CILÍNDRICO, AVULSO 1,0 UNIDADE UND. FORM.: AVULSO 1,0 UNIDADE SERVIÇO: NÃO ITEM C/ MARCA: SIM OBS:	AVULSO 1,0 UNIDADE	300	0,14	42,00
31	5720 - CORRETIVO, LÍQUIDO BRANCO, À BASE DE ÁGUA, NÃO TÓXICO, SECASEM RÁPIDA, FRASCO 18,0 ML UND. FORM.: FRASCO 18,0 ML UNIDADE SERVIÇO: NÃO ITEM C/ MARCA: SIM OBS:	FRASCO 18,0 ML	40	1,58	63,20

MARIA ELIANE
PEREIRA 11/02
03/03/2020 16:18



32	308072 - BORRACHA DE APAGAR, LATEX, APAGAR ESCRITA A LÁPIS, COR BRANCA, TIPO PONTEIRA, EMBALAGEM 1.0 UNIDADE UND. FORN.: EMBALAGEM 1.0 UNIDADE SERVIÇO: NÃO ITEM C/ MARCA: SIM OBS:	EMBALAGE M 1.0 UNIDADE	400		
33	805544 - BALAO, LATEX, COLORIDO, PACOTE 50.0 UNIDADES 805544 - BALAO, LATEX, COLORIDO, PACOTE 50.0 UNIDADE UND. FORN.: PACOTE 50.0 UNIDADE SERVIÇO: NÃO ITEM C/ MARCA: SIM OBS:	PACOTE 50.0 UNIDADE	50	8,15	
34	268654 - PAPEL, 210 X 297 MM, FORMATO A4, UNHO, GRAMATURA 180 GR, COR A DEFINIR BRANCA, CINZA, CREME, PACOTE 50.0 FOLHAS 268654 - PAPEL, 210 X 297 MM, FORMATO A4, UNHO, GRAMATURA 180 GR, COR A DEFINIR BRANCA, CINZA, CREME, PACOTE 50.0 FOLHA UND. FORN.: PACOTE 50.0 FOLHA SERVIÇO: NÃO ITEM C/ MARCA: SIM OBS:	PACOTE 50.0 FOLHA	10	15,15	151,50
35	7455 - PAPEL, DIMENSÕES 210 X 297MM, A4, 100% RECICLADO, GRAMATURA 75 G/M2, IMPRESSORA LASER, JATO DE TINTA, FOTOCOPIADORA, FAX PLANO, EMBALAGEM MATERIAL IMPERMEAVEL, IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, EMBALAGEM 1.0 RESMA 7455 - PAPEL, DIMENSÕES 210 X 297MM, A4, 100% RECICLADO, GRAMATURA 75 G/M2, IMPRESSORA LASER, JATO DE TINTA, FOTOCOPIADORA, FAX PLANO, EMBALAGEM MATERIAL IMPERMEAVEL, IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, EMBALAGEM 1.0 RESMA UND. FORN.: EMBALAGEM 1.0 RESMA SERVIÇO: NÃO ITEM C/ MARCA: SIM OBS:	EMBALAGE M 1.0 RESMA	10	18,85	188,50
36	1486945 - REFL, TONER, PARA IMPRESSORA RICOH, MODELO SP 377 SERIES, REFERENCIA SP 377 SPNWX, MONOCROMATICO, NAO RECONDICIONADO, NAO REMANUFATURADO, EMBALAGEM 1.0 QUILOGRAMA 1486945 - REFL, TONER, PARA IMPRESSORA RICOH, MODELO SP 377 SERIES, REFERENCIA SP 377 SPNWX, MONOCROMATICO, NAO RECONDICIONADO, NAO REMANUFATURADO, EMBALAGEM 1.0 QUILOGRAMA UND. FORN.: EMBALAGEM 1.0 QUILOGRAMA SERVIÇO: NÃO ITEM C/ MARCA: SIM OBS:	EMBALAGE M 1.0 QUILOGRAMA	1	215,00	215,00

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E DA FONTE DE RECURSOS

3.1. O valor global deste Contrato é de **R\$ 4.628,35** (quatro mil, seiscentos e vinte e oito reais e trinta e cinco centavos), a ser pago com recursos da Escola Deliza Lopes, conforme contas bancárias abaixo:

Banco: Caixa Econômica Federal
 Agência: 0554,
 Conta corrente: 1430-0
 Operação: 803

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

4.1. O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, contados a partir da sua assinatura na forma do parágrafo único, do art. 61, da Lei Federal nº 8.666/1993.

CLÁUSULA QUINTA - DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO

5.1. Quanto à entrega:

ASSINADO: _____
 ELIANE
 FONE: 11 3011-1111
 0281000275

Escola Deliza Lopes de EIF/EF Criada pelo decreto Municipal 388/97 / Código INEP: 23025743
 Rua dos Passos, 5/N, Distrito de Passos, Sabará-MG



5.1.1. O objeto contratual deverá ser entregue em conformidade com as especificações estabelecidas neste termo, no prazo de 07 (sete) dias corridos, contado a partir do recebimento da ordem de compra ou outro instrumento hábil, na Escola Deliza Lopes, localizado no Distrito de Patos, Rua dos dos Patos, SN, em Sobral/CE, no(s) horário(s) e dia(s) da semana de 07:00 às 11:00h e das 13:00 às 18:00h, de segunda à sexta.

5.1.2. A entrega do objeto será de inteira responsabilidade da CONTRATADA, sendo esta responsável por toda despesa decorrente de transporte e descarregamento do objeto, comprometendo-se ainda integralmente com eventuais danos causados a ele.

5.1.3. Os atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito, desde que justificados até 02 (dois) dias úteis antes do término do prazo de entrega, e aceitos pela contratante, não serão considerados como inadimplemento contratual.

5.1.4. A CONTRATADA deverá entregar qualquer quantidade solicitada pelo município, não podendo, portanto, estipular cotas mínimas ou máximas para entrega.

5.2. Quanto ao recebimento:

5.2.1. PROVISORIAMENTE, mediante recibo, para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto com as especificações, devendo ser feito por pessoa credenciada pela CONTRATANTE.

5.2.2. DEFINITIVAMENTE, sendo expedido Termo de Recebimento Definitivo, após a verificação da qualidade e quantidade do objeto, certificando-se de que todas as condições estabelecidas foram atendidas e a consequente aceitação das Notas Fiscais pelo gestor da contratação, devendo haver rejeição no caso de desconformidade.

5.2.3. Caso o material lotado não atenda às especificações exigidas ou apresente defeitos, não será aceito, sujeitando-se o fornecedor à aplicação das penalidades previstas no termo do contrato.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento advindo do objeto deste termo será proveniente dos recursos da Escola Deliza Lopes e será efetuado até 30 (trinta) dias contados da data da apresentação da nota fiscal/fatura devidamente atestada pelo gestor da contratação, mediante cheque nominal advindo do Recurso Municipal PMDE.

6.1.1. A nota fiscal/fatura que apresente incorreções será devolvida à contratada para as devidas correções. Nesse caso, o prazo de que trata o subitem anterior começará a fluir a partir da data de apresentação da nota fiscal/fatura corrigida.

6.2. Não será efetuado qualquer pagamento à contratada em caso de descumprimento das condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6.3. É vedada a realização de pagamento antes da execução do objeto ou se o mesmo não estiver de acordo com as especificações deste instrumento.

6.4. Os pagamentos encontram-se ainda condicionados à apresentação dos seguintes comprovantes:

6.4.1. Documentação relativa à regularidade para com a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Trabalhista e Fazendas Federal, Estadual e Municipal.

6.5. Toda a documentação exigida deverá ser apresentada em original ou por qualquer processo de reprografia, obrigatoriamente autenticada, seja em cartório, seja por meio do permissivo da Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018. Caso esta documentação tenha sido emitida pela internet, só será aceita após a confirmação de sua autenticidade.



ESCOLA DELZA LOPES EIEF
INEP: 23025743

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. No caso de inadimplemento de suas obrigações, a contratada estará sujeita, sem prejuízo das sanções legais nas esferas civil e criminal, às seguintes penalidades:

7.1.1. Multas, estipuladas na forma a seguir:

7.1.1.1. Multa moratória em caso de atraso injustificado da entrega do objeto contratual, a contar da respectiva solicitação do órgão contratante de 0,33% do valor total inadimplido, por dia e por ocorrência.

7.1.1.2. Multa indenizatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total da adjudicação da licitação em caso de recusa à assinatura do Contrato, ou recusar-se a aceitar ou retirar o instrumento equivalente;

7.1.1.3. Multa de 0,33%, por dia e por ocorrência, de acordo com as regras dispostas no Decreto Municipal nº 2316/2019, em caso de atraso injustificado da entrega do objeto contratual, a contar da respectiva solicitação do órgão contratante.

7.1.1.4. Multa de 0,33% a 3,0%, por dia e por ocorrência, de acordo com as regras dispostas no Decreto Municipal nº 2314/2019, quando:

- a) deixar de manter as condições de habilitação durante o prazo do contrato, nos termos do inciso XIII do art. 55, da Lei Federal nº 8.666/93;
- b) permanecer inadimplente após a aplicação da advertência;
- c) deixar de regularizar, no prazo definido pela Administração, os documentos exigidos na legislação, para fins de liquidação de pagamento da despesa;
- d) deixar de depositar no prazo ou complementar o valor da garantia recolhida após solicitação da Administração;
- e) não devolver os valores pagos indevidamente pela Administração;
- f) manter funcionário sem qualificação para a execução do objeto contratado;
- g) utilizar as dependências da contratante para fins diversos do objeto contratado;
- h) deixar de fornecer equipamento de proteção individual (EPI), quando exigido, aos seus empregados ou omitir-se em fiscalizar sua utilização, na hipótese de contratação de serviços de mão de obra;
- i) deixar de substituir empregado cujo comportamento for incompatível com o interesse público, em especial quando solicitado pela Administração;
- j) deixar de repor funcionários faltosos;
- l) deixar de controlar a presença de empregados, na hipótese de contratação de serviços de mão de obra;
- m) deixar de observar a legislação pertinente aplicável ao seu ramo de atividade;
- n) deixar de efetuar o pagamento de salários, vales-transportes, vale-refeição, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como deixar de arcar com quaisquer outras despesas relacionadas à execução do contrato nas datas avençadas;
- o) deixar de apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista e previdenciária regularizada;
- p) deixar de entregar ou entregar com atraso os esclarecimentos formais solicitados pela Administração;

Escola Delfina Lopes de EMEF Criada pelo decreto Municipal 388/97 / Código INEP: 23025743
Rua dos Petros, 581, Distrito de Petrópolis, Suburbiópolis

NAME	Address
ELIANE	Address
PENNY	Address
JOHN	Address

Department of Health
 1000 North Dearborn
 Chicago, IL 60610
 Tel: 312/736-3000
 Fax: 312/736-3000

g) retirar das dependências da Administração quaisquer equipamentos ou materiais de consumo, previstos em contrato ou não, sem autorização prévia do responsável.

7.1.1.5. Multa de 1,0% a 5,0%, por dia e por ocorrência, de acordo com as regras dispostas no Decreto Municipal nº 2316/2019, quando não entregar ou entregar objeto contratual em desacordo com a qualidade, especificações e condições licitadas ou contratadas e/ou com vício, irregularidade ou defeito oculto, que torne o objeto impróprio para o fim a que se destina.

7.1.1.6. Multa de 7,0%, por dia e por ordem de serviço ou instrumento equivalente, de acordo com as regras dispostas no Decreto Municipal nº 2316/2019, quando suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, desde que expressamente aceitos pela Administração Pública, os serviços contratuais.

7.1.1.7. Multa de 10,0%, por ocorrência, de acordo com as regras dispostas no Decreto Municipal nº 2316/2019, quando:

a) o infrator der causa, respectivamente, à rescisão do contrato;

b) fornecer informação e/ou documento falso;

7.1.2. Multa de 0,33% a 10,0%, a depender do caso concreto, a ser decidido no âmbito do processo administrativo de aplicação de penalidade, quando não cumprir quaisquer dos itens não mencionados nesta seção, em relação à fase de execução contratual.

7.1.3. O licitante que ensajar falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Municipal e será descredenciado nos sistemas cadastrais de fornecedores, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste instrumento e das demais cominações legais.

7.2. O CONTRATADO receberá a multa por meio de:

7.2.1. Documento de Arrecadação Municipal (DAM), podendo ser substituído por outro instrumento legal, em nome do Órgão contratante. Caso não o faça, será cobrado pela via judicial.

7.2.2. Descontos ex-officio de qualquer crédito existente da CONTRATADA ou cobradas judicialmente terão como base de cálculo o cronograma inicial dos serviços.

7.3. Nenhuma sanção será aplicada sem garantia da ampla defesa e contraditório, na forma da lei.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. Executar e entregar o objeto em conformidade com as condições deste instrumento.

8.2. Manter durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

8.3. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os percentuais de acréscimos ou supressões limitados ao estabelecido no §1º, do art. 65, da Lei Federal nº 8.666/1993, tomando-se por base o valor contratual.

8.4. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à contratante ou a terceiros, decorrentes da sua culpa ou dolo, quando da execução do objeto, não podendo ser arguido para efeito de exclusão ou redução de sua responsabilidade o fato de a contratante proceder à fiscalização ou acompanhar a execução contratual.



Assinatura

8.5. Responder por todas as despesas diretas e indiretas que incidam ou venham a incidir sobre a execução contratual, inclusive as obrigações relativas a salários, previdência social, impostos, encargos sociais e outras providências, respondendo obrigatoriamente pelo cumprimento das leis trabalhistas e específicas de acidentes do trabalho e legislação correlata, aplicáveis ao pessoal empregado na execução contratual.

8.6. Prestar imediatamente as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratante, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidas no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

8.7. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, imediatamente, à suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, ou em desconformidade com as especificações deste termo, no prazo fixado pelo órgão/entidade detentor do SRP (Sistema de Registro de Preços), contados da sua notificação, independentemente das penalidades aplicáveis ou cabíveis.

8.8. Cumprir, quando for o caso, as condições de garantia do objeto, responsabilizando-se pelo período oferecido em sua proposta comercial, observando o prazo mínimo exigido pela Administração.

8.9. Providenciar a substituição de qualquer profissional envolvido na execução do objeto contratual, cuja conduta seja considerada indesejável pela fiscalização da contratante.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. Solicitar o fornecimento do objeto à contratada através da emissão de Ordem de Fornecimento/Serviço.

9.2. Proporcionar à contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do objeto contratual, consoante estabelece a Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações.

9.3. Fiscalizar a execução do objeto contratual através de sua unidade competente, podendo, em decorrência, solicitar providências da contratada, que atenderá ou justificará de imediato.

9.4. Notificar a contratada de qualquer irregularidade decorrente da execução do objeto contratual.

9.5. Efetuar os pagamentos devidos à contratada nas condições estabelecidas neste Termo.

9.6. Aplicar as penalidades previstas em lei e neste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA FISCALIZAÇÃO

10.1. A execução contratual será acompanhada e fiscalizada pela Sra. Francisca Rozília Sales de Vasconcelos, (secretária escolar), especialmente designada para este fim pela contratante, de acordo com o estabelecido no art. 67, da Lei Federal nº 8.666/1993, a ser informado quando da lavatura do instrumento contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

11.1. O CONTRATANTE poderá rescindir o Contrato, independente de interpelação judicial ou extrajudicial e de qualquer indenização, nos seguintes casos:

- a) O não cumprimento ou o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações ou prazos, por parte da CONTRATADA;
- b) A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil da CONTRATADA;
- c) O cometimento de infrações à Legislação Trabalhista por parte da CONTRATADA;
- d) Razões de interesse público ou na ocorrência das hipóteses do art. 78 do Estatuto das Licitações;

e) A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impedindo a execução do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

12.1. As partes elegem o Foro da Comarca de Sobral-CE, como o único competente para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste Contrato, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual forma e teor, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, na presença das testemunhas abaixo nomeadas, que a tudo assistiram, na forma da lei.

Sobral (CE), 14 de Dezembro de 2021.


JAQUELINE ÁVILA MESQUITA
DIRETORA DA ESCOLA/CONSELHO
Contratante

MARIA ELIANE
PEREIRA: 11303
281000178
Assinado de forma digital
por MARIA ELIANE
PEREIRA: 11303281000178
Dados: 2021.12.14
15:08:22 -03'00'
MARIA ELIANE PEREIRA
Contratado

TESTEMUNHAS:

1. 
CPF: 735.465.303-04.

2. 
CPF: 690.206.123-73.



Sobral
Prefeitura Municipal

COTAÇÃO ELETRÔNICA: 2012/0001 - PROCESSO Nº: P170632021

ÓRGÃO PROMOTOR: PMS - CONSELHO ESCOLAR DELIZA LOPES - CNPJ: 01.843.348/0001-00

ORDEN DE COMPRA/SERVICO Nº 72786/021



FORNECEDOR:	GENESIO MARTINS DA SILVA		CNPJ/CPF:	24.325.496.0001-31	
ENDEREÇO:	Rua E, s/n - Mundubim, Fortaleza - CE, 60.752-380		TELEFONE:	056728794	
COD. CATEGORIA	COD.	DESCRIÇÃO DO ITEM	QTD	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
122148	3	TINTA PARA REABASTECIMENTO DE CARTUCHO, IMPRESSORA EPSON L150L CORES VARIADAS, TRINCO (08) MILITRIS - Cód. MARCA: 348.04	20,00	20,0000	120,00
TOTAL DA ORDEM DE COMPRA/SERVICO:					120,00
Destinação Organizacional: CONSELHO ESCOLAR DELIZA LOPES					
OBS: OS RECURSOS FINANCEIROS NECESSÁRIOS AO PAGAMENTO DESTA ORDEM DE COMPRA/SERVICO SÃO ORÇAMENTOS DAS CLASSIFICAÇÕES FUNCIONAIS PROGRAMÁTICAS INFORMADAS NO TERMO DE PARTICIPAÇÃO DESTA COTAÇÃO.					
PARA USO DO ÓRGÃO PROMOTOR DA COTAÇÃO					
PMS - CONSELHO ESCOLAR DELIZA LOPES			Data de emissão: 20/12/2021		
Ramonete Maria Almeida Junior Diretor de Controle			Jaqueline Avila Mesquita Diretor Escolar - CNE - 3 ATO Nº 190/2021		
			Jaqueline Avila Mesquita Ramonete Maria Almeida Junior (Assinatura e rubrica)		
AVISO IMPORTANTE AO FORNECEDOR: ESTA ORDEM DE COMPRA/SERVICO FOI EMITIDA DE ACORDO COM O TERMO DE PARTICIPAÇÃO Nº 190/2021. DEVENDO O FORNECEDOR ENTREGAR OS ITENS/PRESTAR OS SERVIÇOS NAS QUANTIDADES, ESPECIFICAÇÕES, PRAZOS E DEMAIS CONDIÇÕES NESTE TERMO, EM CONFORMIDADE COM OS TERMOS DA LEGISLAÇÃO VIGENTE.					
Observações:					
24.325.496.0001-31 GENESIO MARTINS DA SILVA Rua E, s/n Mundubim - CEP: 60.752-380 FORTALEZA - CE					
PARA USO DO FORNECEDOR					
GENESIO MARTINS DA SILVA			DATA: 20/12/2021		
INVOQUE CRIE DESSA ORDEM DE COMPRA/SERVICO, A QUAL ESTÁ LIGADA COM A COTAÇÃO ELETRÔNICA REFERIDA ACIMA.			(Assinatura e rubrica)		
OBS: PRIMEIRA VIA PARA O FORNECEDOR/SEGUNDA VIA PARA O ÓRGÃO PROMOTOR DA COTAÇÃO.					

COMERCIAL MARTINS
CONCEIÇÃO MARTINS DA SILVA -ME

Rua: 06, 89 I-Bairro MONDUBIM - Cep. 60.752.380, - Fortaleza /CE
CNPJ 24.325.496/0001-31 - CG F. 06.172.458-0-CELULAR: (085)98729-6552



RECIBO

R\$ 520,00

Recebemos do, CONSELHO ESCOLAR DELIZA LOPES NF Nº105 a
Importância de (quinhentos vinte reais) em pagamento credito conta.

FORTALEZA (CE): 28 DE dezembro DE 2024.

PAGO: 28/12/2024
COM RECURSO DO PNOE

Guilherme
ORDENADOR DE DESPESAS

24.325.496-0001-31
CONCEIÇÃO MARTINS DA SILVA-ME
Rua: 06 nº 89
Mondubim - CEP: 60.752-000
FORTALEZA - CE

Conceição Martins da Silva
CONCEIÇÃO MARTINS DA SILVA-ME

Código	018	104	0554	5	000001430-0	1	AAA	900664	0	# 540.000 #
Pagou por	Quilômetros e montes reais									
CAIXA	Bomacido Martins da Silva ME									
Sobral, 28 de dezembro de 21										
Pague para a conta										
CONSELHO ESCOLAR DELIZA LOPES										
RUA CEL. JOSE SARGIA, 300										
CENTRO - SOBRAL - CE										
CONFEÇÃO 11/21										
RUA CEL. JOSE SARGIA, 300										
CENTRO - SOBRAL - CE										
CONFEÇÃO 11/21										
# 540.000 #										



PAGO: 28/12/2021
COM RECURSO DO PMDE

Carolina
ORDENADOR DE DESPESAS



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional



**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: CONCEICAO MARTINS DA SILVA
CNPJ: 24.325.486/0001-31

Reassumido o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer débitos de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apurados, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 09:11:32 do dia 18/08/2021 <hora e data de Brasília>.

Válida até 14/02/2022.

Código de controle da certidão: 7466.A43A.FBSE.1584

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Certidão Negativa de Débitos Estaduais
202119333267



Emitida para os efeitos da Instrução Normativa N° 13 de 02/03/2001

IDENTIFICAÇÃO DO(A) REQUERENTE
Inscrição Estadual: 061724580
CNPJ / CPF: 24325496000131
RAZÃO SOCIAL: CONCEICAO MARTENS DA SILVA ME

Resalhado o direito da Fazenda Estadual de inscrever e cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, certifico, para fins de direito, que revendo os registros do Cadastro de Inadimplentes da Fazenda Pública Estadual - CADINE, verificou-se nada existir em nome do(a) requerente acima identificado(a) até a presente data e horário, e, para constar, foi emitida esta certidão.

EMITIDA VIA INTERNET EM 16/11/2021 ÀS 15:50:04
VÁLIDA ATÉ 15/01/2022

A autenticidade deste documento deverá ser comprovada via Internet, no endereço
www.sefaz.ce.gov.br



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

Página: 1 de 1



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: CONCEICAO MARTINS DA SILVA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 24.325.496/0001-31

Certidão nº: 25439988/2021

Expedição: 18/08/2021, às 06:26:36

Validade: 13/02/2022 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **CONCEICAO MARTINS DA SILVA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **24.325.496/0001-31**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1476/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei, ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE TRIBUTOS MUNICIPAIS



Certidão Nº 2021/389850

CPF/CNPJ: 24.325.486/0001-31

Nome ou Razão Social: CONCEICAO MARTINS DA SILVA ME

Endereço: R 08 PQ SAO NATEUS I BR A MONDUBIM CEP 60765-090

Certificamos, para fins de comprovação perante terceiros, que a pessoa acima identificada, até a presente data, não possui débitos de natureza tributária para com o Município de Fortaleza, ressalvado, porém, à Secretaria Municipal das Finanças, o direito de cobrar e inscrever, a qualquer tempo, quaisquer débitos em seu nome na forma da legislação vigente.

Fortaleza, 20 de Dezembro de 2021 (17:40:28)

Certidão expedida gratuitamente com base no decreto 13.716, de 22 de dezembro de 2015.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no endereço eletrônico da Secretaria Municipal das Finanças - SEFIN em www.sefin.fortaleza.ce.gov.br.

Válida até 28/03/2022

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

Nome: CONCEICAO MARTINS DA SILVA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 24.325.496/0001-31

Certidão nº: 25439588/2021

Expedição: 18/09/2021, às 06:26:36

Validade: 13/02/2022 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **CONCEICAO MARTINS DA SILVA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **24.325.496/0001-31**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1476/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data de sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

Validar

Imprimir

**Certificado de Regularidade
do FGTS - CRF****Inscrição:** 24.325.496/0001-33**Razão Social:** CONCECÃO MARTINS DA SILVA**Endereço:** R 9 89 LETRA A CONJ ARVOR / HONDUBEM / FORTALEZA / CE / 60752-380

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 16/12/2021 a 14/01/2022**Certificação Número:** 2021121601345408405244

Informação obtida em 28/12/2021 09:21:26

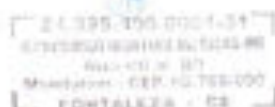
A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br

[illegible]

RESUMO GERAL	
Total estimado para construção: R\$ 5.000,00	
Total estimado em bens fundiários: R\$ 5.000,00	
Total estimado em bens financeiros: R\$ 0,00	
Total estimado em bens diversos:	
Total Construção: R\$ 5.200,00	
Exercício anterior: R\$ 500.000	(R\$ 0,00)

Este relatório foi elaborado de acordo com o modelo padrão da ANEP.





CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

4. 1. O prazo de vigência do controle é de 12 (doze) meses, contados a partir da sua assinatura na forma do parágrafo único, do art. 61, da Lei Federal nº 8.006/1991.

CLAUSULA QUINTA - DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO

9.1. Quanto à entrega

3.1.7. O objeto contratual deverá ser entregue em conformidade com as especificações estatísticas neste termo, no prazo de 07 (sete) dias corridos, contado a partir da recebimento da ordem de compra ou outro instrumento hábil, no Estado do Rio de Janeiro, localizado no Distrito de Paty, Rua dos Reis Palcos, 54, no Sítio/CE, mais tarde e/ou a data da semana dos 07/20 as 11:00h e das 13:00 as 16:30h, de segunda a sexta.

5.1.2. A entrega do objeto será de inteira responsabilidade da CONTRATADA, sendo esta responsável por toda despesa decorrente de transporte e designamento do objeto, comprometendo-se ainda integralmente com eventuais danos causados a ele.

8.1.3. Os animais mencionados por motivo de força maior ou caso fortuito, desde que justificadas até 32 (thirty two) dias antes do término do prazo de entrega, e antes pela Secretaria, não serão considerados como inadimplência contratual.

5.1.4. A CONTRATADA deverá entregar qualquer quantidade solicitada pelo município, não podendo, portanto, estipular cotas mínimas ou máximas para entrega.

5.3. Cuanto se beneficiarán

8.2.1. PROVISORIAMENTE, mediante recibo, para efeito de posterior verificação de conformidade do objeto com as especificações, deverá ser feito por pessoa credenciada pelo CONTRATANTE.

8.2.2 DEPUTATAMENTE: sendo expedido Termo de Resgate de Delitos, após a verificação da qualidade e quantidade do objeto, certificando-se de que todas as correções estabelecidas foram atendidas e a correspondente acatada das Ações Fiscais pelo órgão da administração, devendo fazer menção ao fato de desconformidade.

5.2.3. Caso o material fornecido não atenda às especificações exigidas ou apresentar defeitos, não será aceita, suplantando-se o fornecedor a aplicação das sanções previstas no termo de contrato.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

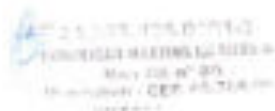
5.1. O pagamento devido do objeto deste termo será proveniente dos recursos de Zélio Dalze Lajes e será efetuado em 30 (trinta) dias corridos da data de apresentação de nota fiscal/fatura devidamente atestada pelo gestor de contratação, mediante check-out normal emitido do Recurso Material PMCE.

6.1.1. A nota fiscalizável que apresente incorreções será devolvida à controladora para as devidas correções. Nesse caso, o prazo de que trata o subitem anterior começará a fluir a partir da data de apresentação da nota fiscalizável corrigida.

6.2. Não será efetuado qualquer pagamento à entidade em caso de descurramento (as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação).

6.3. É vedada a realização de pagamento antes da avaliação do objeto ou ao mesmo não atingir de acordo com as especificações deste instrumento.





6.4. Os pagamentos encontram-se sendo condicionados à apresentação das seguintes comprovantes:

6.4.1. Documentação relativa à regularidade para com a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Trabalho e Fazendas Federal, Estadual e Municipal.

6.5. Toda a documentação exigida deverá ser apresentada em original ou por qualquer processo de reprografia, obrigatoriamente autenticada, seja em cartório, seja por meio do processo da Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018. Caso esta documentação tenha sido enviada pela internet, só será aceita após a confirmação de sua autenticidade.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. No caso de inadimplemento de suas obrigações, a contratada estará sujeita, sem prejuízo das sanções legais nas esferas civil e criminal, às seguintes penalidades:

7.1.1. Multas, aplicadas na forma a seguir:

7.1.1.1. Multa moratória em caso de atraso injustificado da entrega do objeto contratual, a contar da respectiva solicitação ao órgão contratante de 0,33% do valor total contratado, por dia e por ocorrência;

7.1.1.2. Multa indenizatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total da adjudicação da licitação em caso de inexecução do Contrato, ou recusar-se a aceitar ou reter o instrumento equivalente;

7.1.1.3. Multa de 0,33% por dia e por ocorrência, de acordo com as regras dispostas no Decreto Municipal nº 2316/2010, em caso de atraso injustificado da entrega do objeto contratual, a contar da respectiva solicitação do órgão contratante;

7.1.1.4. Multa de 0,33% a 3,0%, por dia e por ocorrência, de acordo com as regras dispostas no Decreto Municipal nº 2316/2010, quando:

a) deixar de manter as condições de habilitação durante o prazo do contrato, nos termos do inciso III do art. 32, da Lei Federal nº 8.006/95;

b) permanecer inadimplente após a aplicação de advertência;

c) deixar de regularizar, no prazo definido pela Administração, os documentos exigidos na legislação, para fins de liquidação de pagamento da despesa;

d) deixar de depositar no prazo ou complementar o valor da garantia recebida após solicitação da Administração;

e) não devolver os valores pagos indevidamente pela Administração;

f) manter funcionários sem qualificação para a execução do objeto contratado;

g) utilizar as dependências da contratante para fins diversos do objeto contratado;

h) deixar de fornecer equipamentos de proteção individual (EPI), quando exigido, aos seus empregados ou conduta em desacordo com a utilização, na hipótese de contratação de serviços de mão de obra;

i) deixar de substituir empregado cujo comportamento for incompatível com o interesse público, em especial quando solicitado pela Administração;

j) deixar de pagar funcionários hitóricos;

k) deixar de controlar a presença de empregados, na hipótese de contratação de serviços de mão de obra;

l) deixar de observar a legislação pertinente aplicável ao seu ramo de atividade;



CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

11.1. O CONTRATANTE poderá rescindir o Contrato, independente de intimação judicial ou extrajudicial e de qualquer indenização nos seguintes casos:

- O não cumprimento ou o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações ou prazos, por parte da CONTRATADA;
- A decretação de falência ou a insolvência civil da CONTRATADA;
- O cometimento de infrações à Legislação Trabalhista por parte da CONTRATADA;
- Fazendas de interesse público ou na ocorrência das hipóteses do art. 176 do Estatuto das Licitações;
- A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva de execução do Contrato.



CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

12.1. As partes elegem o Foro da Comarca de Sobral-CE, como o único competente para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste Contrato, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

É, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual forma e teor, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, na presença das testemunhas abaixo nomeadas, que a tudo assistiram, na forma da lei.

Sobral (CE), 08 de Dezembro de 2021.

Jaqueline Avila Mesquita
JACQUELINE AVILA MESQUITA
DIRETORA DA ESCOLA/CONSELHO
Contratante

20.125.4096-0001-31
CONCEIÇÃO MARTINS DA SILVA ME
Rua 01 - nº 01
Município - CEP 600.254-172
SORTALEZA - CE
CONCEIÇÃO MARTINS DA SILVA
Contratada

TESTEMUNHAS

Angela Souto Duarte
CPF 135.765.303-04

Edes de Almeida Pontes
CPF 600.254.172-73



CITAÇÃO ELETRÔNICA: J21112842 - PROCESSO Nº: P17486024

CIRCÃO PROMOTOR: PMS - CONSELHEIRO ESCOLAR DELIZA LOPES - CNEA: 01.004.200001 -

TERMINO DE COMPRA/SERVICO Nº 7868/2007



Fornecedor:		EMPREGO DO PAPEL EMBLAGE		INSCRIÇÃO	09.315.462/0001-41
Endereço:		Rua General Tibério, s 217 - Centro, Itaboraí - CE. 61.628-180		Telefone:	853310000
COD. CATALOGO	COD. ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	QTD	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
78129	1	LIMPADOR, SOLUÇÃO COMPOSTA DE: ÁCIDO ISOPROPILÉNO SULFÔNICO, DESINFETANTE, COADJUVANTE, FRAGRÂNCIA, CORANTE E ÁGUA COMPONENTE ATIVO: ÁCIDO ISOPROPILÉNO SULFÔNICO, TENSIOATIVO BIODEGRADÁVEL, EMBALAGEM PLÁSTICA 500 ML LITRO - (Obs. MARCA: economic)	36,00	1,400	50,40
47336	2	SABÃO, SÁBON, Glicerina neutro, com 35 unidades de 200 Gramas MULTISIL EMBALAGEM PLÁSTICA, IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE, REGISTRO OU NOTIFICAÇÃO NA ANVISA, PACOTE 30 UNIDADES - (Obs. MARCA: economic)	21,00	4,500	94,50
75096	3	ESFONJA PARA LIMPEZA, DUPLA FACE, MULTISIL, PACOTE 30 UNIDADES - (Obs. MARCA: economic)	20,00	1,400	28,00
3622	4	ÁCIDO, MURÁTILO, EMBALAGEM COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE, REGISTRO NA ANVISA, LIMPEZA DE VASOS SANITÁRIOS, DEMONSTRAÇÃO DE EMBUDO, FRASCO 5000 L - (Obs. MARCA: economic)	20,00	2,300	46,00
22462	5	PAPEL DE TOALHA, SÁBÃO BRANCO ALVIZINHO, 100% ALGODÃO, EMBALAGEM 12 UNIDADES - (Obs. MARCA: economic)	15,00	3,770	41,55
199419	6	ROLO, BASE EM BORRACHA, MEDINDO 40 CM, CABO 1,20 M, EM METAL, REVESTIDO EM PLÁSTICO, PONTA PLÁSTICA REINFORÇADA, RÓTULO OU CORPO GRAVADO COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE, AVULSO 18 UNIDADES - (Obs. MARCA: economic)	15,00	3,620	54,30
118629	7	SABÃO, PÓ, DESINFETANTE BIODEGRADÁVEL, ÁGUA, CORANTE, AGENTES QUELANTES E SEQUESTRANTES, BRANQUEADORES ÓPTICOS, REGISTRO OU NOTIFICAÇÃO ANVISA, EMBALAGEM 500 GRAMAS - (Obs. MARCA: economic)	140,00	1,420	198,80
78949	8	DESINFETANTE, NEUTRO, SOLUÇÃO BIODEGRADÁVEL E CONCENTRADA COMPOSTA POR TENSIOATIVOS ANIÓNICOS E NÃO IÔNICOS, PARA LIMPAR SUZIDADES DE ATIVIDADES DOMÉSTICAS E ALCALINIDADE E ÁCIDO, CAPAZ DE REMOVER MATÉRIA: ORGÂNICA E PROMOVER DIFUSÃO DE MEIO DE CULTURA LOWNUTRITION ESENCIAIS, PROMOVER A NEUTRALIZAÇÃO DO MATERIAL, DEPOIS DA LIMPEZA, COMPONENTES ATIVOS: LAURIL ÉTER SULFATO DE SÓDIO, ALQUILPOLYGLYCOSIDES, NÍMFI, TENSIOATIVO GELADO 5 LITRO - (Obs. MARCA: economic)	12,00	9,600	115,20
362361	9	SOLUÇÃO, PARA RECHENZAMENTO DAS MACHOS (SABÃO LIQUIDO), TENSIOATIVO, ASSOCIADO A EMULSIONES HIDRATANTES E AROMATIZANTES PH NEUTRO (SABÃO LIQUIDO) E ATÓXICO, RECHENZENTE 1 LITRO - (Obs. MARCA: economic)	30,00	3,440	103,20
698790	10	PAPEL, RECHENZENTE, COM BRANCA, 500 METROS, FOLHA TRÊS-DO-PRODUTO, RELATÓRIO DE ENSAIO MICROBIOLÓGICO EMITIDO POR LABORATÓRIO, EMBALAGEM COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE, FOLHA IMPULS, MANTO, ALTA QUALIDADE, 100% CELULOSE VIRGEM, ALTA ABSORÇÃO, FASCO 5 LITRO - (Obs. MARCA: economic)	20,00	20,000	400,00
4881	11	DESINFETANTE, A BASE DE LAVANDA, LIQUIDO, USO GERAL, ÁGUA BACTERICIDA E FONGICIDA, BOMBONA 5 LITROS - (Obs. MARCA: economic)	10,00	6,000	60,00
17669	12	ÁGUA SANITÁRIA, SOLUÇÃO ÁGUA, LIMPEZA GERAL, HIPOCLORITO DE SÓDIO (DO CÁLCIO, TEOR DE CLORO - ATIVO MÍNIMO 2,0% PP, SEM ADIÇÃO DE SUBSTÂNCIAS CORANTES, DESINFETANTES E AROMATIZANTES, EMBALAGEM COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE, REGISTRO NA ANVISA, BOMBONA 5 LITROS - (Obs. MARCA: economic)	10,00	3,370	33,70
362361	13	MASCARA CIRCULAR, TRASCARTÁVEL, PACOTE 150 UNIDADES - (Obs. MARCA: economic)	10,00	16,570	165,70
63640	14	ALCOOL, GEL, AVALIAÇÃO DAS MÃO, COM INTERIOR, 100% ALCOOL, 70% VOLUME MÍNIMO: 8000 CPS, PH: 4,5 A 7,5, TEOR DE ATIVOS: ALCOOL 70%, COMPOSIÇÃO: CARBOMER, Glicerina, ÁGUA, ALTORE: - ATIVO: ALCOOL 70%, EMBALAGEM COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE, REGISTRO OU NOTIFICAÇÃO NA ANVISA, BOMBONA 5 LITROS - (Obs. MARCA: economic)	6,00	30,700	184,20
128647	15	ÁCIDO, ÉTER DIETILÉTERO LIQUIDO 100% ANISOPRIL, USO DESINFETANTE GERAL, EMBALAGEM COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, REGISTRO OU NOTIFICAÇÃO NA ANVISA, BOMBONA 5 LITROS - (Obs. MARCA: economic)	7,00	34,300	240,10
8576	16	PAPEL DE TOALHA, DE ÁGUA, LIMPEZA, PACOTE 30 UNIDADES - (Obs. MARCA: economic)	10,00	1,800	18,00
91596	17	VASSOURA, CERDAS DE FOLHA DE CARVALHO, CABO REMOVÍVEL REFORÇADO DE MADEIRA MEDINDO 1,30 M, AVISANDO 15 UNIDADES - (Obs. MARCA: economic)	10,00	1,100	11,00
TOTAL DA ORDEM DE COMPRA SERVIÇO:					2.895,95

Detalhamento Orçamentário: CONSELHO ESCOLAR DELEZA LOPES

PARA SAO DO ORD. AN. PROIBITOR DA C. DE AL. M. Assinatura do Provedor Municipal Jaqueline Avila Mesquita Diretor(a) - DMS - J. 402 M 981303		Assinatura do Provedor Municipal <i>[Assinatura]</i> Provedor(a) Municipal CONSELHO ESCOLAR DELIZA LOPES FOLHA 1000
PARA SAO DO FORTALECIMENTO Assinatura do Provedor Municipal <i>[Assinatura]</i> Provedor(a) Municipal		Assinatura do Provedor Municipal <i>[Assinatura]</i> Provedor(a) Municipal

29 315 046/0001-81
EMPÓRIO DO PAPEL EIRELI ME
RUA CORONEL RANGEL 141
CENTRO CEP 62 010-030



EMPÓRIO DO PAPEL EIRELI - ME
CNPJ: 29.315.046/0001-81
RUA CORONEL RANGEL, N°141
CENTRO - SOBRAL - CE
CEP: 62.010-030 - IE: 06.754.622-6
FONE: (88) 3611-2655 • 9 9422-5622

RECIBO

R\$ 2.035,77

Recebi(emos) de

Conselho Escolar Delza Lopes

A importância de

Dois mil e trinta e cinco reais e

oitenta e sete centavos

Referente

nf: 1954

Para clareza firmo(amos) o presente:

Sobral-CE, 28 de Dezembro de 2021

29 315 046/0001-81
EMPÓRIO DO PAPEL EIRELI ME
RUA CORONEL RANGEL, N°141
CENTRO - SOBRAL - CE
ASSINATURA

PAGO: 28 / 12 / 2021
COM RECURSO DO PMDE

Paula
ORDENADOR DE DESPESAS



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional



**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: **EMPORIO DO PAPEL ERELI**
CNPJ: **29.315.046/0001-91**

Resalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 do CTN, ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A autenticação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014. Emitida às 17:28:04 do dia 19/07/2021 -hora e data de Brasília-.

Válida até 15/01/2022.

Código de controle da certidão: **T2D9.CE96.6FE2.5279**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Procuradoria Geral do Estado

Certidão Negativa de Débitos Estaduais
202120107518



Emitida para os efeitos da Instrução Normativa N° 13 de 02/03/2001

IDENTIFICAÇÃO DO(A) REQUERENTE
Inscrição Estadual: 067546226
CNPJ / CPF: 29315046000181
RAZÃO SOCIAL: EMPORIO DO PAPEL EIRELI

Ressalvado o direito da Fazenda Estadual de inscrever e cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, certifico, para fins de direito, que revendo os registros do Cadastro de Inadimplentes da Fazenda Pública Estadual - CADINE, verificou-se nada existir em nome do(a) requerente acima identificado(a) até a presente data e horário, e, para constar, foi emitida esta certidão.

EMITIDA VIA INTERNET EM 25/11/2021 ÀS 16:47:51

VÁLIDA ATÉ 24/01/2022

A autenticidade deste documento deverá ser comprovada via Internet, no endereço
www.sefaz.ce.gov.br



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: EMPORIO DO PAPEL KIRELI (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 29.315.046/0001-81

Certidão n°: 29784249/2021

Expedição: 29/09/2021, às 09:11:24

Validade: 27/03/2022 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que EMPORIO DO PAPEL KIRELI (MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o n° 29.315.046/0001-81, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei n° 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa n° 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data de sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



PREFEITURA DE SOBRAL
SECRETARIA DO ORÇAMENTO E FINANÇAS
CERTIDÃO NEGATIVA DE TRIBUTOS MUNICIPAIS

Nº 0000010582



DADOS DO CONTRIBUINTE OU RESPONSÁVEL

Inscrição Contribuinte / Nome

93761 - EMPORIO DO PAPEL ERELI - ME

Endereço

RUA CORONEL RANGEL, 141

CENTRO SOBRAL-CE CEP: 62100-005

Nº. Requerimento

0000010582/2021

Documento

C.N.P.J.: 29.315.046/0001-81

Natureza jurídica

Pessoa Jurídica

CERTIDÃO

Certificamos para os devidos fins, que revendo os registros dos pagadores da dívida ativa e de inadimplentes desta Secretaria, constatou-se - até a presente data - não existirem em nome do(a) requerente, nenhuma pendência relativa a tributos municipais.

A Secretaria do Orçamento e Finanças se reserva o direito de inscrever e cobrar as dívidas que posteriormente venham a ser apuradas. Para constar, foi lavrada a presente Certidão.

A validade desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na internet, nos seguintes endereços: <http://servicos.spmedgov.com.br>

SOBRAL-CE, 29 DE DEZEMBRO DE 2021.

Esta certidão é válida por 090 dias contados da data de emissão:

VALIDA ATÉ: 27/03/2022

COD. VALIDAÇÃO: 0000010582



Validar

Imprimir



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 29.335.948/0001-01
Razão Social: EMPONTO DO PAVEL EIRELI ME
Endereço: R CORONEL RANGEL 141 / CENTRO / SOBRAL / CE / 63018-010

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 09/12/2021 a 07/01/2022

Certificação Número: 2021120902234461457700

Informação obtida em 20/12/2021 14:13:39

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: www.caixa.gov.br



TOTAL ITENS FINALIZADOS:				7.039,0044	2.035,8706	3,5344	8,15 %
RESUMO GERAL							
Total estimado para remunerações R\$ 2.035,87							
Total estimado nos itens finalizados R\$ 2.035,86							
Total estimado nos itens finalizados R\$ 0,00							
Total estimado nos itens desvirtuados							
Total Contratado R\$ 2.035,87							
Exercício Liquidado R\$ 3.534,40 (8,15%)							

Para obter o valor em centavos, basta o valor líquido multiplicado por 100.



ESCOLA DELIZA LOPES EIEF
INEP: 23025743

	MARCA DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE, REGISTRO OU NOTIFICAÇÃO NA ANVISA, PACOTE 3,0 UNIDADE				
	UND. FORN.: PACOTE 3,0 UNIDADES SERVIÇO: NÃO ITEM C/ MARCA: SIM OBS:				
3	78996 - ESPONJA PARA LIMPEZA, DUPLA FACE, MILITRINO, PACOTE 3,0 UNIDADES 78996 - ESPONJA PARA LIMPEZA, DUPLA FACE, MILITRINO, PACOTE 3,0 UNIDADES	PACOTE 3,0 UNIDADES	20	1,44	
	UND. FORN.: PACOTE 3,0 UNIDADES SERVIÇO: NÃO ITEM C/ MARCA: SIM OBS:				
4	9003 - AÇEDO, MERLÁTICO, EMBALAGEM COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE, REGISTRO NA ANVISA, LIMPEZA DE VASOS SANITÁRIOS, DEMONSTRAÇÃO DE ENGOTO, FRASCO 1000,0 MILILITROS 9003 - AÇEDO, MERLÁTICO, EMBALAGEM COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE, REGISTRO NA ANVISA, LIMPEZA DE VASOS SANITÁRIOS, DEMONSTRAÇÃO DE ENGOTO, FRASCO 1000,0 MILILITROS	FRASCO 1000,0 MILILITROS	20	2,33	46,60
	UND. FORN.: FRASCO 1000,0 MILILITROS SERVIÇO: NÃO ITEM C/ MARCA: SIM OBS:				
5	23482 - PAMOTRUSO, SACO BRANCO ALVEADO, 100% ALGODÃO, EMBALAGEM 1,0 UNIDADE 23482 - PAMOTRUSO, SACO BRANCO ALVEADO, 100% ALGODÃO, EMBALAGEM 1,0 UNIDADE	EMBALAGEM 1,0 UNIDADE	15	2,77	41,55
	UND. FORN.: EMBALAGEM 1,0 UNIDADE SERVIÇO: NÃO ITEM C/ MARCA: SIM OBS:				
6	19419 - BUEKI, BASE EM BORRACHA, MEDIDOR 40 CM, CAPO 1,20 M, EM METAL, REVESTIDO EM PLÁSTICO, PONTA PLÁSTICA, BOMBAVEL, BOTELO OU CORPO GRAVADO COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE, AVULSO 1,0 UNIDADE 19419 - BUEKI, BASE EM BORRACHA, MEDIDOR 40 CM, CAPO 1,20 M, EM METAL, REVESTIDO EM PLÁSTICO, PONTA PLÁSTICA, BOMBAVEL, BOTELO OU CORPO GRAVADO COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE, AVULSO 1,0 UNIDADE	AVULSO 1,0 UNIDADE	10	6,020	60,20
	UND. FORN.: AVULSO 1,0 UNIDADE SERVIÇO: NÃO ITEM C/ MARCA: SIM OBS:				
7	119625 - SABÃO, PÓ, TENSIOATIVO-BIODEGRADÁVEL, AGUA, CORANTE, AGENTES QUELANTES E REQUENTRANTES, FRASQUEADOR OPTICO, REGISTRO OU NOTIFICAÇÃO ANVISA, EMBALAGEM 500,0 GRAMAS 119625 - SABÃO, PÓ, TENSIOATIVO-BIODEGRADÁVEL, AGUA, CORANTE, AGENTES QUELANTES E REQUENTRANTES, FRASQUEADOR OPTICO, REGISTRO OU NOTIFICAÇÃO ANVISA, EMBALAGEM 500,0 GRAMAS	EMBALAGEM 500,0 GRAMAS	140	1,42	198,80
	UND. FORN.: EMBALAGEM 500,0 GRAMAS SERVIÇO: NÃO ITEM C/ MARCA: SIM OBS:				
8	75646 - DETERGENTE, NEUTRO, SOLUÇÃO BIODEGRADÁVEL E CONCENTRADA COMPONTE POR TENSIOATIVOS ANIONICOS E NAO IONICOS, PARA LIMPAR MANGUEIRAS DE UTENSILIOS SEMNIVES A ALCALINIDADE E ACIDEZ, CAPAZ DE REMOVER MATERIA ORGANICA E PROMOVER DEGRADACAO DE MODO DE CUL TUBA LOWENSTEN-ROSEN E SIMILARES, PROMOV 75646 - DETERGENTE, NEUTRO, SOLUÇÃO BIODEGRADÁVEL E CONCENTRADA COMPONTE POR TENSIOATIVOS ANIONICOS E NAO IONICOS, PARA LIMPAR MANGUEIRAS DE UTENSILIOS SEMNIVES A ALCALINIDADE E ACIDEZ, CAPAZ DE REMOVER MATERIA ORGANICA E PROMOVER DEGRADACAO DE MODO DE CUL TUBA LOWENSTEN-ROSEN E SIMILARES, PROMOVER A NEUTRALIZACAO DO MATERIAL DEPOS DA LIMPEZA, COMPONENTES ATIVOS: LAURE, ETHER SULFATO DE SODIO, ALQUILPOLYGLICOLIC, MONOL, FENOL, ETIOGLICOL, GALAO 3,0 LITRO	GALAO 3,0 LITRO	12	8,85	106,20
	UND. FORN.: GALAO 3,0 LITROS SERVIÇO: NÃO ITEM C/ MARCA: SIM OBS:				
9	10181 - SOLUÇÃO PARA BIOREMEDIACAO DAS MANCHAS LIQUIDAS, TENSIOATIVO ASSOCIADO A	RECIPIENTE 1,0 LITRO	30	3,640	109,20

	EMULSIONES HIDRATANTES E AROMATIZANTES PH NEUTRO ESPECIALIZADO E ATUANDO, RECIPIENTE 1,0 LITRO (MODO - SOLUÇÃO, PARA HIGIENIZAÇÃO DAS MÃOS) (MODO LÍQUIDO, TENSIOATIVO AROMATIZADO) EMULSIONES HIDRATANTES E AROMATIZANTES PH NEUTRO ESPECIALIZADO E ATUANDO, RECIPIENTE 1,0 LITRO UND. FORN.: RECIPIENTE 1,0 LITRO SERVIÇO NÃO ITEM C/ MARCA: SEM ORB.				
10	GRUPO - PAPEL DEBENCHO, COM BRANCA, 80 METROS, FICHA TÉCNICA DO PRODUTO, REGISTRO DE INSCRIÇÃO MICROECONOMIA EMITIDO POR LABORATÓRIOS, EMBALAGEM COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE, FOLHA SIMPLES, MACRO, ALTA QUALIDADE, 100% CELULOSE VIRGEM, ALTA ADEQUAÇÃO, FOLHA 80 MILIGRAMS - PAPEL HIGIENICO, COM BRANCA, 80 METROS, FICHA TÉCNICA DO PRODUTO, REGISTRO DE INSCRIÇÃO MICROECONOMIA EMITIDO POR LABORATÓRIOS, EMBALAGEM COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE, FOLHA SIMPLES, MACRO, ALTA QUALIDADE, 100% CELULOSE VIRGEM, ALTA ADEQUAÇÃO, FOLHA 80 MILIGRAMS UND. FORN.: FOLHA 80 MILIGRAMS SERVIÇO NÃO ITEM C/ MARCA: SEM ORB.	FABRICAÇÃO ROLLO	20	20,80	416,00
11	DIFUSO - DESINFETANTE, A BASE DE LAVANDA, LÍQUIDO, 5,0 LITROS, AÇÃO BACTERICIDA E ODORÍFERA, DOMBONA 5,0 LITROS DIFUSO - DESINFETANTE, A BASE DE LAVANDA, LÍQUIDO, 5,0 LITROS, AÇÃO BACTERICIDA E ODORÍFERA, DOMBONA 5,0 LITROS UND. FORN.: DOMBONA 5,0 LITROS SERVIÇO NÃO ITEM C/ MARCA: SEM ORB.	DOMBONA 5,0 LITROS	10	6,950	69,50
12	TISSO - ALFA SANTÁRIA, SOLUÇÃO AGUOSA, LIMPEZA GERAL, HÍPOCLORITO DE SÓDIO OU CALCÊ, TISSO DE CLORO ATIVO MÍNIMO 2,0% PP, SEM ADICIONAMENTO DE SUBSTÂNCIAS CORANTES, DETERGENTES E AROMATIZANTES, EMBALAGEM COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE, REGISTRO NA ANVISA, DOMBONA 5,0 LITROS TISSO - ALFA SANTÁRIA, SOLUÇÃO AGUOSA, LIMPEZA GERAL, HÍPOCLORITO DE SÓDIO OU CALCÊ, TISSO DE CLORO ATIVO MÍNIMO 2,0% PP, SEM ADICIONAMENTO DE SUBSTÂNCIAS CORANTES, DETERGENTES E AROMATIZANTES, EMBALAGEM COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE, REGISTRO NA ANVISA, DOMBONA 5,0 LITROS UND. FORN.: DOMBONA 5,0 LITROS SERVIÇO NÃO ITEM C/ MARCA: SEM ORB.	DOMBONA 5,0 LITROS	10	5,3730	53,73
13	DIFUSO - MASCARA CROBICA, DESCACTAVEL, PACOTE 100 UNIDADES DIFUSO - MASCARA CROBICA, DESCACTAVEL, PACOTE 100 UNIDADES UND. FORN.: PACOTE 100 UNIDADES SERVIÇO NÃO ITEM C/ MARCA: SEM ORB.	PACOTE 100 UNIDADES	12	18,8736	186,70
14	DIFUSO - ALCOOL, GEL, ASSÉPSIA DAS MÃOS, COM INODORE, ODORE CARACTERÍSTICO, VISCOSIDADE MÍNIMA 400,00 CPS, PH 4,5 A 7,5, TISSO DE ATIVOS ALCOOL 70%, COMBINAÇÃO CARBOMER, GELATINA, AGUA, ALCOOL, ATIVO ALCOOL 70%, EMBALAGEM COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO, PH 4,5 A 7,5, TISSO DE ATIVOS ALCOOL 70%, COMBINAÇÃO CARBOMER, GELATINA, AGUA, ALCOOL, ATIVO ALCOOL 70%, EMBALAGEM COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE, REGISTRO NA ANVISA, DOMBONA 5,0 LITROS UND. FORN.: DOMBONA 5,0 LITROS SERVIÇO NÃO ITEM C/ MARCA: SEM ORB.	DOMBONA 5,0 LITROS	6	36,72	214,32
15	DIFUSO - ALCOOL, LÍQUIDO, DESINFETANTE LÍQUIDO 70% (70% ALCOOL), USO DOMESTICO EM GERAL, EMBALAGEM COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, REGISTRO NA ANVISA, DOMBONA 5,0 LITROS DIFUSO - ALCOOL, LÍQUIDO, DESINFETANTE LÍQUIDO 70% (70% ALCOOL), USO DOMESTICO EM GERAL, EMBALAGEM COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, REGISTRO NA ANVISA, DOMBONA 5,0 LITROS UND. FORN.: DOMBONA 5,0 LITROS SERVIÇO NÃO ITEM C/ MARCA: SEM ORB.	DOMBONA 5,0 LITROS	7	34,32	240,24

	ETILICO HIBRIDADO LÍQUIDO 100 PPM, ANTIRESPIRTO, USO DOMÉSTICO EM GERAL, EMBALAGEM COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, REGISTRO DO NOTIFICANTE NA ANVISA, BOMBONA 3,9 LITROS UND. FORN.: BOMBONA 3,9 LITROS SERVIÇO: NÃO TEM C/ MARCA: SIM (088)				
16	1618 - PALHA DE AÇO, LA DE AÇO LIMPEZA, PACOTE 80 UNIDADES/1878 - PALHA DE AÇO, LA DE AÇO LIMPEZA, PACOTE 80 UNIDADES UND. FORN.: PACOTE 80 UNIDADES SERVIÇO: NÃO TEM C/ MARCA: SIM (088)	PACOTE 80 UNIDADES	90	1,0836	
17	81280 - VARNICURA, CEMENTO DE PALHA DE CARNAUBA, CADO REMOVIDO, REFORÇADO DE MADEIRA MENOR 1,20 ML, AVULSO 1,0 UNIDADE/81280 - VARNICURA, CEMENTO DE PALHA DE CARNAUBA, CADO REMOVIDO, REFORÇADO DE MADEIRA MENOR 1,20 ML, AVULSO 1,0 UNIDADE UND. FORN.: AVULSO 1,0 UNIDADE SERVIÇO: NÃO TEM C/ MARCA: SIM (088)	AVULSO 1,0 UNIDADE	30	1,10	33,00



CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E DA FONTE DE RECURSOS

3.1. O valor global deste Contrato é de **R\$ 2.035,87** (dois mil e trinta e cinco reais e oitenta e sete centavos), a ser pago com recursos da Escola Deliza Lopes, conforme contas bancárias abaixo:

Banco: Caixa Econômica Federal
 Agência: **0554**
 Conta corrente: **1430-0**
 Operação: **003**

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

4.1. O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, contados a partir da sua assinatura na forma do parágrafo único, do art. 61, da Lei Federal nº 8.666/1993.

CLÁUSULA QUINTA - DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO

5.1. Quanto à entrega:

5.1.1. O objeto contratual deverá ser entregue em conformidade com as especificações estabelecidas neste termo, no prazo de 07 (sete) dias corridos, contado a partir do recebimento da ordem de compra ou outro instrumento hábil, no Escola Deliza Lopes, localizado no Distrito de Patos, Rua dos Patos, SN, em Sobral/CE, no(s) horário(s) e dia(s) da semana das 07:00 às 11:00h e das 13:00 às 16:00h, de segunda à sexta.

5.1.2. A entrega do objeto será de inteira responsabilidade da CONTRATADA, sendo esta responsável por toda despesa decorrente de transporte e descarregamento do objeto, comprometendo-se ainda integralmente com eventuais danos causados a ele.

5.1.3. Os atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito, desde que justificados até 02 (dois) dias úteis antes do término do prazo de entrega, e aceitos pela contratante, não serão considerados como inadimplemento contratual.

5.1.4. A CONTRATADA deverá entregar qualquer quantidade solicitada pelo município, não podendo, portanto, estipular cotas mínimas ou máximas para entrega.

5.2. Quanto ao recebimento:

5.2.1. PROVISORIAMENTE, mediante recibo, para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto com as especificações, devendo ser feito por pessoa credenciada pela





CONTRATANTE.

5.2.2. DEFINITIVAMENTE, sendo expedido Termo de Recebimento Definitivo, após a verificação da qualidade e quantidade do objeto, certificando-se de que todas as condições estabelecidas foram atendidas e a consequente aceitação das Notas Fiscais pelo gestor da contratação, devendo haver rejeição no caso de desconformidade.

5.2.3. Caso o material licitado não atenda às especificações exigidas ou apresente defeitos, não será aceito, sujeitando-se o fornecedor à aplicação das penalidades previstas no termo do contrato.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento advindo do objeto deste termo será proveniente dos recursos da Escola Deliza Lopes e será efetuado até 30 (trinta) dias contados da data de apresentação da nota fiscal/fatura devidamente atestada pelo gestor da contratação, mediante cheque nominal advindo do Recurso Municipal PMDE.

6.1.1. A nota fiscal/fatura que apresente incorreções será devolvida à contratada para as devidas correções. Nesse caso, o prazo de que trata o subitem anterior começará a fluir a partir da data de apresentação da nota fiscal/fatura corrigida.

6.2. Não será efetuado qualquer pagamento à contratada em caso de descumprimento das condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6.3. É vedada a realização de pagamento antes da execução do objeto ou se o mesmo não estiver de acordo com as especificações deste instrumento.

6.4. Os pagamentos encontram-se ainda condicionados à apresentação dos seguintes comprovantes:

6.4.1. Documentação relativa à regularidade para com a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Trabalhista e Fazendas Federal, Estadual e Municipal.

6.5. Toda a documentação exigida deverá ser apresentada em original ou por qualquer processo de reprografia, obrigatoriamente autenticada, seja em cartório, seja por meio do permissivo da Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018. Caso esta documentação tenha sido emitida pela internet, só será aceita após a confirmação de sua autenticidade.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. No caso de inadimplemento de suas obrigações, a contratada estará sujeita, sem prejuízo das sanções legais nas esferas civil e criminal, às seguintes penalidades:

7.1.1. Multas, estipuladas na forma a seguir:

7.1.1.1. Multa moratória em caso de atraso injustificado da entrega do objeto contratual, a contar da respectiva solicitação do órgão contratante de 0,33% do valor total inadimplido, por dia e por ocorrência.

7.1.1.2. Multa indenizatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total da adjudicação da licitação em caso de recusa à assinatura do Contrato, ou recusar-se a aceitar ou retirar o instrumento equivalente.

7.1.1.3. Multa de 0,33%, por dia e por ocorrência, de acordo com as regras dispostas no Decreto Municipal nº 2316/2019, em caso de atraso injustificado da entrega do objeto contratual, a contar da respectiva solicitação do órgão contratante.

7.1.1.4. Multa de 0,33% e 3,0%, por dia e por ocorrência, de acordo com as regras dispostas

no Decreto Municipal nº 2316/2019, quando:

- a) deixar de manter as condições de habilitação durante o prazo do contrato, nos termos do inciso XIII do art. 55, da Lei Federal nº 8.666/93;
 - b) permanecer inadimplente após a aplicação da advertência;
 - c) deixar de regularizar, no prazo definido pela Administração, os documentos exigidos na legislação, para fins de liquidação de pagamento de despesa;
 - d) deixar de depositar no prazo ou complementar o valor da garantia recolhida após solicitação da Administração;
 - e) não devolver os valores pagos indevidamente pela Administração;
 - f) manter funcionário sem qualificação para a execução do objeto contratado;
 - g) utilizar as dependências da contratante para fins diversos do objeto contratado;
 - h) deixar de fornecer equipamento de proteção individual (EPI), quando exigido, aos seus empregados ou omitir-se em fiscalizar sua utilização, na hipótese de contratação de serviços de mão de obra;
 - i) deixar de substituir empregado cujo comportamento for incompatível com o interesse público, em especial quando solicitado pela Administração;
 - j) deixar de repor funcionários faltosos;
 - k) deixar de controlar a presença de empregados, na hipótese de contratação de serviços de mão de obra;
 - m) deixar de observar a legislação pertinente aplicável ao seu ramo de atividade;
 - n) deixar de efetuar o pagamento de salários, vales-transportes, vale-refeição, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como deixar de arcar com quaisquer outras despesas relacionadas à execução do contrato nas datas avençadas;
 - o) deixar de apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista e previdenciária regularizada;
 - p) deixar de entregar ou entregar com atraso os esclarecimentos formais solicitados pela Administração;
 - q) retirar das dependências da Administração quaisquer equipamentos ou materiais de consumo, previstos em contrato ou não, sem autorização prévia do responsável;
- 7.1.1.5. Multa de 1,0% a 5,0%, por dia e por ocorrência, de acordo com as regras dispostas no Decreto Municipal nº 2316/2019, quando não entregar ou entregar objeto contratual em desacordo com a qualidade, especificações e condições licitadas ou contratadas e/ou com vício, irregularidade ou defeito oculto, que torne o objeto impróprio para o fim a que se destina;
- 7.1.1.6. Multa de 7,0%, por dia e por ordem de serviço ou instrumento equivalente, de acordo com as regras dispostas no Decreto Municipal nº 2316/2019, quando suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, desde que expressamente aceitos pela Administração Pública, os serviços contratuais;
- 7.1.1.7. Multa de 10,0%, por ocorrência, de acordo com as regras dispostas no Decreto Municipal nº 2316/2019, quando:

- a) o infrator der causa, respectivamente, à rescisão do contrato;
- b) fornecer informação e/ou documento falso;

7.1.2. Multa de 0,33% a 10,0%, a depender do caso concreto, a ser decidido no âmbito do processo administrativo de aplicação de penalidade, quando não cumprir quaisquer dos itens



Paulo

[Handwritten mark]

não mencionados nesta seção, em relação à fase de execução contratual.

7.1.3. O licitante que ensejar falha ou fraude na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Municipal e será descredenciado nos sistemas cadastrais de fornecedores, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste instrumento e das demais cominações legais.

7.2. O CONTRATADO receberá a multa por inexecução de:

7.2.1. Documento de Arrecadação Municipal (DAM), podendo ser substituído por outro instrumento legal, em nome do Órgão contratante. Caso não o faça, será cobrado pela via judicial.

7.2.2. Descontos ex-officio de qualquer crédito existente da CONTRATADA ou cobradas judicialmente terão como base de cálculo o cronograma inicial dos serviços.

7.3. Nenhuma sanção será aplicada sem garantia de ampla defesa e contraditório, na forma da lei.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. Executar e entregar o objeto em conformidade com as condições deste instrumento.

8.2. Manter durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

8.3. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os percentuais de acréscimos ou supressões limitados ao estabelecido no §1º, do art. 65, da Lei Federal nº 8.666/1993, tomando-se por base o valor contratual.

8.4. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução do objeto, não podendo ser arguido para efeito de exclusão ou redução de sua responsabilidade o fato de a contratante proceder à fiscalização ou acompanhar a execução contratual.

8.5. Responder por todas as despesas diretas e indiretas que incidam ou venham a incidir sobre a execução contratual, inclusive as obrigações relativas a salários, previdência social, impostos, encargos sociais e outras providências, respondendo obrigatoriamente pelo fiel cumprimento das leis trabalhistas e específicas de acidentes do trabalho e legislação correlata, aplicáveis ao pessoal empregado na execução contratual.

8.6. Prestar imediatamente as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratante, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidas no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

8.7. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, imediatamente, à sua expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, ou em desconformidade com as especificações deste termo, no prazo fixado pelo órgão/entidade detentor do SRP (Sistema de Registro de Preços), contados da sua notificação, independentemente das penalidades aplicáveis ou cabíveis.

8.8. Cumprir, quando for o caso, as condições de garantia do objeto, responsabilizando-se pelo período oferecido em sua proposta comercial, observando o prazo mínimo exigido pela Administração.

8.9. Providenciar a substituição de qualquer profissional envolvido na execução do objeto contratual, cuja conduta seja considerada indesejável pela fiscalização da contratante.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. Solicitar o fornecimento do objeto à contratada através da emissão de Ordem de Fornecimento/Serviço.

9.2. Proporcionar à contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do objeto contratual, consoante estabelece a Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações.

9.3. Fiscalizar a execução do objeto contratual através de sua unidade competente, podendo, em decorrência, solicitar providências da contratada, que atenderá ou justificará de imediato.

9.4. Notificar a contratada de qualquer irregularidade decorrente da execução do objeto contratual.

9.5. Efetuar os pagamentos devidos à contratada nas condições estabelecidas neste Termo.

9.6. Aplicar as penalidades previstas em lei e neste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA FISCALIZAÇÃO

10.1. A execução contratual será acompanhada e fiscalizada pela Sra. Francisca Roziléia Sales de Vasconcelos, (secretária escolar), especialmente designada para este fim pela contratante, de acordo com o estabelecido no art. 67, da Lei Federal nº 8.666/1993, a ser informado quando da lavatura do instrumento contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

11.1. O CONTRATANTE poderá rescindir o Contrato, independente de interposição judicial ou extrajudicial e de qualquer indenização, nos seguintes casos:

- a) O não cumprimento ou o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações ou prazos, por parte da CONTRATADA;
- b) A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil da CONTRATADA;
- c) O cometimento de infrações à Legislação Trabalhista por parte da CONTRATADA;
- d) Razões de interesse público ou na ocorrência das hipóteses do art. 76 do Estatuto das Licitações;
- e) A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

12.1. As partes elegem o Foro da Comarca de Sobral-CE, como o único competente para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste Contrato, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual forma e teor, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, na presença das testemunhas abaixo nomeadas, que a tudo assistiram, na forma da lei.

Sobral (CE), 03 de Dezembro de 2021.


JAQUELINE ÁVILA-MESQUITA


EMPÓRIO DO PAPEL DELIZ - ME

DIRETORA DA ESCOLA/CONSELHO
Contratante

CONTRATADA
Contratado

TESTEMUNHAS:

1. Paula Bastiana Duarte
CPF: 235.465.808-04

2. Eden da Veiga da Paes
CPF: 600.204.173-93





Sobral
Prefeitura Municipal

contact@imr.mcgill.ca • 514/398/4407 • 888/393/5811 ext. 226/422/422/1

CIRCULOS PROIBIDOS: PAIN - CONSELHO ESCOLAR DE LUIZA LOPES - CNPJ: 11.964.408/0001-00

INSTITUTO DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA



Fornecedor:		CLAYTON GOMES MARTINS		CNPJ/CPF:		06.712.000/0001-20	
Endereço:		Rua NATHANIEL HAYLAND, n. 1300 - CENTRO, Porto Alegre - CE, 91.200-000		Telefone:			
COD. CATALOGO	COD. ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM		QTD	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL	
00021	1	FIO ELÉTRICO, PARALELO, NORMALIZADO, 2 X 1,5 MM, 900 CM (9 METROS) - (Obs. MARCA: CEM EEL)		1,00	100,000	100,00	
0441	2	FIO ISOLANTE, 2MM X 2MM, ANTI-QUEIMA, CERTIFICADA INMETRO, 900 CM (9 METROS), 100% TEMPERATURA SUP. PARALIZADO 1,0 UNIDADE - (Obs. MARCA: Fio EXTENSÃO, 4 TORÇÕES, ELÉTRICA, 0,5 METROS, 2MM X 2MM, 1,0 UNIDADE - (Obs. MARCA: NATYSON)		10,00	4,000	40,00	
067010	3	FIO ELÉTRICO, PARALELO, NORMALIZADO, 2 X 1,5 MM, 900 CM (9 METROS) - (Obs. MARCA: CEM EEL)		5,00	15,000	75,00	
00715	4	LAMPADA, BULBO LED, 60WAT, 12V, 4000K, 1,0 UNIDADE - (Obs. MARCA: ELLEN		11,00	3,000	33,00	
TOTAL DA ORDEM DE COMPRA/SERVIÇO:						158,00	

Detalhe Organizacional: CONSELHO ESCOLAR DELIZA LOPES

PARA CADA DO GRUPO PREPARAR UM CENÁRIO DO

PMS - CONSELHO ESCOLAR DELISA LOPES Rua Maria Moura Almeida Junior Centro de Campos		Data de emissão: 06/11/2012 Jacqueline Avila Mesquita Direta Escolar - DNE - 3 470 Nº 1807001	Recebido pela professora Delisiane Maria Almeida Junior (Assinatura e rubrica)
---	--	--	--

[illegible]

© 2004 Blackwell Publishing Ltd

PAPERBACK

1. LÍDER GOMES MASTERS FACIENDO CREAR O BOM E O BOM DE COMPARAÇÃO, A QUAL ESTÁ DE ACORDO COM A COTAÇÃO ELETRÔNICA A REPERDA ALMA.	DATA: 09.12.2021 <u>Cláudia Gomes Masters</u> (assinatura e nome) SEM ASSINATURA E VALIDADE
DES. PRIMEIRA VIA PARA O PROMOTOR DELEGADO VIA PARA O ORGÃO PROMOTOR DA COTAÇÃO	

EL ALQUILANTE DEBE A CRÉDITO DE COMPRA/REVENTA, A CUAL SE LE
 DE ACREDITAR LA COTIZACIÓN ELECTRÓNICA A SU EMPRESA ALICATA.

UMA PRIMEIRA VIA PARA O FORMULADOR DELEGADO VIA PARA O DONO/PROMOTOR DA INSTAÇÃO

Nº 000003386
 SÉRIE 001

DANFE
 DOCUMENTO AUXILIAR DA
 NOTA FISCAL ELETRÔNICA
 0 - ENTRADA 1
 1 - SAÍDA
 Nº 000003386 PL 1 / 1
 SÉRIE 001

Vendedor: **CLIDE GOMES MARTINS ME**
 RUA MORMONOR BELÉM, 104 -
 CENTRO - CEP 62060-000 - NOVA BRUNÇA -
 CE - 060070-000
 Vendedor: **CLIDE GOMES MARTINS ME**
 RUA DON PATRÍCIO, S/N FMS 06
 NOVA BRUNÇA -
 CE - 060070-000

Cálculo do Imposto:
 Base de Cálculo do ICMS: 0,00
 Alíquota: 0,00
 Valor do ICMS: 0,00
 Base de Cálculo do IPI: 0,00
 Alíquota: 0,00
 Valor do IPI: 0,00
 Base de Cálculo do PIS: 0,00
 Alíquota: 0,00
 Valor do PIS: 0,00
 Base de Cálculo do COFINS: 0,00
 Alíquota: 0,00
 Valor do COFINS: 0,00
 Total do ICMS: 0,00
 Total do IPI: 0,00
 Total do PIS: 0,00
 Total do COFINS: 0,00
 Total do Imposto: 0,00

Quantidade	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
01	PIRULATO DOCE	1,00	1,00
01	PIRULATO DOCE	1,00	1,00
01	PIRULATO DOCE	1,00	1,00
01	PIRULATO DOCE	1,00	1,00
01	PIRULATO DOCE	1,00	1,00
01	PIRULATO DOCE	1,00	1,00
01	PIRULATO DOCE	1,00	1,00
01	PIRULATO DOCE	1,00	1,00
01	PIRULATO DOCE	1,00	1,00
01	PIRULATO DOCE	1,00	1,00

PAGO: 09/12/2021
 COM RECURSO DO PMDE
Paula
 CRIADOR DE DEBITOS

ATENTO QUE O
 MATERIAL
 CANCELADO
 DESTA DECLARAÇÃO FOLHA RECIBO E CONFERIDO
 DATA: 09/12/2021
Paula
 MATRÍCULA: 6084

Empresa optante pelo regime nacional

RAZÃO SOCIAL: CLEIDE GOMES MARTINS - ME
CNPJ: 04.772.058/0001-04
CPF: 06.718.408-1
INSC. MUNICIPAL: 11648
RUA MONSENHOR HOLANDA, 1300
CENTRO - NOVA RUSSAS - CE



RECIBO

R\$ 596,19



Recebemos do(a) CONSELHO ESCOLA DELIZA LOPES

a quantia de R\$ R\$ 596,19 (QUINHENTOS E NOVENTA E SEIS REAIS E DEZENOVE CENTAVOS)

referente a aquisição de MATERIAL ELETRICO

conforme NF-e N° 3386 emitida em sábado, 18 de dezembro de 2021

Nova Russas, 29 de dezembro de 2021

R.D. 29/12/2021
COM RECURSO DO PMDE

Jairda
CUIDADOR DE DESPESAS

Cleide Gomes Martins
SERVIÇOS E VARIEDADES
CLEIDE GOMES MARTINS - ME
CNPJ: 04.772.058/0001-04
RUA MONSENHOR HOLANDA, 1300
CENTRO - NOVA RUSSAS - CE



Comp. Banco Agência C/C Conta C/C Data Cheque nº C/C Nº 596,49
018 194 0554 3 00001430-0 1 AAA 900458 3
Página por mês
Despesa a crédito de Alimentação e transporte e taxa escola e de transporte

Autentica X X e validade até
Ribeiro Gomes 77777777 ME 22 0 000 0000

CAIXA Sobral 29 de dezembro de 2021

Assinatura pelo responsável
CONSELHO ESCOLAR DELIZA LOPES

SOBRAL
RUA C11, JARDIM SAO JOAO, 300
CE 61110-300 SOBRAL, CE
CEP 61110-300
CNPJ 08.042.180/01
CNPJ 08.042.180/01

44 055400376378-7

PAGO: 29/12/2021
COM RECURSO DO PMDE

Assinatura
ORDENADOR DE DESPESAS



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional



**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: **CLEIDE GOMES MARTINS**
CPF: **04.772.058/0001-04**

Reservado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, quando não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos de administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'f' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://info.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 11:49:42 do dia 08/07/2021 <hora e data de Brasília>
Válida até 04/01/2022.

Código de controle da certidão: **736D.4F4F.0145.FC96**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA RUSSAS
SECRETARIA DE FINANÇAS
CERTIDÃO NEGATIVA DE DEBITOS

Nº 2021001048



DADOS DO CONTRIBUINTE OU RESPONSÁVEL

Inscrição Contribuinte / Nome

13611 - CLEIDE GOMES MARTINS - ME

Endereço

RUA MONSIEHOR HOLANDA, 1300

CENTRO NOVA RUSSAS-CE CEP: 62.200-000

Nº. Requerimento

2021001048/2021

Documento

C.N.F.P.: 04.712.038/0001-04

Assinatura jurídica

Procurador Jurídico

CERTIDÃO

Resolvo o direito da Receita Municipal inscrever e cobrar as dívidas apuradas, certifique-se para fins de direito, que analisando os registros da Dívida Ativa do município, constatei a NÃO EXISTÊNCIA DE INSCRIÇÕES com débitos, e para constar, foi emitida esta Certidão NEGATIVA. Fica ressalvado à administração municipal, caso se constate futuramente a legitimidade de qualquer tributo que tenha a gravar a pessoa ou o imóvel, o direito de cobrar o débito na forma da legislação vigente.

NOVA RUSSAS-CE, 27 DE OUTUBRO DE 2021

Esta certidão é válida por 090 dias contados da data de emissão

VALIDA ATÉ 04/01/2022

COD. VALIDAÇÃO: 2021001048



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

Página 1 de 1



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: CLEIDE GOMES MARTINS (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 04.772.058/0001-04
Certidão n°: 29383616/2021
Expedição: 24/09/2021, às 14:53:26
Validade: 22/03/2022 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que CLEIDE GOMES MARTINS (MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o n° 04.772.058/0001-04, NÃO CONSTA do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei n° 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa n° 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei, ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

CAIXA

**Certificado de Regularidade do
FGTS - CRF**

Inscrição: 04.770.398/0001-04

Razão Social: CLEIDE GOMES MARTINS ME

Endereço: RUA HOVSEN-VORHOLANDA 1305 / CENTRO / NOVA RUSSAS / CE / 62300-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 18/12/2021 a 16/01/2022

Certificação Número: 2021121800561300245501

Informação obtida em 23/12/2021 09:15:07

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br





GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Procuradoria Geral do Estado

Certidão Negativa de Débitos Estaduais
202123239603

Emitida para os efeitos da Instrução Normativa Nº 13 de 02/03/2002

IDENTIFICAÇÃO DO(A) REQUERENTE
Inscrição Estadual: 067184081
CNPJ / CPF: 04772058000104
RAZÃO SOCIAL: CLEIDE GOMES MARTINS ME

Reservado o direito da Fazenda Estadual de inscrever e cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, certifico, para fins de direito, que revendo os registros do Cadastro de Inadimplentes da Fazenda Pública Estadual - CADINE, verificou-se nada existir em nome do(a) requerente acima identificado(a) até a presente data e horário, e, para constar, foi emitida esta certidão.

EMITIDA VIA INTERNET EM 23/12/2021 ÀS 09:07:18
VÁLIDA ATÉ 21/02/2022

A autenticidade deste documento deverá ser comprovada via Internet, no endereço
www.cefaz.ce.gov.br

COTAÇÃO ELETRÔNICA 2021-26437 - PROCESSO Nº: P176042/2021
(OBRIG. PROMOTORIA - PMS - CONSELHO ESCOLAR DELIZA LOPES)
RELATÓRIO DE CONCLUSÃO DE COTAÇÃO
SITUAÇÃO DA COTAÇÃO ELETRÔNICA - Finalizada

Item arrolado

Descrição do Item	Quantidade	Valor Unit.	Valor Total	Valor Unit.	Valor Total	Valor Unit.	Valor Total	Valor Unit.	Valor Total
1 - 100 LITROS PARAFUSOS SEMIFABRICADOS 2,5 X 3,5MM, 8000 UNIDADES	1,00	200,0000	200,00	190,340	190,34	1,0000	190,34	1,0000	190,34
2 - 100 LITROS PARAFUSOS SEMIFABRICADOS 2,5 X 3,5MM, 8000 UNIDADES	1,00	4,0000	4,00	4,0000	4,00	1,0000	4,00	1,0000	4,00
3 - 100 LITROS PARAFUSOS SEMIFABRICADOS 2,5 X 3,5MM, 8000 UNIDADES	1,00	21,0000	21,00	19,0700	19,07	1,0000	19,07	1,0000	19,07
4 - 100 LITROS PARAFUSOS SEMIFABRICADOS 2,5 X 3,5MM, 8000 UNIDADES	1,00	11,5000	11,50	10,8000	10,80	1,0000	10,80	1,0000	10,80
TOTAL ITENS FINALIZADOS									

RESUMO GERAL

Total estimado para contratação: R\$ 543,30

Total estimado nos itens finalizados: R\$ 543,30

Total estimado nos itens finalizados: R\$ 543,30

Total estimado nos itens finalizados: R\$ 543,30

Total estimado nos itens finalizados: R\$ 543,30

Total estimado nos itens finalizados: R\$ 543,30

Total estimado nos itens finalizados: R\$ 543,30

Total estimado nos itens finalizados: R\$ 543,30

Total estimado nos itens finalizados: R\$ 543,30

Total estimado nos itens finalizados: R\$ 543,30

Total estimado nos itens finalizados: R\$ 543,30

Total estimado nos itens finalizados: R\$ 543,30

Total estimado nos itens finalizados: R\$ 543,30

Total estimado nos itens finalizados: R\$ 543,30

Total estimado nos itens finalizados: R\$ 543,30

Total estimado nos itens finalizados: R\$ 543,30

Total estimado nos itens finalizados: R\$ 543,30

Total estimado nos itens finalizados: R\$ 543,30

Total estimado nos itens finalizados: R\$ 543,30

Total estimado nos itens finalizados: R\$ 543,30

Total estimado nos itens finalizados: R\$ 543,30

Total estimado nos itens finalizados: R\$ 543,30

Total estimado nos itens finalizados: R\$ 543,30



CONTRATO

CONTRATO Nº 0006/2021 – Escola Deliza Lopes EIF
 PROCESSO Nº P176542/2021



CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A ESCOLA DELIZA LOPES EIF E A EMPRESA CLEIDE GOMES MARTINS, PARA OS FINS NELE INDICADOS.

O (A) Conselho Escolar Deliza Lopes, inscrita no CNPJ nº 01.304.340/0001-00, com sede no Distrito de Patos, Rua dos Patos, S/N, Sobral/CE, representado neste ato pelo Sra. Jaqueline Ávila Mesquita, inscrito no RG sob o nº 99031019489, CPF nº 91601436300, residente e domiciliado na rua Vereador Joaquim Barreto Lima, nº 1289, BV 1, quadra 14, Sobral, Ceará, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa **CLEIDE GOMES MARTINS**, inscrita no CNPJ sob o nº 04.772.058/0001-04, com sede na Rua Monsenhor Holanda, Nº 1300, Bairro do Centro, Nova Russas/CE, aqui denominada de **CONTRATADA**, neste ato representada pelo Sra. Cleide Gomes Martins, inscrito no RG sob o nº 2001028144782 e CPF nº 88520102387, **RESOLVEM** celebrar este Contrato, em conformidade com as disposições contidas na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, na **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, oriunda da Cotação Eletrônica nº 2021/26437 e seus ANEXOS, na proposta da CONTRATADA, tudo fazendo parte deste Contrato, independente de transcrição e mediante as Cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO

1.1. O presente Contrato tem como fundamento o art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93, a Cotação Eletrônica nº 2021/26437 e seus ANEXOS, devidamente homologada, a proposta da CONTRATADA, tudo parte integrante deste termo, independente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1. Constitui objeto deste contrato a Contratação de empresa para aquisição de material de consumo material elétrico eletrônico, conforme as especificações e quantitativos previstos no Termo de Referência, bem como na tabela abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	18023 - FIO ELÉTRICO, PARALELO, NORMATIZADO, 2 X 2,5 MM, ROLO 100.0 METRO 18023 - FIO ELÉTRICO, PARALELO, NORMATIZADO, 2 X 2,5 MM, ROLO 100.0 METRO UND. FORN.: ROLO 100.0 METROS SERVIÇO: NÃO ITEM C/ MARCA: SIM OBS:	ROLO 100.0 METROS	1	190,94	190,94
2	3441 - FITA ISOLANTE, 19MM X 20M, ANTI-CHAMA, CERTIFICADA INMETRO, NBR 5037, UL 510, TEMPERATURA 90°C, EMBALAGEM 1.0 UNIDADE 3441 - FITA ISOLANTE, 19MM X 20M, ANTI-CHAMA, CERTIFICADA INMETRO, NBR 5037, UL 510, TEMPERATURA 90°C, EMBALAGEM 1.0 UNIDADE UND. FORN.: EMBALAGEM 1.0 UNIDADE SERVIÇO: NÃO ITEM C/ MARCA: SIM OBS:	EMBALAGEM 1.0 UNIDADE	10	4,50	45,00

3	7867910 - EXTENSAO, 3 TOMADAS, ELETRICA, 03 METROS, EMBALAGEM 1.0 UNIDADE 7867910 - EXTENSAO, 3 TOMADAS, ELETRICA, 03 METROS, EMBALAGEM 1.0 UNIDADE UND. FORN.: EMBALAGEM 1.0 UNIDADE SERVIÇO: NÃO ITEM C/ MARCA: SIM OBS:	EMBALAG EM 1.0 UNIDADE	5		
4	897175 - LAMPADA, BULBO, LED, BIVOLT, 12W, CAIXA 1.0 UNIDADE 897175 - LAMPADA, BULBO, LED, BIVOLT, 12W, CAIXA 1.0 UNIDADE UND. FORN.: CAIXA 1.0 UNIDADE SERVIÇO: NÃO ITEM C/ MARCA: SIM OBS:	CAIXA 1.0 UNIDADE	25	9,98	249,50



CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E DA FONTE DE RECURSOS

3.1. O valor global deste Contrato é de R\$ 596,19 (quinhentos e noventa e seis reais e dezesseis centavos), a ser pago com recursos da Escola Deliza Lopes, conforme contas bancárias abaixo:

Banco: Caixa Econômica Federal
 Agência: 0554,
 Conta corrente: 1438-0
 Operação: 883

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

4.1. O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, contados a partir da sua assinatura na forma do parágrafo único, do art. 61, da Lei Federal nº 8.666/1993.

CLÁUSULA QUINTA - DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO

5.1. Quanto à entrega:

5.1.1. O objeto contratual deverá ser entregue em conformidade com as especificações estabelecidas neste termo, no prazo de 07 (sete) dias corridos, contado a partir do recebimento da ordem de compra ou outro instrumento hábil, no Escola Deliza Lopes, localizado no Distrito de Patos, Rua dos Patos, SN, em Sobral/CE, no(s) horário(s) e dia(s) da semana das 07:00 às 11:00h e das 13:00 às 18:00h, de segunda à sexta.

5.1.2. A entrega do objeto será de inteira responsabilidade da CONTRATADA, sendo esta responsável por toda despesa decorrente de transporte e descarregamento do objeto, comprometendo-se ainda integralmente com eventuais danos causados a ele.

5.1.3. Os atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito, desde que justificados até 02 (dois) dias úteis antes do término do prazo de entrega, e aceitos pela contratante, não serão considerados como inadimplemento contratual.

5.1.4. A CONTRATADA deverá entregar qualquer quantidade solicitada pelo município, não podendo, portanto, estipular cotas mínimas ou máximas para entrega.

5.2. Quanto ao recebimento:

5.2.1. PROVISORIAMENTE, mediante recibo, para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto com as especificações, devendo ser feito por pessoa credenciada pela CONTRATANTE.

5.2.2. DEFINITIVAMENTE, sendo expedido Termo de Recebimento Definitivo, após a verificação da qualidade e quantidade do objeto, certificando-se de que todas as condições estabelecidas foram atendidas e a consequente aceitação das Notas Fiscais pelo gestor da contratação, devendo haver rejeição no caso de desconformidade.

5.2.3. Caso o material licitado não atenda às especificações exigidas ou apresente defeitos, não será aceito, sujeitando-se o fornecedor à aplicação das penalidades previstas no presente contrato.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento advindo do objeto deste termo será proveniente dos recursos da Escola Deliza Lopes e será efetuado até 30 (trinta) dias contados da data da apresentação da nota fiscal/fatura devidamente atestada pelo gestor de contratação, mediante cheque nominal advindo do Recurso Municipal PMDE.

6.1.1. A nota fiscal/fatura que apresente incorreções será devolvida à contratada para as devidas correções. Nesse caso, o prazo de que trata o subitem anterior começará a fluir a partir da data de apresentação da nota fiscal/fatura corrigida.

6.2. Não será efetuado qualquer pagamento à contratada em caso de descumprimento das condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6.3. É vedada a realização de pagamento antes da execução do objeto ou se o mesmo não estiver de acordo com as especificações deste instrumento.

6.4. Os pagamentos encontram-se ainda condicionados à apresentação dos seguintes comprovantes:

6.4.1. Documentação relativa à regularidade para com a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Trabalhista e Fazendas Federal, Estadual e Municipal.

6.5. Toda a documentação exigida deverá ser apresentada em original ou por qualquer processo de reprografia, obrigatoriamente autenticada, seja em cartório, seja por meio do permissivo da Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018. Caso esta documentação tenha sido **emitida pela internet, só será aceita após a confirmação de sua autenticidade.**

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. No caso de inadimplimento de suas obrigações, a contratada estará sujeita, sem prejuízo das sanções legais nas esferas civil e criminal, às seguintes penalidades:

7.1.1. Multas, estipuladas na forma a seguir:

7.1.1.1. Multa moratória em caso de atraso injustificado da entrega do objeto contratual, a contar da respectiva solicitação do órgão contratante de 0,33% do valor total inadimplido, por dia e por ocorrência.

7.1.1.2. Multa indenizatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total da adjudicação da licitação em caso de recusa à assinatura do Contrato, ou recusar-se a aceitar ou retirar o instrumento equivalente;

7.1.1.3. Multa de 0,33%, por dia e por ocorrência, de acordo com as regras dispostas no Decreto Municipal nº 2316/2019, em caso de atraso injustificado da entrega do objeto contratual, a contar da respectiva solicitação do órgão contratante.

7.1.1.4. Multa de 0,33% a 3,0%, por dia e por ocorrência, de acordo com as regras dispostas no Decreto Municipal nº 2316/2019, quando:

- a) deixar de manter as condições de habilitação durante o prazo do contrato, nos termos do inciso XIII do art. 55, da Lei Federal nº 8.886/93;
- b) permanecer inadimplente após a aplicação da advertência;
- c) deixar de regularizar, no prazo definido pela Administração, os documentos exigidos na legislação, para fins de liquidação de pagamento da despesa;
- d) deixar de depositar no prazo ou complementar o valor da garantia recolhida após solicitação.

da Administração;

e) não devolver os valores pagos indevidamente pela Administração;

f) manter funcionário sem qualificação para a execução do objeto contratado;

g) utilizar as dependências da contratante para fins diversos do objeto contratado;

h) deixar de fornecer equipamento de proteção individual (EPI), quando exigido, aos seus empregados ou omitir-se em fiscalizar sua utilização, na hipótese de contratação de serviços de mão de obra;

i) deixar de substituir empregado cujo comportamento for incompatível com o interesse público, em especial quando solicitado pela Administração;

j) deixar de repor funcionários faltosos;

k) deixar de controlar a presença de empregados, na hipótese de contratação de serviços de mão de obra;

l) deixar de observar a legislação pertinente aplicável ao seu ramo de atividade;

m) deixar de efetuar o pagamento de salários, vales-transportes, vale-refeição, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como deixar de arcar com quaisquer outras despesas relacionadas à execução do contrato nas datas avençadas;

n) deixar de apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista e previdenciária regularizada;

o) deixar de entregar ou entregar com atraso os esclarecimentos formais solicitados pela Administração;

p) retirar das dependências da Administração quaisquer equipamentos ou materiais de consumo, previstos em contrato ou não, sem autorização prévia do responsável;

7.1.1.5. Multa de 1,0% a 5,0%, por dia e por ocorrência, de acordo com as regras dispostas no Decreto Municipal nº 2316/2019, quando não entregar ou entregar objeto contratual em desacordo com a qualidade, especificações e condições licitadas ou contratadas e/ou com vício, irregularidade ou defeito oculto, que torne o objeto impróprio para o fim a que se destina;

7.1.1.6. Multa de 7,0%, por dia e por ordem de serviço ou instrumento equivalente, de acordo com as regras dispostas no Decreto Municipal nº 2316/2019, quando suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, desde que expressamente aceitos pela Administração Pública, os serviços contratuais;

7.1.1.7. Multa de 10,0%, por ocorrência, de acordo com as regras dispostas no Decreto Municipal nº 2316/2019, quando:

a) o infrator der causa, respectivamente, à rescisão do contrato;

b) fornecer informação e/ou documento falso;

7.1.2. Multa de 0,33% a 10,0%, a depender do caso concreto, a ser decidido no âmbito do processo administrativo de aplicação de penalidade, quando não cumprir quaisquer das itens não mencionados nesta seção, em relação à fase de execução contratual;

7.1.3. O licitante que encorajar falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo ilícito, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Municipal e será descredenciado nos sistemas cadastrais de fornecedores, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste instrumento e das demais cominações legais.

7.2. O CONTRATADO recolherá a multa por meio de:



7.2.1. Documento de Anotação Municipal (DAM), podendo ser substituído por outro instrumento legal, em nome do Órgão contratante. Caso não o faça, será cobrado pela via judicial.

7.2.2. Descontos ex-officio de qualquer crédito existente da CONTRATADA ou cobradas judicialmente terão como base de cálculo o cronograma inicial dos serviços.

7.3. Nenhuma sanção será aplicada sem garantia da ampla defesa e contraditório, na forma da lei.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. Executar e entregar o objeto em conformidade com as condições deste instrumento.

8.2. Manter durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

8.3. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os percentuais de acréscimos ou expressões limitadas ao estabelecido no §1º, do art. 65, da Lei Federal nº 8.666/1993, tomando-se por base o valor contratual.

8.4. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução do objeto, não podendo ser arguido para efeito de exclusão ou redução de sua responsabilidade o fato de a contratante proceder à fiscalização ou acompanhar a execução contratual.

8.5. Responder por todas as despesas diretas e indiretas que incidam ou venham a incidir sobre a execução contratual, inclusive as obrigações relativas a salários, previdência social, impostos, encargos sociais e outras providências, respondendo obrigatoriamente pelo fiel cumprimento das leis trabalhistas e específicas de acidentes do trabalho e legislação correlata, aplicáveis ao pessoal empregado na execução contratual.

8.6. Prestar imediatamente as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratante, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidas no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

8.7. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, imediatamente, à suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, ou em desconformidade com as especificações deste termo, no prazo fixado pelo órgão/entidade detentor do SRP (Sistema de Registro de Preços), contados da sua notificação, independentemente das penalidades aplicáveis ou cabíveis.

8.8. Cumprir, quando for o caso, as condições de garantia do objeto, responsabilizando-se pelo período oferecido em sua proposta comercial, observando o prazo mínimo exigido pela Administração.

8.9. Providenciar a substituição de qualquer profissional envolvido na execução do objeto contratual, cuja conduta seja considerada indesejável pela fiscalização da contratante.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. Solicitar o fornecimento do objeto à contratada através da emissão de Ordem de Fornecimento/Serviço.

9.2. Proporcionar à contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do objeto contratual, consoante estabelece a Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações.

9.3. Fiscalizar a execução do objeto contratual através de sua unidade competente, podendo, em decorrência, solicitar providências da contratada, que atenderá ou justificará de imediato.

9.4. Notificar a contratada de qualquer irregularidade decorrente da execução do objeto contratual.

9.5. Efetuar os pagamentos devidos à contratada nas condições estabelecidas neste Termo.

9.6. Aplicar as penalidades previstas em lei e neste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA FISCALIZAÇÃO

10.1. A execução contratual será acompanhada e fiscalizada pela Sra Francisca Rozelma Gomes de Vasconcelos, (secretária escolar), especialmente designada para este fim pela contratante, de acordo com o estabelecido no art. 67, da Lei Federal nº 8.666/1993, a ser informado quando da lavratura do instrumento contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

11.1. O CONTRATANTE poderá rescindir o Contrato, independente de interpelação judicial ou extrajudicial e de qualquer indenização, nos seguintes casos:

- a) O não cumprimento ou o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações ou prazos, por parte da CONTRATADA;
- b) A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil da CONTRATADA;
- c) O cometimento de infrações à Legislação Trabalhista por parte da CONTRATADA;
- d) Razões de interesse público ou na ocorrência das hipóteses do art. 78 do Estatuto das Licitações;
- e) A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

12.1. As partes elegem o Foro da Comarca de Sobral-CE, como o único competente para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste Contrato, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual forma e teor, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, na presença das testemunhas abaixo nomeadas, que a tudo assistiram, na forma da lei.

Sobral (CE), 10 de Dezembro de 2021.

Assinado de forma digital por CLEIDE GOMES MARTINS em 10/12/2021 15:07:12
Data e hora de assinatura: 10/12/2021 15:07:12
Assinado por: CLEIDE GOMES MARTINS
CPF: 400.204.72-45


JAQUELINE ÁVILA MESQUITA
DIRETORA DA ESCOLA/CONSELHO
Contratante

CLEIDE GOMES MARTINS
Contratado

TESTEMUNHAS:

1. 
CPF: 135.766.303-04.

2. 
CPF: 400.204.72-45



Sobral
Prefeitura Municipal

COTAÇÃO ELETRÔNICA Nº 2021/2021 - PROCESSO Nº 157863200

ÓRGÃO PROMOTOR: PMS - CONSELHO ESCOLAR DELIZA LOPES - CNPJ: 16.943.948/0001-40

ORDEN DE COMPRA/SERVICO Nº 7432/2021



FORNECEDOR:	CLIDE LOPES MARTINS	CNPJ/CPF:	16.943.948/0001-40
ENDEREÇO:	Rua Monsenhor Delanda, s/n - Centro, Nova Russa - CE, 62.200-000	FONE/FAX:	
COD. COD. CATALOGUEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	QTD	PREÇO UNITÁRIO TOTAL
000 00	APLACADOR DE PLÁSTICO, TAMANHO PADRÃO, PARA QUADRO BRANCO, C/ 30 X 1,5 UNIDADE - (R\$ - MONTA, BASE)	50,00	1,000 150,00
TOTAL DA ORDEN DE COMPRA/SERVICO:			150,00
INDICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: CONSELHO ESCOLAR DELIZA LOPES			
OS RECURSOS FINANCEIROS NECESSÁRIOS AO PAGAMENTO DESTA ORDEN DE COMPRA/SERVICO SÃO ORÇAMENTOS DAS CLASSIFICAÇÕES FUNCIONAIS PROGRAMÁTICAS INFORMADAS NO TERMO DE PARTICIPAÇÃO DESTA COTAÇÃO.			
PARA USO DO ÓRGÃO PROMOTOR DA COTAÇÃO			
PMS - CONSELHO ESCOLAR DELIZA LOPES		Data de emissão: 21/12/2021	
Ramalho Moura Almeida Junior Diretor de Ensino		Jacqueline Avila Mesquita Diretor Escolar - DNE-1 ATD Nº 000201	
Assinatura digital: Jacqueline Avila Mesquita Assinatura digital: Ramalho Moura Almeida Junior			
AVISO IMPORTANTE AO FORNECEDOR: ESTA ORDEN DE COMPRA/SERVICO FORNTECE DE ACORDO COM O TERMO DE PARTICIPAÇÃO Nº 2019/000, DEVENDO O FORNECEDOR ENTREGAR OS ITENS/RENDER OS SERVIÇOS NAS QUANTIDADES, ESPECIFICAÇÕES, PRAZOS E DEMAIS CONDIÇÕES NELLE EXPRESSAS, EM CUMPRIMENTO DOS TERMOS DA LEGISLAÇÃO VIGENTE. Observações:			
PARA USO DO FORNECEDOR			
CLIDE LOPES MARTINS		DATA: 21/12/2021	
SAQUEAR COTAR DESTA ORDEN DE COMPRA/SERVICO A QUEM FOR FORNTECE DE ACORDO COM A COTAÇÃO ELETRÔNICA REFERIDA ACIMA.		Clide Gomes Martins (carimbo e assinatura)	
1ª VIA: FORNECEDOR 2ª VIA: PARA O ÓRGÃO PROMOTOR DA COTAÇÃO			

1ª VIA: FORNECEDOR 2ª VIA: PARA O ÓRGÃO PROMOTOR DA COTAÇÃO
 CLIDE LOPES MARTINS
 CNPJ: 16.943.948/0001-40
 Rua Monsenhor Delanda, 1300
 Centro - Nova Russa - Ceará

RAZÃO SOCIAL: CLEIDE GOMES MARTINS - ME
CNPJ: 04.772.058/0001-04
CGF: 06.718.408-1
INSC. MUNICIPAL: 11648
RUA MONSENHOR HOLANDA, 1300
CENTRO - NOVA RUSSAS - CE



RECIBO



R\$ 150,00

Recebemos do(a) CONSELHO ESCOLAR DELIZA LOPES

a quantia de R\$ 150,00 (CENTO E CINQUENTA REAIS)

referente a aquisição de MATERIAL DE EXPEDIENTE

conforme NF-e N° 3405 emitida em guisa-faixa, 23 de dezembro de 2021

Nova Russas, 29 de dezembro de 2021

Cleide Gomes Martins
ISA SERVIÇOS E VARIEDADES
CLEIDE GOMES MARTINS-ME
CNPJ: 04.772.058/0001-04
Rua Monsenhor Holanda, 1300
Centro - Nova Russas - Ceará

PAGO: 29/12/2021
COM RECURSO DO FINE

Tavila
COORDENADOR DE DESPESAS

Dados para pagamento:

Cleide Gomes Martins - ME

Banco Bradesco

Agência: 5440-2

Conta corrente nº. 468-6

Dados para pagamento:

Cleide Gomes Martins - ME

Banco do Brasil

Agência: 1409-5

Conta corrente nº. 21.328-2

Cód. Bônus Agência 11 Cód. Cód. 1877 100,00
 018 184 0554 2 00001430-0 AAA 900639
 Pajão por mil
 Depois a quantia de R\$ 100,00



R\$ 100,00
 R\$ 100,00

CAIXA

Sobral, 29 de dezembro de 2021

Boqueirão, para depósito

SOBREL
 RUA DE J. JOSÉ BARBOSA, 300
 C/ NÍVEL SOBREL C/ E
 COM 1 C/ C/ 1891

CONSELHO ESCOLAR DELIZA LOPES
 RUA DE J. JOSÉ BARBOSA, 300
 C/ NÍVEL SOBREL C/ E

C/ NÍVEL SOBREL C/ E
 RUA DE J. JOSÉ BARBOSA, 300

PAGO: 29/12/2021
 COM RECURSO DO PMDE

Sobral
 C/ NÍVEL SOBREL C/ E

JJ 055400376377-5

Salvar

Imprimir



**Certificado de Regularidade do
FGTS - CRF**

Inscrição: 04.772.258/0001-04
Razão Social: CLÉIDE GOMES MARTINS ME
Endereço: RUA MONSIEUR HOLANDA 1330 / CENTRO / NOVA RUISSAS / CE / 61100-000



A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 18/12/2021 a 16/01/2022

Certificação Número: 2021121800561300245501

Informação obtida em 23/12/2021 09:15:07

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Procuradoria Geral do Estado

Certidão Negativa de Débitos Estaduais

202123259602

Emitida para os efeitos da Instrução Normativa Nº 13 de 02/03/2006



IDENTIFICAÇÃO DO(A) REQUERENTE
Inscrição Estadual: 067184081
CNPJ / CPF: 04772058000104
RAZÃO SOCIAL: CLEIDE GOMES MARTINS ME

Reservado o direito da Fazenda Estadual de inscrever e cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, certifico, para fins de direito, que revendo os registros do Cadastro de Inadimplentes da Fazenda Pública Estadual - CADINE, verificou-se nada existir em nome do(a) requerente acima identificado(a) até a presente data e horário, e, para conatar, foi emitida esta certidão.

EMITIDA VIA INTERNET EM 23/12/2021 ÀS 09:07:19

VÁLIDA ATÉ 21/02/2022

A autenticidade deste documento deverá ser comprovada via Internet, no endereço
www.sefaz.ce.gov.br



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTA

Nome: CLEIDE GOMES MARTINS (MATER E FILIAIS)

CNPJ: 04.772.058/0001-04

Certidão nº: 29183616/2021

Expedição: 24/09/2021, às 14:53:26

Validade: 22/03/2022 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que CLEIDE GOMES MARTINS (MATER E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o nº 04.772.058/0001-04, NÃO CONSTA do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 442-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais de Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A autenticidade desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional



**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: CLEIDE GOMES MARTINS
CNPJ: 04.772.958/0001-04

Reservado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer débitos da responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apurados, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' e 'b' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 21/02/2014.

Emitida às 11:49:42 do dia 06/07/2021 (hora e data de Brasília).

Válida até 04/01/2022.

Código de controle da certidão: 736D.4F4F.0145.FC96

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA RUSSAS
SECRETARIA DE FINANÇAS
CERTIDÃO NEGATIVA EMPRESA

Nº 2021000164



Razão Social

CLEIDE GOMES MARTINS - ME

INSCRIÇÃO ECONÔMICA Documento

90000011648

C.N.P.J.: 06772099000104

Ramo

CENTRO

Localidade RUA MONSENHOR HOLANDA, 1300 - - NOVA RUSSAS-CE

DADOS DO CONTRIBUINTE OU RESPONSÁVEL

Inscrição Contribuinte / Nome

13811 - CLEIDE GOMES MARTINS - ME

Endereço

RUA MONSENHOR HOLANDA, 1300

CENTRO NOVA RUSSAS-CE CEP: 62.205-000

Nº Requerimento

2021000164/2021

Documento

C.N.P.J.: 04.772.056/0001-04

Natureza jurídica

Pessoa Jurídica

CERTIDÃO

Dessearte o Prefeito de a Prefeitura Municipal emitir quaisquer débitos do contribuinte acima especificado que possam a ser apurados, é certificado que não constam em esse data, pendências relativas aos impostos sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISS) e demais Taxas, administrados pelo Departamento de Administração Tributária, e para constar foi emitida essa CERTIDÃO NEGATIVA.

NOVA RUSSAS-CE, 14 DE DEZEMBRO DE 2021

Esta certidão é válida por 90 dias contados da data de emissão

VALIDA ATÉ: 13/02/2022

COD. VALIDAÇÃO: 2021000164

RESUMO GERAL

Total estimado para construção R\$ 5.800,00

Total estimado em bens R\$ 5.800,00

Total estimado em bens fracionados R\$ 0,00

Total estimado em bens doados

Total Construção R\$ 5.800,00

Exercício Grátis R\$ 502,1000 (8,66%)

* Este valor de bens não representa o valor que deverá ser pago em bens.



CONTRATO

CONTRATO Nº 0008/2021 – Escola Deliza Lopes EIEF
PROCESSO Nº P172613/2021



CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A ESCOLA DELIZA LOPES EIEF E A EMPRESA CLEIDE GOMES MARTINS, PARA OS FINS NELE INDICADOS.

O (A) Conselho Escolar Deliza Lopes, inscrita no CNPJ nº 01.904.340/0001-00, com sede no Distrito de Patos, Rua dos Patos, S/N, Sobral/CE, representado neste ato pelo Sra. Jaqueline Avila Mesquita, inscrita no RG sob o nº 88031019489, CPF nº 91601436300, residente e domiciliado na rua Vereador Joaquim Barreto Lima, nº 1209, BV 1, quadra 14, Sobral, Ceará, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa **CLEIDE GOMES MARTINS**, inscrita no CNPJ sob o nº 04.772.058/0001-04, com sede na Rua Monsenhor Holanda, Nº 1300, Bairro do Centro, Nova Russas/CE, aqui denominada de **CONTRATADA**, neste ato representada pelo Sra. Cleide Gomes Martins, inscrita no RG sob o nº 2001028144782 e CPF nº 88520102387, **RESOLVEM** celebrar este Contrato, em conformidade com as disposições contidas na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, na **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, oriunda da Cotação Eletrônica nº 2021/25562 e seus ANEXOS, na proposta da CONTRATADA, tudo fazendo parte deste Contrato, independente de transcrição e mediante as Cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO

1.1. O presente Contrato tem como fundamento o art. 34, inciso II, da Lei nº 8.666/93, a Cotação Eletrônica nº 2021/25562 e seus ANEXOS, devidamente homologada, e proposta da CONTRATADA, tudo parte integrante deste termo, independente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1. Constitui objeto deste contrato a Contratação de empresa para aquisição de material de consumo/material de expediente, conforme as especificações e quantitativos previstos no Termo de Referência, bem como na tabela abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	6696 - APAGADOR, DE PLÁSTICO, TAMANHO PADRÃO, PARA QUADRO BRANCO, CAIXA 1.0 UNIDADE 6696 - APAGADOR, DE PLÁSTICO, TAMANHO PADRÃO, PARA QUADRO BRANCO, CAIXA 1.0 UNIDADE UND. FORN.: CAIXA 1.0 UNIDADE SERVIÇO: NÃO ITEM C/ MARCA: SIM OBS:	CAIXA 1.0 UNIDADE	50	3,00	150,00

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E DA FONTE DE RECURSOS

3.1. O valor global deste Contrato é de **R\$150,00** (cento e cinquenta reais), a ser pago com recursos da Escola Deliza Lopes, conforme contas bancárias abaixo:

Banco: Caixa Econômica Federal
Agência: 0954,
Conta corrente: 1430-0
Operação: 003

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

4.1. O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, contados a partir da sua assinatura na forma do parágrafo único, do art. 61, da Lei Federal nº 8.666/1993.

CLÁUSULA QUINTA - DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO

5.1. Quanto à entrega:

5.1.1. O objeto contratual deverá ser entregue em conformidade com as especificações estabelecidas neste termo, no prazo de 07 (sete) dias corridos, contado a partir do recebimento da ordem de compra ou outro instrumento hábil, na Escola Deliza Lopes, localizado no Distrito de Patos, Rua dos Patos, SN, em Sobral/CE, no(s) horário(s) e dia(s) da semana das 07:00 às 11:00h e das 13:00 às 18:00h, de segunda à sexta.

5.1.2. A entrega do objeto será de inteira responsabilidade da CONTRATADA, sendo esta responsável por toda despesa decorrente de transporte e descarregamento do objeto, comprometendo-se ainda integralmente com eventuais danos causados a ele.

5.1.3. Os atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito, desde que justificados até 02 (dois) dias úteis antes do término do prazo de entrega, e aceitos pela contratante, não serão considerados como inadimplemento contratual.

5.1.4. A CONTRATADA deverá entregar qualquer quantidade solicitada pelo município, não podendo, portanto, estipular cotas mínimas ou máximas para entrega.

5.2. Quanto ao recebimento:

5.2.1. PROVISORIAMENTE, mediante recibo, para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto com as especificações, devendo ser feito por pessoa credenciada pela CONTRATANTE.

5.2.2. DEFINITIVAMENTE, sendo expedido Termo de Recebimento Definitivo, após a verificação da qualidade e quantidade do objeto, certificando-se de que todas as condições estabelecidas foram atendidas e a consequente aceitação das Notas Fiscais pelo gestor da contratação, devendo haver rejeição no caso de desconformidade.

5.2.3. Caso o material lotado não atenda às especificações exigidas ou apresente defeitos, não será aceito, sujeitando-se o fornecedor à aplicação das penalidades previstas no termo do contrato.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento advindo do objeto deste termo será proveniente dos recursos da Escola Deliza Lopes e será efetuado até 30 (trinta) dias contados da data da apresentação da nota fiscal/fatura devidamente atestada pelo gestor da contratação, mediante cheque nominal advindo do Recurso Municipal PMOE.

6.1.1. A nota fiscal/fatura que apresente incorreções será devolvida à contratada para as devidas correções. Nesse caso, o prazo de que trata o subitem anterior começará a fluir a partir da data de apresentação da nota fiscal/fatura corrigida.

6.2. Não será efetuado qualquer pagamento à contratada em caso de descumprimento das condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6.3. É vedada a realização de pagamento antes da execução do objeto ou se o mesmo não estiver de acordo com as especificações deste instrumento.



Paula

6.4. Os pagamentos encontram-se ainda condicionados à apresentação dos seguintes comprovantes:

6.4.1. Documentação relativa à regularidade para com a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Trabalhista e Fazendas Federal, Estadual e Municipal.

6.5. Toda a documentação exigida deverá ser apresentada em original ou por qualquer processo de reprografia, obrigatoriamente autenticada, seja em cartório, seja por meio do permissivo da Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018. Caso esta documentação tenha sido emitida pela internet, só será aceita após a confirmação de sua autenticidade.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. No caso de inadimplemento de suas obrigações, a contratada estará sujeita, sem prejuízo das sanções legais nas esferas civil e criminal, às seguintes penalidades:

7.1.1. Multas, estipuladas na forma a seguir:

7.1.1.1. Multa moratória em caso de atraso injustificado de entrega do objeto contratual, a contar da respectiva solicitação do órgão contratante de 0,33% do valor total inadimplido, por dia e por ocorrência.

7.1.1.2. Multa indenizatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total da adjudicação da licitação em caso de recusa à assinatura do Contrato, ou recusar-se a aceitar ou retirar o instrumento equivalente;

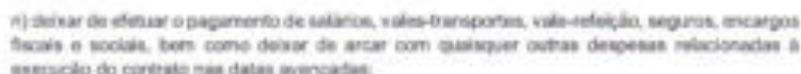
7.1.1.3. Multa de 0,33%, por dia e por ocorrência, de acordo com as regras dispostas no Decreto Municipal nº 2316/2019, em caso de atraso injustificado de entrega do objeto contratual, a contar da respectiva solicitação do órgão contratante.

7.1.1.4. Multa de 0,33% a 3,0%, por dia e por ocorrência, de acordo com as regras dispostas no Decreto Municipal nº 2316/2019, quando:

- a) deixar de manter as condições de habilitação durante o prazo do contrato, nos termos do inciso XII do art. 55, da Lei Federal nº 8.666/90;
- b) permanecer inadimplente após a aplicação da advertência;
- c) deixar de regularizar, no prazo definido pela Administração, os documentos exigidos na legislação, para fins de liquidação de pagamento de despesa;
- d) deixar de depositar no prazo ou complementar o valor da garantia recolhida após solicitação da Administração;
- e) não devolver os valores pagos indevidamente pela Administração;
- f) manter funcionário sem qualificação para a execução do objeto contratado;
- g) utilizar as dependências da contratante para fins diversos do objeto contratado;
- h) deixar de fornecer equipamento de proteção individual (EPI), quando exigido, aos seus empregados ou omitir-se em fiscalizar sua utilização, na hipótese de contratação de serviços de mão de obra;
- i) deixar de substituir empregado cujo comportamento for incompatível com o interesse público, em especial quando solicitado pela Administração;
- j) deixar de repor funcionários faltosos;
- l) deixar de controlar a presença de empregados, na hipótese de contratação de serviços de mão de obra;
- m) deixar de observar a legislação pertinente aplicável ao seu ramo de atividade;



fora



c) deixar de apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista e previdenciária regularizada;

p) deixar de entregar ou entregar com atraso os esclarecimentos formais solicitados pela Administração;

q) retirar das dependências da Administração quaisquer equipamentos ou materiais de consumo previstos em contrato ou não, sem autorização prévia do responsável;

7.1.1.5. Multa de 1,0% a 5,0%, por dia e por ocorrência, de acordo com as regras dispostas no Decreto Municipal nº 2316/2010, quando não entregar ou entregar objeto contratual em desacordo com a qualidade, especificações e condições lidadas ou contratadas e/ou com vício, irregularidade ou defeito oculto, que torne o objeto impróprio para o fim a que se destina;

7.1.1.8. Multa de 7,0%, por dia e por ordem de serviço ou instrumento equivalente, de acordo com as regras dispostas no Decreto Municipal nº 2315/2010, quando suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, desde que expressamente aceite pela Administração Pública, os serviços contratuais.

7.1.1.7. Multa de 10,0%, por ocorrência, de acordo com as regras dispostas no Decreto Municipal nº 2316/2019, quando:

a) o infrator da causa, respectivamente, à rescisão do contrato;

b) fornecer informações sobre documento falso;

7.1.2. Multa de 0,33% a 10,0%, a depender do caso concreto, a ser decidido no âmbito do processo administrativo de aplicação de penalidade, quando não cumprir quaisquer dos itens não mencionados nesta seção, em relação à fase de execução contratual.

7.1.3. O licitante que esmerar falhar ou fraudar na execução do contrato, comparecer-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Municipal e será descredenciado nos sistemas cadastrais de fornecedores, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste instrumento e das demais cominações legais.

7.2. O CONTRATADO receberá a multa por meio de:

7.2.1. Documento de Arrecadação Municipal (DAM), podendo ser substituído por outro instrumento legal, em nome do Órgão contratante. Caso não o faça, será cobrado pela via judicial.

7.2.2. Descontos ex-officio de qualquer crédito existente da CONTRATADA ou cobrados judicialmente terão como base de cálculo o montante inicial dos serviços.

7.3. Nenhuma sanção será aplicada sem garantia de ampla defesa e contraditório, na forma da lei.

8.1. Executar e entregar o objeto em conformidade com as condições deste instrumento.

8.2. Manter durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

11.1. O CONTRATANTE poderá rescindir o Contrato, independente de interposição judicial ou extrajudicial e de qualquer indenização, nos seguintes casos:

- a) O não cumprimento ou o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações ou prazos, por parte da CONTRATADA;
- b) A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil da CONTRATADA;
- c) O cometimento de infrações à Legislação Trabalhista por parte da CONTRATADA;
- d) Razões de interesse público ou na ocorrência das hipóteses do art. 78 do Estatuto da Licitação;
- e) A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva de execução do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

12.1. As partes elegem o Foro da Comarca de Sobral-CE, como o único competente para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste Contrato, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual forma e teor, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, na presença das testemunhas abaixo nomeadas, que a tudo assistiram, na forma da lei.

Sobral (CE), 14 de Dezembro de 2021.


JACQUELINE ÁVILA MESQUITA
DIRETORA DA ESCOLA/CONSELHO
Contratante

Assinado de forma digital por CLEIDE GOMES MARTINS 98020102387
DN: cn=CG, o=AC SOLUTI Multiple v1, ou=2021/10000162,
ou=Presencial, ou=Certificado PE A1, ou=CLEIDE GOMES
MARTINS 98020102387
Cadeia: 2021.12.20 16:02:06 -03'00'

CLEIDE GOMES MARTINS
Contratada

TESTEMUNHAS:

1. 
CPF: 435.765.303-04

2. 
CPF: 650.254.153-73



Sobral
Prefeitura Municipal

CEPIS/WHO COLLABORATING CENTRE FOR THE STUDY OF TUBERCULOSIS

CONFIRMING COMPLAINTS BY THE USER

CASA DE COLEÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO						
IDENTIFICADOR	MATERIAL A SER COLETADO (COMBINAÇÃO DE TIPO DE MATERIAL E PARÂMETRO)				UNIDADE	15, 20, 25, 30, 35, 40
ENDEREÇO	Rua MIGUEL ENRIQUE DE LIMA, 100 - JARDIM LARANJEIRA - C. 12, 91.500-000				PERÍODO	20/02/2021
COD. CATEG. ACQUITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM				QTD	PREÇO UNITÁRIO TOTAL
70400	1	CIMENTO, PORTLAND, PORTLAND, ATIVIDADE, EMBALAGEM 13 UNIDADES - (CM) - MARCA: BRF			20,00	1,0000 20,00
70400	2	CIMENTO, PORTLAND, PORTLAND, ATIVIDADE, UNIDADE 1 UNIDADES - (CM) - MARCA: BRF			20,00	1,0000 20,00
6200	1	CIMENTO, PORTLAND, PORTLAND, ATIVIDADE, UNIDADE 1 UNIDADES - (CM) - MARCA: BRF			20,00	1,0000 20,00
70400	3	CIMENTO, PORTLAND, PORTLAND, ATIVIDADE, UNIDADE 1 UNIDADES - (CM) - MARCA: BRF			20,00	1,0000 20,00
130000	1	CIMENTO, PORTLAND, PORTLAND, ATIVIDADE, UNIDADE 1 UNIDADES - (CM) - MARCA: BRF			20,00	1,0000 20,00
130000	2	CIMENTO, PORTLAND, PORTLAND, ATIVIDADE, UNIDADE 1 UNIDADES - (CM) - MARCA: BRF			20,00	1,0000 20,00
130000	3	CIMENTO, PORTLAND, PORTLAND, ATIVIDADE, UNIDADE 1 UNIDADES - (CM) - MARCA: BRF			20,00	1,0000 20,00
130000	4	CIMENTO, PORTLAND, PORTLAND, ATIVIDADE, UNIDADE 1 UNIDADES - (CM) - MARCA: BRF			20,00	1,0000 20,00
130000	5	CIMENTO, PORTLAND, PORTLAND, ATIVIDADE, UNIDADE 1 UNIDADES - (CM) - MARCA: BRF			20,00	1,0000 20,00
130000	6	CIMENTO, PORTLAND, PORTLAND, ATIVIDADE, UNIDADE 1 UNIDADES - (CM) - MARCA: BRF			20,00	1,0000 20,00
130000	7	CIMENTO, PORTLAND, PORTLAND, ATIVIDADE, UNIDADE 1 UNIDADES - (CM) - MARCA: BRF			20,00	1,0000 20,00
130000	8	CIMENTO, PORTLAND, PORTLAND, ATIVIDADE, UNIDADE 1 UNIDADES - (CM) - MARCA: BRF			20,00	1,0000 20,00
130000	9	CIMENTO, PORTLAND, PORTLAND, ATIVIDADE, UNIDADE 1 UNIDADES - (CM) - MARCA: BRF			20,00	1,0000 20,00
130000	10	CIMENTO, PORTLAND, PORTLAND, ATIVIDADE, UNIDADE 1 UNIDADES - (CM) - MARCA: BRF			20,00	1,0000 20,00
130000	11	CIMENTO, PORTLAND, PORTLAND, ATIVIDADE, UNIDADE 1 UNIDADES - (CM) - MARCA: BRF			20,00	1,0000 20,00
130000	12	CIMENTO, PORTLAND, PORTLAND, ATIVIDADE, UNIDADE 1 UNIDADES - (CM) - MARCA: BRF			20,00	1,0000 20,00
130000	13	CIMENTO, PORTLAND, PORTLAND, ATIVIDADE, UNIDADE 1 UNIDADES - (CM) - MARCA: BRF			20,00	1,0000 20,00
130000	14	CIMENTO, PORTLAND, PORTLAND, ATIVIDADE, UNIDADE 1 UNIDADES - (CM) - MARCA: BRF			20,00	1,0000 20,00
130000	15	CIMENTO, PORTLAND, PORTLAND, ATIVIDADE, UNIDADE 1 UNIDADES - (CM) - MARCA: BRF			20,00	1,0000 20,00
130000	16	CIMENTO, PORTLAND, PORTLAND, ATIVIDADE, UNIDADE 1 UNIDADES - (CM) - MARCA: BRF			20,00	1,0000 20,00
130000	17	CIMENTO, PORTLAND, PORTLAND, ATIVIDADE, UNIDADE 1 UNIDADES - (CM) - MARCA: BRF			20,00	1,0000 20,00
130000	18	CIMENTO, PORTLAND, PORTLAND, ATIVIDADE, UNIDADE 1 UNIDADES - (CM) - MARCA: BRF			20,00	1,0000 20,00
130000	19	CIMENTO, PORTLAND, PORTLAND, ATIVIDADE, UNIDADE 1 UNIDADES - (CM) - MARCA: BRF			20,00	1,0000 20,00
130000	20	CIMENTO, PORTLAND, PORTLAND, ATIVIDADE, UNIDADE 1 UNIDADES - (CM) - MARCA: BRF			20,00	1,0000 20,00
TOTAL DA ORDEM DE COMPRA/RECEIÇÃO						1,0000
Documento: CONSELHO ESCOLAR LÍZIA LOPES						
ORDEM DE COMPRA/RECEIÇÃO RECEBIDA EM 15/02/2021 EM						

Summary

Populus juliflora Youngs
Bumelia Magnifica Jacq.

Jacqueline Avila Marquis
New York, NY
also at 900.900.9000



Nome do Consultado		Carimbo e assinatura	
AVISO IMPORTANTE AO FORNECEDOR O SEU CANCELAMENTO DE COMPRA DE SERVIÇOS DE SAÚDE COM O TERMO DE SUSCITAÇÃO Nº 001/2023, DEVIDO À FALTA DE ENTREGA DE ITENS E SERVIÇOS NAS QUANTIDADES, CONFORME MODELO PREVISTO EM SEUS CONDIÇÕES DE LICITAÇÃO, EM CONFORMIDADE COM O TERMO DA LICITAÇÃO Nº 001/2023.			
Observações:			
PARA USO DO FORNECEDOR			
NOME DO FORNECEDOR: CARLOS DE MOURA DE PAULA RUA BRILHANTE		DATA: 25/12/2023	
O FORNECEDOR DEVE ATRIBUIR O CANCELAMENTO À QUALQUER CAUSA, SEM ATRIBUIÇÃO DE RESPONSABILIDADE AO MUNICÍPIO DE CURITIBA.		Carimbo e assinatura	
OBS: REEMBOLSO VIA PARCELAMENTO EM 12 (DOZE) PARCELAS, COM 10% DE JURO POR ATRASAMENTO.			

Curitiba, 25 de dezembro de 2023.
Paula Rueda
Secretaria Municipal de Saúde



RÁPIDO DISTRIBUIDORA
SÃO FRANCISCO
CNPJ: 15.388.126/0001-90
RÁPIDO DISTRIBUIDORA SÃO FRANCISCO
Rua Moura Pinto, 185 - Centro - Curitiba - PR

INFORMÁTICA, material
escolar, escritório,
equipamentos, móveis
para escritório e
equipamentos em geral
FONE: (081) 3343-2944

RECIBO
R\$ 1.925,00

Recebemos do(a) Sr.(a) Conselheiro Escolar Delza
da Lopes
a importância de duzentos e noventa e cinco reais
Referente a pagamentos de 105 R\$ 1276

Pelo que firmamos o presente recibo para os devidos fins e efeitos legais.

Carimbo 28 de dezembro de 2021

CNPJ: 15.388.126/0001-90
R. L. N. ALVES OLIVEIRA JUNIOR
CNPJ: 15.388.126/0001-90
CNPJ: 15.388.126/0001-90

PAGO: 28/12/2021
COM RECURSO DO PMDE

Jandira
ORDENADOR DE DESPESAS

Código	184	Agência	0554	CE	00001430-0	CE	AAA	Conta nº	900660	CE	5	R\$ 3.925,00 #
Pagar por: <u>M.M. Andrade Comissão Variável de produtos de paparia EIRELI</u>												
De: <u>28</u> de <u>Dezembro</u> de <u>2021</u>												
Pagamento por: <u>Boleto Bancário</u>												
CONSELHO ESCOLAR DELIZA LOPES												
Rua Cel. José Gonçalves, 100 - Centro - 30000-000 - Belo Horizonte - MG												
INSCRIÇÃO: 3801												



PAGO 28/12/2021
COM RECURSO DO PMDE

Taísia
COBENADOR DE DESPESAS





MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional



**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: **M & M ANDRADE COMERCIO VAREJISTA DE PRODUTOS DE PAPELARIA EIRELI**
CNPJ: **15.388.128/0001-80**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 do CTN, ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' e 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 09:04:19 do dia 15/09/2021 <hora e data de Brasília>.

Válida até 14/03/2022.

Código de controle da certidão: **2ADE3773.9911.140A**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Procuradoria Geral do Estado

Certidão Negativa de Débitos Estaduais
202119220624



Emitida para os efeitos da Instrução Normativa Nº 13 de 02/03/2001

IDENTIFICAÇÃO DO(A) REQUERENTE
Inscrição Estadual: 065989562
CNPJ / CPF: 15368126000190
RAZÃO SOCIAL: M&M ANDRADE COMERC VAREJISTA DE PROD DE PAPELARIA EIRELI ME

Ressalvado o direito da Fazenda Estadual de inscrever e cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, certifico, para fins de direito, que revendo os registros do Cadastro de Inadimplentes da Fazenda Pública Estadual - CADINE, verificou-se nada existir em nome do(a) requerente acima identificado(a) até a presente data e horário, e, para constar, foi emitida esta certidão.

EMITIDA VIA INTERNET EM 14/11/2021 ÀS 08:06:30
VÁLIDA ATÉ 13/01/2022

A autenticidade deste documento deverá ser comprovada via Internet, no endereço
www.sefaz.ce.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE CANINDÉ
SETOR DE ARRECADAÇÃO/PMC
CERTIDÃO NEGATIVA DE EMPRESA

Nº 0000000783



Razão Social

M & M ANDRADE COM VAR DE PROD DE PAPELARIA EIRELI-ME

Inscrição Econômica - Documento

00000001013

C.N.P.J.: 18188126000190

Bairro

CENTRO

CEP

62700000

Localidade RUA MOZART PINTO, 165 - - CANINDÉ-CE

DADOS DO CONTRIBUINTE OU RESPONSÁVEL

Inscrição Contribuinte / Nome

20849 - M & M ANDRADE COM VAR DE PROD DE PAPELARIA EIRELI-ME

Endereço

RUA MOZART PINTO, 165

Documento

C.N.P.J.: 18.188.126/0001-90

CENTRO CANINDÉ-CE CEP: 62.700-000

Nº. Requerimento

0000000783/2021

Assinatura jurídica

Assinatura Jurídica

CERTIDÃO

Certificamos para os devidos fins, que foram verificados os registros constantes do Cadastro Brasileiro desta empresa, e constatou-se não haver nenhuma pendência ou dívida vinculada a mesma. A Prefeitura Municipal de Canindé se reserva no direito de inscrever e cobrar as dívidas que posteriormente venham a ser apuradas.

CANINDÉ-CE, 14 DE NOVEMBRO DE 2021

Esta certidão é válida por 060 dias contados da data de emissão

VALIDA ATÉ: 12/01/2022

COD. VALIDAÇÃO: 0000000783



[Voltar](#)[Imprimir](#)**Certificado de Regularidade
do FGTS - CRF****Inscrição:** 15.368.126/0005-40**Razão Social:** H&A ANDRADE COM VAREJISTA DE PROD DE PAPELARIA ESRELI ME**Endereço:** RUA MOZART FINTO 165 / CENTRO / CANINDÉ / CE / 62700-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 14/12/2021 a 12/01/2022**Certificação Número:** 2021121401565786490845

Informação obtida em 20/12/2021 09:10:20

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS



Nome: M & M ANDRADE COMERCIO VAREJISTA DE PRODUTOS DE PAPELARIA
EIRELI (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 15.368.126/0001-90
Certidão n°: 21937814/2021
Expedição: 15/07/2021, às 09:57:20
Validade: 10/01/2022 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que M & M ANDRADE COMERCIO VAREJISTA DE PRODUTOS DE PAPELARIA EIRELI (MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o n° 15.368.126/0001-90, NÃO CONSTA do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei n° 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa n° 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



RELATÓRIO DE CONCLUSÃO DE CITAÇÃO
SITUAÇÃO DA CITAÇÃO ELETRÔNICA: Finalizada

It seems reasonable

[illegible]

Abstract

RESUMO GERAL

Total estimado para contratação: R\$ 2.400,05

Total estimado nos itens finalizados: R\$ 2.400,05

Total estimado nos itens fracionados: R\$ 0,00

Total estimado nos itens diversos:

Total Contratado: R\$ 2.400,06

Economia Gerada*: R\$ 224,0000 (9,33%)

* Este valor refere-se à economia gerada e não ao valor estimado de benefício.



CONTRATO

CONTRATO Nº 0005/2021 – Escola Deliza Lopes EMEF
PROCESSO Nº P175814/2021



CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A ESCOLA DELIZA LOPES EMEF E A EMPRESA M & M ANDRADE COMERCIO VAREJISTA DE PRODUTOS DE PAPELARIA EIRELI, PARA OS FINS NELE INDICADOS.

O (A) Conselho Escolar Deliza Lopes, inscrita no CNPJ nº 01.904.340/0001-00, com sede no Distrito de Patos, Rua dos Patos, S/N, Sobral/CE, representado neste ato pelo Sr. Jaqueline Ávila Mesquita, inscrito no RG sob o nº 99031019489, CPF nº 91801435300, residente e domiciliado na rua Vereador Joaquim Barreto Lima, nº 1269, BV 1, quadra 14, Sobral, Ceará, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa **M & M ANDRADE COMERCIO VAREJISTA DE PRODUTOS DE PAPELARIA EIRELI**, inscrita no CNPJ sob o nº 15.368.126/0001-80, com sede na Rua Mozart Pinto, Nº 165, Bairro do Centro, Canindé/CE, aqui denominada de **CONTRATADA**, neste ato representada pelo Sr. Francisco Luis dos Santos Almeida, inscrito no RG sob o nº 2000088139436 e CPF nº 07945254314, **RESOLVEM** celebrar este Contrato, em conformidade com as disposições contidas na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, na **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, oriunda da Cotação Eletrônica nº 2021/25388 e seus **ANEXOS**, na proposta da **CONTRATADA**, tudo fazendo parte deste Contrato, independente de transcrição e mediante as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO

1.1. O presente Contrato tem como fundamento o art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93, a Cotação Eletrônica nº 2021/25388 e seus **ANEXOS**, devidamente homologada, a proposta da **CONTRATADA**, tudo parte integrante deste termo, independente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1. Constitui objeto deste contrato a Contratação de empresa para aquisição de material de consumo/materials de copa e cozinha, conforme as especificações e quantitativos previstos no Termo de Referência, bem como na tabela abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	79048 - COLHER PLÁSTICO POLIETILENO ATÓXICO EMBALAGEM 1.0 UNIDADE 79048 - COLHER PLÁSTICO POLIETILENO ATÓXICO EMBALAGEM 1.0 UNIDADE UND. FORM.: EMBALAGEM 1.0 UNIDADE SERVIÇO: NÃO ITEM C/ MARCA: SIM ORS	EMBALAGEM 1.2 UNIDADE	200	0.99	198.00
2	79048 - PRATO PLÁSTICO POLIETILENO ATÓXICO EMBALAGEM 1.0 UNIDADE 79048 - PRATO PLÁSTICO POLIETILENO ATÓXICO EMBALAGEM 1.0 UNIDADE UND. FORM.: UNIDADE 1.0 UNIDADE SERVIÇO: NÃO ITEM C/ MARCA: SIM ORS	UNIDADE 1.0	200	1.46	292.00
3	62251 - FOSFÓRICO DE MADEIRA, EM FORMA DE PALITO TAMANHO MÉDIO, COMPOSTO DE VEGETAL E MINÉRIO EMBALAGEM CAIXA COM SELO DO INMETRO E DO INOR, PONTA DE POLVORA, PACOTE 10.0 CAIXA 62251 - FOSFÓRICO DE MADEIRA, EM FORMA DE PALITO TAMANHO MÉDIO, COMPOSTO DE VEGETAL E MINÉRIO EMBALAGEM CAIXA COM SELO DO INMETRO E DO INOR, PONTA DE POLVORA, PACOTE 10.0 CAIXA UND. FORM.: PACOTE 10.0 CAIXA SERVIÇO: NÃO ITEM C/	PACOTE 10.0 CAIXA	30	2.98	89.40

MARCA: SM OBS					
4	780727 - COPO PLASTICO POLIPROPILENO GROSSO, ALTA DURABILIDADE, CAPACIDADE 250 ML, COM ALÇA, UNIDADE 1.0 UNIDADE 780727 - COPO PLASTICO POLIPROPILENO GROSSO, ALTA DURABILIDADE, CAPACIDADE 250 ML, COM ALÇA, UNIDADE 1.0 UNIDADE UNID. FORN.: UNIDADE 1.0 UNIDADE SERVIÇO: NÃO ITEM C/ MARCA: SM OBS	UNIDADE 1.0	200	1.88	376.00
5	130098 - XICARA, PIREX, PORCELANA, CAPACIDADE 200ML, CAIXA 6.0 UNIDADES 130098 - XICARA, PIREX, PORCELANA, CAPACIDADE 200ML, CAIXA 6.0 UNIDADES UNID. FORN.: CAIXA 6.0 UNIDADES SERVIÇO: NÃO ITEM C/ MARCA: SM OBS	CAIXA 6.0 UNIDADES	2	44.00	
6	518917 - XICARA, EM VIDRO TEMPERADO, DIMENSÕES: 111 X 95 X 65 MM, VOLUME 240 ML, COR CRISTAL (INCOLOR), PARA CHÁ, COM PIREX, EMBALAGEM CONTEUDO ETIQUETA COM AS INFORMAÇÕES TÉCNICAS DO PRODUTO, NOME, TELEFONE, ENDEREÇO E CNPJ DO FABRICANTE, ACONDICIONADO EM CAIXA DE PAPELÃO REFORÇADO, FECHADA E COM 518917 - XICARA, EM VIDRO TEMPERADO, DIMENSÕES: 111 X 95 X 65 MM, VOLUME 240 ML, COR CRISTAL (INCOLOR), PARA CHÁ, COM PIREX, EMBALAGEM CONTEUDO ETIQUETA COM AS INFORMAÇÕES TÉCNICAS DO PRODUTO, NOME, TELEFONE, ENDEREÇO E CNPJ DO FABRICANTE, ACONDICIONADO EM CAIXA DE PAPELÃO REFORÇADO, FECHADA E COM SELLO DE SEGURANÇA, UNIDADE 1.0 UNIDADE UNID. FORN.: UNIDADE 1.0 UNIDADE SERVIÇO: NÃO ITEM C/ MARCA: SM OBS	UNIDADE 1.0	12	4.75	56.40
7	829757 - JARRA, SEM TAMP, VIDRO, CAPACIDADE 1 LITRO, EMBALAGEM 1.0 UNIDADE 829757 - JARRA, SEM TAMP, VIDRO, CAPACIDADE 1 LITRO, EMBALAGEM 1.0 UNIDADE UNID. FORN.: EMBALAGEM 1.0 UNIDADE SERVIÇO: NÃO ITEM C/ MARCA: SM OBS	EMBALAGEM 1.0 UNIDADE	3	14.96	43.98
8	780022 - COPO VIDRO, CAPACIDADE 250 ML, CAIXA 6.0 UNIDADES 780022 - COPO VIDRO, CAPACIDADE 250 ML, CAIXA 6.0 UNIDADES UNID. FORN.: CAIXA 6.0 UNIDADES SERVIÇO: NÃO ITEM C/ MARCA: SM OBS	CAIXA 6.0 UNIDADES	4	5.58	22.32
9	784776 - TACA, ÁGUA, VIDRO TRANSPARENTE, ALTA QUALIDADE E RESISTÊNCIA, CAPACIDADE 283 ML, EMBALAGEM 1.0 UNIDADE 784776 - TACA, ÁGUA, VIDRO TRANSPARENTE, ALTA QUALIDADE E RESISTÊNCIA, CAPACIDADE 283 ML, EMBALAGEM 1.0 UNIDADE UNID. FORN.: EMBALAGEM 1.0 UNIDADE SERVIÇO: NÃO ITEM C/ MARCA: SM OBS	EMBALAGEM 1.0 UNIDADE	9	4.29	38.61
10	780032 - JOGO FAQUEIRO, CABO PLÁSTICO, 24 PEÇAS, EMBALAGEM 1.0 UNIDADE 780032 - JOGO FAQUEIRO, CABO PLÁSTICO, 24 PEÇAS, EMBALAGEM 1.0 UNIDADE UNID. FORN.: EMBALAGEM 1.0 UNIDADE SERVIÇO: NÃO ITEM C/ MARCA: SM OBS	EMBALAGEM 1.0 UNIDADE	2	26.00	52.00
11	528862 - TRAVESSA, REDONDA, 28 CM, VIDRO, COM TAMP, EMBALAGEM 1.0 UNIDADE 528862 - TRAVESSA, REDONDA, 28 CM, VIDRO, COM TAMP, EMBALAGEM 1.0 UNIDADE UNID. FORN.: EMBALAGEM 1.0 UNIDADE SERVIÇO: NÃO ITEM C/ MARCA: SM OBS	EMBALAGEM 1.0 UNIDADE	3	34.89	104.67
12	999916 - TRAVESSA, VIDRO, RETANGULAR, DIMENSÕES: 40,4X 24,3 X 7CM C X A X L, EMBALAGEM 1.0 UNIDADE 999916 - TRAVESSA, VIDRO, RETANGULAR, DIMENSÕES: 40,4X 24,3 X 7CM C X A X L, EMBALAGEM 1.0 UNIDADE UNID. FORN.: EMBALAGEM 1.0 UNIDADE SERVIÇO: NÃO ITEM C/ MARCA: SM OBS	EMBALAGEM 1.0 UNIDADE	3	34.98	104.94
13	271276 - GARRAFA TÉRMICA, PLÁSTICO, CAPACIDADE 5L, LITRO, TAMP, ROTACIONÁVEL, ROTULO DO CORPO GRAVADO COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, EMBALAGEM 1.0 UNIDADE 271276 - GARRAFA TÉRMICA, PLÁSTICO, CAPACIDADE 5L, LITRO, TAMP, ROTACIONÁVEL, ROTULO DO CORPO GRAVADO COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, EMBALAGEM 1.0 UNIDADE	EMBALAGEM 1.0 UNIDADE	3	21.88	65.64



	UND. FORN.: EMBALAGEM 1:0 UNIDADE SERVIÇO: NÃO ITEM O: MARCA: SIM OBS:				
14	124580 - GARRAFA TÉRMICA, CAPACIDADE 2,2 LITROS, AÇO INOX, EMBALAGEM 1:0 UNIDADE 124580 - GARRAFA TÉRMICA, CAPACIDADE 2,2 LITROS, AÇO INOX, EMBALAGEM 1:0 UNIDADE UND. FORN.: EMBALAGEM 1:0 UNIDADE SERVIÇO: NÃO ITEM O: MARCA: SIM OBS:	EMBALAGE M 1:0 UNIDADE	1	96,00	96,00
15	124586 - TOUCA, DESCARTÁVEL, 100% POLIPROPILENO, Hipoalergênica, COM ELÁSTICO, GRAMATURA 30, TAMANHO ÚNICO, DIÂMETRO MÍNIMO 50CM, COR BRANCA, CAIXA 100:0 UNIDADE 124586 - TOUCA, DESCARTÁVEL, 100% POLIPROPILENO, Hipoalergênica, COM ELÁSTICO, GRAMATURA 30, TAMANHO ÚNICO, DIÂMETRO MÍNIMO 50CM, COR BRANCA, CAIXA 100:0 UNIDADE UND. FORN.: CAIXA 100:0 UNIDADES SERVIÇO: NÃO ITEM O: MARCA: SIM OBS:	CAIXA 100:0 UNIDADES	2	12,40	
16	1246113 - PANO DE COFA E COZINHA, 100% ALGODÃO, 15X50 CM COMPRIMENTO X LARGURA, EMBALAGEM 1:0 UNIDADE 1246113 - PANO DE COFA E COZINHA, 100% ALGODÃO, 15X50 CM COMPRIMENTO X LARGURA, EMBALAGEM 1:0 UNIDADE UND. FORN.: EMBALAGEM 1:0 UNIDADE SERVIÇO: NÃO ITEM O: MARCA: SIM OBS:	EMBALAGE M 1:0 UNIDADE	20	1,97	39,40
17	130996 - KIT PARA MANUTENTOS, PLÁSTICO, COM TAMPA, COMPOSTO POR 3 PEÇAS, UNIDADE 1:0 UNIDADE 130996 - KIT PARA MANUTENTOS, PLÁSTICO, COM TAMPA, COMPOSTO POR 3 PEÇAS, UNIDADE 1:0 UNIDADE UND. FORN.: UNIDADE 1:0 UNIDADE SERVIÇO: NÃO ITEM O: MARCA: SIM OBS:	COMPOSTO POR 3 PEÇAS UNIDADE 1:0 UNIDADE	2	17,00	34,00
18	134056 - AÇUCAREIRO, INOX, COM COLHER, CAIXA 1:0 UNIDADE 134056 - AÇUCAREIRO, INOX, COM COLHER, CAIXA 1:0 UNIDADE UND. FORN.: CAIXA 1:0 UNIDADE SERVIÇO: NÃO ITEM O: MARCA: SIM OBS:	CAIXA 1:0 UNIDADE	1	22,90	22,90
19	146393 - FILME, PLÁSTICO, PVC, PELÍCULA 26 POLICLORETO DE VINILA ESTICÁVEL, 26 CM X 100 M, ROLO 1:0 UNIDADE 146393 - FILME, PLÁSTICO, PVC, PELÍCULA 26 POLICLORETO DE VINILA ESTICÁVEL, 26 CM X 100 M, ROLO 1:0 UNIDADE UND. FORN.: ROLO 1:0 UNIDADE SERVIÇO: NÃO ITEM O: MARCA: SIM OBS:	26 CM X 100 M, ROLO 1:0 UNIDADE	10	4,82	48,20
20	218119 - PRATO, VÍDEO, TIPO FUNDO, EMBALAGEM 1:0 UNIDADE 218119 - PRATO, VÍDEO, TIPO FUNDO, EMBALAGEM 1:0 UNIDADE UND. FORN.: EMBALAGEM 1:0 UNIDADE SERVIÇO: NÃO ITEM O: MARCA: SIM OBS:	EMBALAGE M 1:0 UNIDADE	20	4,20	84,00
21	51247 - PRATO, PORCELANA, SOBREMESA, COR BRANCA, EMBALAGEM 1:0 UNIDADE 51247 - PRATO, PORCELANA, SOBREMESA, COR BRANCA, EMBALAGEM 1:0 UNIDADE UND. FORN.: EMBALAGEM 1:0 UNIDADE SERVIÇO: NÃO ITEM O: MARCA: SIM OBS:	EMBALAGE M 1:0 UNIDADE	15	6,85	102,75
22	528330 - PAPEL ALUMÍNIO - LAMINADO, 30 CM X 100 M, ROLO 1:0 UNIDADE 528330 - PAPEL ALUMÍNIO - LAMINADO, 30 CM X 100 M, ROLO 1:0 UNIDADE UND. FORN.: ROLO 1:0 UNIDADE SERVIÇO: NÃO ITEM O: MARCA: SIM OBS:	ROLO 1:0 UNIDADE	10	7,50	75,00

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E DA FONTE DE RECURSOS

3.1. O valor global deste Contrato é de **R\$ 1.925,00** (um mil e novecentos e vinte e cinco reais), a ser pago com recursos da Escola Deliza Lopes, conforme contas bancárias abaixo:

Banco: Caixa Econômica Federal
 Agência: 0554,
 Conta corrente: 1430-0
 Operação: 803

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

4.1. O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, contados a partir da sua assinatura, na forma do parágrafo único, do art. 61, da Lei Federal nº 8.666/1993.

CLÁUSULA QUINTA - DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO

5.1. Quanto à entrega:

5.1.1. O objeto contratual deverá ser entregue em conformidade com as especificações estabelecidas neste termo, no prazo de 07 (sete) dias corridos, contado a partir do recebimento da ordem de compra ou outro instrumento hábil, na Escola Delza Lopes, localizado no Distrito de Patos, Rua dos Patos, SN, em Sobral/CE, nos(s) horário(s) e data(s) da semana das 07:00 às 11:00h e das 13:00 às 16:00h, de segunda à sexta.

5.1.2. A entrega do objeto será de inteira responsabilidade da CONTRATADA, sendo esta responsável por toda despesa decorrente de transporte e descarregamento do objeto, comprometendo-se ainda integralmente com eventuais danos causados a ele.

5.1.3. Os atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito, desde que justificados até 02 (dois) dias úteis antes do término do prazo de entrega, e aceitos pela contratante, não serão considerados como inadimplemento contratual.

5.1.4. A CONTRATADA deverá entregar qualquer quantidade solicitada pelo município, não podendo, portanto, estipular cotas mínimas ou máximas para entrega.

5.2. Quanto ao recebimento:

5.2.1. PROVISORIAMENTE, mediante recibo, para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto com as especificações, devendo ser feito por pessoa credenciada pela CONTRATANTE.

5.2.2. DEFINITIVAMENTE, sendo expedido Termo de Recebimento Definitivo, após a verificação da qualidade e quantidade do objeto, certificando-se de que todas as condições estabelecidas foram atendidas e a consequente aceitação das Notas Fiscais pelo gestor da contratação, devendo haver rejeição no caso de desconformidade.

5.2.3. Caso o material lotado não atenda às especificações exigidas ou apresente defeitos, não será aceito, sujeitando-se o fornecedor à aplicação das penalidades previstas no termo do contrato.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento advindo do objeto deste termo será proveniente dos recursos da Escola Delza Lopes e será efetuado até 30 (trinta) dias contados da data da apresentação da nota fiscal/fatura devidamente anexada pelo gestor da contratação, mediante cheque nominal advindo do Recurso Municipal PMDE.

6.1.1. A nota fiscal/fatura que apresente incorreções será devolvida à contratada para as devidas correções. Nesse caso, o prazo de que trata o subitem anterior começará a fluir a partir da data de apresentação da nota fiscal/fatura corrigida.

6.2. Não será efetuado qualquer pagamento à contratada em caso de descumprimento das condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6.3. É vedada a realização de pagamento antes da execução do objeto ou se o mesmo não estiver de acordo com as especificações deste instrumento.

6.4. Os pagamentos encontram-se ainda condicionados à apresentação dos seguintes comprovantes:

6.4.1. Documentação relativa à regularidade para com a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Trabalhista e Fazendas Federal, Estadual e Municipal.

6.5. Toda a documentação exigida deverá ser apresentada em original ou por qualquer processo de reprografia, obrigatoriamente autenticada, seja em cartório, seja por meio do permissivo da Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018. Caso esta documentação tenha sido emitida ~~em~~ **internet, só será aceita após a confirmação de sua autenticidade.**

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. No caso de inadimplemento de suas obrigações, a contratada estará sujeita, sem prejuízo das sanções legais nas esferas civil e criminal, às seguintes penalidades:

7.1.1. Multas, estipuladas na forma a seguir:

7.1.1.1. Multa moratória em caso de atraso injustificado da entrega do objeto contratual, a contar da respectiva solicitação do órgão contratante de 0,33% do valor total inadimplido, por dia e por ocorrência.

7.1.1.2. Multa indenizatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total da adjudicação da licitação em caso de recusa à assinatura do Contrato, ou recusar-se a aceitar ou retirar o instrumento equivalente;

7.1.1.3. Multa de 0,33%, por dia e por ocorrência, de acordo com as regras dispostas no Decreto Municipal nº 2316/2019, em caso de atraso injustificado da entrega do objeto contratual, a contar da respectiva solicitação do órgão contratante;

7.1.1.4. Multa de 0,33% a 3,0%, por dia e por ocorrência, de acordo com as regras dispostas no Decreto Municipal nº 2316/2019, quando:

a) deixar de manter as condições de habilitação durante o prazo do contrato, nos termos do inciso XII do art. 95, da Lei Federal nº 8.666/93;

b) permanecer inadimplente após a aplicação da advertência;

c) deixar de regularizar, no prazo definido pela Administração, os documentos exigidos na legislação, para fins de liquidação de pagamento de despesa;

d) deixar de depositar no prazo ou complementar o valor da garantia recolhida após solicitação da Administração;

e) não devolver os valores pagos indevidamente pela Administração;

f) manter funcionário sem qualificação para a execução do objeto contratado;

g) utilizar as dependências da contratante para fins diversos do objeto contratado;

h) deixar de fornecer equipamento de proteção individual (EPI), quando exigido, aos seus empregados ou omitir-se em fiscalizar sua utilização, na hipótese de contratação de serviços de mão de obra;

i) deixar de substituir empregado cujo comportamento for incompatível com o interesse público, em especial quando solicitado pela Administração;

j) deixar de repor funcionários faltosos;

l) deixar de controlar a presença de empregados, na hipótese de contratação de serviços de mão de obra;

m) deixar de observar a legislação pertinente aplicável ao seu ramo de atividade.

r) deixar de efetuar o pagamento de salários, valores-transportes, vale-refeição, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como deixar de arcar com quaisquer outras despesas relacionadas à execução do contrato nas datas avençadas;

s) deixar de apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista e previdenciária regularizada;

t) deixar de entregar ou entregar com atraso os esclarecimentos formais solicitados pela Administração;

u) retirar das dependências da Administração quaisquer equipamentos ou materiais de consumo, previstos em contrato ou não, sem autorização prévia do responsável;

7.1.1.5. Multa de 1,0% a 5,0%, por dia e por ocorrência, de acordo com as regras dispostas no Decreto Municipal nº 2316/2019, quando não entregar ou entregar objeto contratual em desacordo com a qualidade, especificações e condições licitadas ou contratadas e/ou com vício, irregularidade ou defeito oculto, que torne o objeto impróprio para o fim a que se destina;

7.1.1.6. Multa de 7,0%, por dia e por ordem de serviço ou instrumento equivalente, de acordo com as regras dispostas no Decreto Municipal nº 2316/2019, quando suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, desde que expressamente aceitos pela Administração Pública, os serviços contratuais;

7.1.1.7. Multa de 10,0%, por ocorrência, de acordo com as regras dispostas no Decreto Municipal nº 2316/2019, quando

a) o infrator der causa, respectivamente, à rescisão do contrato;

b) fornecer informação e/ou documento falso;

7.1.2. Multa de 0,33% a 10,0%, a depender do caso concreto, a ser decidido no âmbito do processo administrativo de aplicação de penalidade, quando não cumprir quaisquer dos itens não mencionados nesta seção, em relação à fase de execução contratual;

7.1.3. O licitante que ensejar falha ou fraude na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Municipal e será descredenciado nos sistemas cadastrais de fornecedores, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste instrumento e das demais cominações legais.

7.2. O CONTRATADO receberá a multa por meio de

7.2.1. Documento de Arrecadação Municipal (DAM), podendo ser substituído por outro instrumento legal, em nome do Órgão contratante. Caso não o faça, será cobrado pela via judicial;

7.2.2. Descontos ex-offício de qualquer crédito existente da CONTRATADA ou cobrados judicialmente tendo como base de cálculo o cronograma inicial dos serviços;

7.3. Nenhuma sanção será aplicada sem garantia de ampla defesa e contraditório, na forma da lei.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. Executar e entregar o objeto em conformidade com as condições deste instrumento;

8.2. Manter durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.



assinada

4

8.3. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os percentuais de acréscimos ou supressões limitados ao estabelecido no §1º do art. 65, da Lei Federal nº 8.666/1993, tomando-se por base o valor contratual.

8.4. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à contratante ou a terceiros, decorrentes da sua culpa ou dolo, quando da execução do objeto, não podendo ser arguido para efeito de exclusão ou redução de sua responsabilidade o fato de a contratante proceder à fiscalização ou acompanhar a execução contratual.

8.5. Responder por todas as despesas diretas e indiretas que incidam ou venham a incidir sobre a execução contratual, inclusive as obrigações relativas a salários, previdência social, encargos sociais e outras providências, respondendo obrigatoriamente pelo fiel cumprimento das leis trabalhistas e específicas de acidentes do trabalho e legislação correlata, aplicadas ao pessoal empregado na execução contratual.

8.6. Prestar imediatamente as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratante, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidas no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

8.7. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, imediatamente, à suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, ou em desconformidade com as especificações deste termo, no prazo fixado pelo órgão entidade detentor do SRP (Sistema de Registro de Preços), contados da sua notificação, independentemente das penalidades aplicáveis ou cabíveis.

8.8. Cumprir, quando for o caso, as condições de garantia do objeto, responsabilizando-se pelo período oferecido em sua proposta comercial, observando o prazo mínimo exigido pela Administração.

8.9. Providenciar a substituição de qualquer profissional envolvido na execução do objeto contratual, cuja conduta seja considerada indesejável pela fiscalização da contratante.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. Solicitar o fornecimento do objeto à contratada através da emissão de Ordem de Fornecimento/Serviço.

9.2. Proporcionar à contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do objeto contratual, consoante estabelece a Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações.

9.3. Fiscalizar a execução do objeto contratual através de sua unidade competente, podendo, em decorrência, solicitar providências da contratada, que atenderá ou justificará de imediato.

9.4. Notificar a contratada de qualquer irregularidade decorrente da execução do objeto contratual.

9.5. Efetuar os pagamentos devidos à contratada nas condições estabelecidas neste Termo.

9.6. Aplicar as penalidades previstas em lei e neste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA FISCALIZAÇÃO

10.1. A execução contratual será acompanhada e fiscalizada pela Sra. Francisca Rozelia Sales de Vasconcelos, (secretária escolar), especialmente designada para este fim pela contratante, de acordo com o estabelecido no art. 67, da Lei Federal nº 8.666/1993, a ser informado quando da lavratura do instrumento contratual.



Francisca

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

11.1. O CONTRATANTE poderá rescindir o Contrato, independente de interpelação judicial ou extrajudicial e de qualquer indenização, nos seguintes casos:

- a) O não cumprimento ou o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações ou prazos, por parte da CONTRATADA;
- b) A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil da CONTRATADA;
- c) O cometimento de infrações à Legislação Trabalhista por parte da CONTRATADA;
- d) Razões de interesse público ou na ocorrência das hipóteses do art. 78 do Estatuto das Licitações;
- e) A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

12.1. As partes elegem o Foro da Comarca de Sobral-CE, como o único competente para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste Contrato, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual forma e teor, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, na presença das testemunhas abaixo nomeadas, que a tudo assistiram, na forma da lei.

Sobral (CE), 09 de Dezembro de 2021.

CNPJ: 36.244.125-08/01-90
Nº 1.000.000.000.000.000.000
Estatuto Social nº 1.000.000.000.000.000.000
Inscrição Estadual nº 1.000.000.000.000.000.000

Jaqueline Ávila Mesquita
JAQUELINE ÁVILA MESQUITA
DIRETORA DA ESCOLA/CONSELHO
Contratante

FRANCISCO LUIS DOS SANTOS ALMEIDA
Contratado

TESTEMUNHAS

1. *André Costa Silva*
CPF: 735.465.303-04

2. *Edson de Vasconcelos Pereira*
CPF: 605.204.143-43